



UEPB
Universidade
Estadual da Paraíba

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

LILIANE SANTOS TOBIAS

**A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA E SUAS
REPERCUSSÕES NA PRODUÇÃO INTELECTUAL DO SERVIÇO SOCIAL
BRASILEIRO**

CAMPINA GRANDE
2019

LILIANE SANTOS TOBIAS

A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA E SUAS
REPERCUSSÕES NA PRODUÇÃO INTELECTUAL DO SERVIÇO SOCIAL
BRASILEIRO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Jamerson Murilo A. de Souza.

Área de concentração: Serviço Social.

Linha de pesquisa: Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais.

CAMPINA GRANDE

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

T629r Tobias, Liliâne Santos.
A relação teoria e prática na perspectiva ontológica e suas repercussões na produção intelectual do serviço social brasileiro [manuscrito] / Liliâne Santos Tobias. - 2019.
129 p.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Jamerson Murilo Anuniação de Souza, Departamento de Serviço Social - CCSA."
1. Teoria-prática do serviço social. 2. Produção intelectual. 3. Serviço social brasileiro. 4. Assistente social. 5. Ontologia do Ser social. I. Título

21. ed. CDD 361

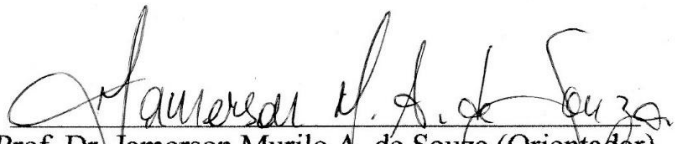
LILIANE SANTOS TOBIAS


A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NA PERSPECTIVA ONTOLOGICA
E SUAS REPERCUSSÕES NA PRODUÇÃO INTELECTUAL DO
SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

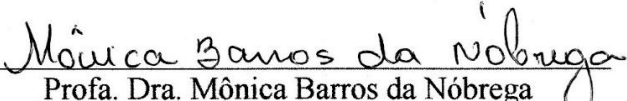
Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba - UEPB – Campus I – como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Serviço Social.

Aprovada em: 27/09/2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Jamerson Murilo A. de Souza (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)


Prof. Dr. Henrique André Ramos Wellen
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)


Prof. Dra. Mônica Barros da Nóbrega
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu filho Pedro Davi, por ser luz nos meus dias e
o motivo de todas as minhas lutas e conquistas,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas
E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar [...]
(Gonzaguinha, Caminhos do Coração)

Iniciei estes agradecimentos com este trecho do meu poeta Gonzaguinha, pois costumo dizer que eu gosto é de gente! Todos os dias, desfaço “certezas” estereotipadas e aprendo com tanta gente, a ser mais gente a cada dia. Construindo e reconstruindo laços, deixando algumas coisas para trás e levando novos aprendizados na bagagem, vou seguindo os caminhos que a vida tem me levado. As experiências partilhadas no cotidiano, tem me enriquecido sobremaneira, com lições diárias daqueles que chegam e permanecem, como também daqueles que ficam o tempo necessário para nos ensinar algo que nos acrescentará, independente das circunstâncias.

Uma coisa não me deixa dúvidas: agradecer é sempre essencial. E neste momento quero externar a minha gratidão a tantas pessoas imprescindíveis nesta jornada. Começo sempre agradecendo a Deus, força que transita a minha existência e me impulsiona a seguir em frente, a não desanimar frente aos obstáculos, a ter fé nas pessoas, na caminhada, na vida.

Ao meu filho Pedro Davi, inicio os meus agradecimentos, primeiro por extrair o melhor de mim, me mostrar a força que eu nunca soube que tinha, ser a razão pela qual me movo, luto e acredito que podemos construir um mundo mais humano e com respeito à vida. Por você, pra você e com você quero seguir em frente, construindo uma jornada com princípios e valores que lhe sirvam de referência. Pra você todo o meu amor, a você toda a minha gratidão pelos sorrisos que me trazem felicidade até nos dias mais difíceis.

A minha mãe Marilene, este exemplo de honestidade e de amor incondicional, nem tenho palavras para expressar o quanto sou grata por ter sido a mãe, pai, amiga, que nunca deixou que nada me faltasse; seu amor sempre preencheu qualquer ausência e seu compromisso abdicado me tornou a mulher que hoje sou. Devo tudo a você e quero te ter sempre como meu maior exemplo.

A Mike, agradeço o companheirismo de sempre, mas ressalto que sempre foi o meu maior incentivador “às avessas”, as suas descrenças, em boas horas, me motivaram a seguir.

A vó Maria, outra grande mulher na minha vida, minha segunda maior incentivadora, a pessoa que mais acredita que “poderei ser tudo aquilo que quiser”, agradeço por ser a base da nossa família, uma mulher de força e fé inabaláveis, a nossa grande professora e guia.

Aos meus irmãos Lidiane (minha Nana) e Vanio, aos meus sobrinhos Luiz Eduardo e Maria Clara e aos meus tios e tias maternos, gostaria de agradecer o apoio de sempre, vocês são incríveis, cada um com sua história, cada um com seu exemplo, vocês também são imprescindíveis neste momento.

A Joel, meu primo, amigo, irmão, agradeço por me ouvir e aconselhar em horas oportunas, você é essencial na minha vida.

O que seria de nós sem os amigos? Não poderia deixar de agradecer às “Chicas” que vivenciaram comigo todo este processo, Berenice Lira e Edna Medeiros, que para além de companheiras do mestrado, o apoio e a amizade fizeram das ansiedades, dos medos e das angústias acadêmicas, “fardos” partilhados a três e isto os tornaram mais leves.

A Natalia e Robervânia que também acompanharam parte deste processo, agradeço por se mostrarem sempre solícitas e emprestarem os “ouvidos e mentes” sobre as minhas inquietações com Lukács.

A Leonardo, um companheiro de trabalho e de academia, agradeço pela sua atenção, e por sempre me dizer “fique segura, eu acredito em você”, dele ganhei até o apelido carinhoso de “Lukács”.

As amigas de infância, que na era das redes sociais viraram “Aqui é amor antigo” agradeço por fazerem parte da minha vida há mais de duas décadas e, mesmo distantes, torcerem e vibrarem com cada conquista. Especialmente Morgana e Preta, que estiveram comigo de forma mais efetiva neste momento.

A Dona Aparecida e a Erenice (Nice) que trataram com tanto carinho Pedro Davi, enquanto me dedicava a tardes inteiras de leituras, segue o meu agradecimento especial.

A Ednalva Libanio (Fia), obrigada pela confiança, pelo respeito e pela admiração, para além de uma companheira de trabalho sempre foi a minha “psicóloga” neste momento, trabalhando meus medos e a minha autoestima.

A todos os colegas da Secretaria de Assistência Social do município de Sumé-PB, nas pessoas de Elidiane, Damares e Edson agradeço a parceria de sempre, meu abraço fraterno. E a Secretária Tanniery Lêla a quem agradeço especialmente a diminuição de carga horária que me permitiu concluir este trabalho em tempo hábil. A você meu muito obrigada!

Aos professores Moema – sempre tão solícita e preocupada comigo, nem tenho palavras para externar a minha gratidão – Sheyla Suely, Alessandra Ximenez e Professor Edil agradeço por partilharem seus conhecimentos conosco ao longo deste processo, tenho enorme admiração e carinho por vocês.

Agradeço também de modo especial à minha orientadora da graduação e pessoa querida que levo para vida, Sandra Amélia, pelas generosas contribuições de sempre e pela atenção com que acompanha cada etapa da minha formação intelectual. Também ao professor Geraldo Medeiros, que no primeiro semestre da graduação, quando ainda estava dando os primeiros passos na vida acadêmica, chamou a minha atenção para o mestrado, dizendo que eu deveria dar prosseguimento aos estudos como pesquisadora, aquelas palavras germinais ficaram guardadas e a semente começa a dar seus primeiros frutos.

A professora Mônica e ao Professor Henrique, que tão solicitamente aceitaram fazer parte da avaliação deste trabalho, suas contribuições generosas foram bastante significativas para este direcionamento.

Ao meu orientador Jamerson Murilo, agradeço pela disponibilidade de sempre, por responder a todas as minhas dúvidas (que sempre foram muitas), pela paciência, pelo respeito e pelo reconhecimento dos esforços empreendidos. Por me aproximar ao pensamento de Lukács, por me dar autonomia como pesquisadora em construção, acreditando no meu senso crítico (mais do que eu mesma), por chamar atenção nos momentos necessários e entender as minhas limitações. Espero corresponder as expectativas depositadas.

Finalizo com lágrimas nos olhos e uma alegria imensurável no coração, por saber que a trajetória não foi fácil, mas chegar até aqui, superando cada obstáculo que parecia deixar o caminho ainda mais longo, não tem palavra nenhuma capaz de definir. Nasço e renasço a cada dia e sou grata pelas mudanças e pelo recomeço.

Mais uma vez, gratidão a todos vocês!

[...] “o ser dos homens é o seu processo de vida real” nos patamares mais elevados das ideias e das vivências, assim como também na confusão, na confusão do cotidiano.

LUKÁCS

RESUMO

A apropriação teórico-prática tem sido um dos grandes dilemas que perpassam o Serviço Social ao longo de sua constituição como profissão, requisitando análises que contemplem o debate, superando a superficialidade dos discursos que estabelecem o limite entre o seu perfil tecnicista/pragmático e seu desenvolvimento crítico. O objetivo central desta investigação é analisar a relação teoria e prática na perspectiva ontológica e as suas repercussões na produção intelectual do Serviço Social brasileiro. Os objetivos específicos que orientaram esta investigação foram: compreender como se estabelece a relação entre teoria e práxis na ontologia do ser social; compreender a apropriação da perspectiva ontológica no Serviço Social; identificar como a relação teoria e prática se expressa nas obras clássicas da literatura do Serviço Social sob inspiração lukacsiana e compreender quais os rebatimentos que a aproximação à ontologia do ser social trouxe para a profissão. Constitui-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa. O método de análise, é o crítico-dialético, diante da necessidade de revisão crítica da dicotomia aparente entre teoria e prática, objetivando chegar à essência da análise, das determinações teóricas e ideológicas construídas sobre o objeto em questão, na particularidade do Serviço Social brasileiro. Buscamos situar as categorias centrais extraídas da *ontologia do ser social* que permitem identificar os complexos que expõem a mediação existente entre conhecimento teórico e práxis. Posteriormente nos dedicamos a contextualização da aproximação do Serviço Social a tradição marxista e ao debate ontológico – localizado após o processo de renovação da profissão, resultado da maturação teórico-metodológica do pensamento advindo da teoria social crítica. Por fim, buscamos analisar na literatura clássica da profissão, a recorrência a Lukács na discussão dos fundamentos, contemplando as três dimensões que a compõem – teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa – e suas contribuições para a construção do código de ética de 1993. Das categorias identificadas, as que mais repercutem nas obras analisadas e que fundamentam a apreensão teórico-prática, foram: *trabalho* (neste a discussão sobre *teleologia e causalidade*), *ideologia* (nesta incluídos o *pensamento científico* e o *cotidiano*, bem como a discussão sobre *alienação e reificação*) e *práxis*. O recurso a perspectiva ontológica, permitiu ao Serviço Social identificar a *natureza* da profissão, nas relações sociais burguesas, mas também, reconstruir as bases de articulação teórico-política, que teve no aprofundamento teórico-metodológico e na construção do código de ética de 1993 a sua máxima expressão, identificando o seu pertencimento de classe e as projeções rumo à emancipação humana (e aos valores humano-genéricos), como horizonte de outra forma de sociabilidade possível. Também contribuiu com a revisão dos fundamentos conservadores, bem como, com a desmistificação das contradições e ideologias que emergem da imediatez do cotidiano.

Palavras-Chaves: Teoria-prática. Ontologia. Ideologia. Cotidiano.

ABSTRACT

Theoretical-practical appropriation has been one of the great dilemmas that permeate Social Work throughout its constitution as a profession, requiring analyzes that contemplate the debate, overcoming the superficiality of the discourses that establish the boundary between its technician / pragmatic profile and its critical development. The main objective of this research is to analyze the relation theory and practice in the ontological perspective and its repercussions in the intellectual production of the Brazilian Social Work. The specific objectives that guided this investigation were: to understand how the relation between theory and praxis in the ontology of the social being is established; understand the appropriation of the ontological perspective in Social Work; to identify how the relation theory and practice is expressed in the classic works of the Social Work literature under Lukacsian inspiration and to understand the repercussions that the approach to the ontology of the social being brought to the profession. It is constituted as a bibliographical research, with a qualitative approach. The method of analysis is the dialectical critic, in view of the need for critical revision of the apparent dichotomy between theory and practice, aiming to reach the essence of the analysis, the theoretical and ideological determinations built on the object in question, in the particularity of the Brazilian Social Work. We seek to locate the central categories extracted from the *ontology of social being* that allow us to identify the complexes that expose the existing mediation between theoretical knowledge and praxis. Subsequently we focus on the contextualization of the approach of Social Work to the Marxist tradition and the ontological debate – located after the process of renewal of the profession, the result of the theoretical-methodological maturation of thinking stemming from critical social theory. Finally, we seek to analyze in the classic literature of the profession, the recurrence to Lukács in the discussion of the fundamentals, contemplating the three dimensions that compose it – theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative – and their contributions to the construction of the code of ethics of 1993. Among the identified categories, the ones that most impact on the analyzed works and that underlie the theoretical-practical apprehension, were: *work* (in this the discussion about *teleology* and *causality*), *ideology* (in this included the *scientific thought* and the *daily*, as well as the discussion about *alienation* and *reification*) and *praxis*. The use of an ontological perspective, allowed the Social Work to identify the *nature* of the profession, in bourgeois social relations, but also, to reconstruct the foundations of theoretical-political articulation, which had in the theoretical-methodological deepening and in the construction of the 1993 code of ethics its maximum expression, identifying its class belonging and projections towards human emancipation (and human-generic values), as the horizon of another possible form of sociability. It also contributed to the revision of conservative foundations, as well as to the demystification of the contradictions and ideologies that emerge from the immediacy of daily.

Keywords: Theory-practice. Ontology. Ideology. Daily.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
-----------------	----

CAPÍTULO I:

1. Georg Lukács e a Ontologia do Ser Social.....	19
1.1. Contextualizando a ontologia do ser social.....	22
1.1.1 Elementos centrais do capítulo <i>O trabalho</i> : análise da relação sujeito-objeto e a mediação teórico-prática.....	24
1.1.2 O capítulo <i>O ideal e a ideologia</i> : As repercussões no processo de conhecimento do real e os rebatimentos para a práxis do ser social.....	36

CAPÍTULO II:

2. A aproximação do Serviço Social a tradição marxista e a recepção das ideias de Lukács no Serviço Social brasileiro.....	48
2.1 A emergência do Serviço Social como profissão: a aproximação com as correntes de pensamento científico como subsídio à intervenção profissional.....	49
2.2 A tradição marxista e o Serviço Social: os processos de <i>reconceituação</i> e <i>renovação</i> e a resultante “ <i>intenção de ruptura</i> ”.....	55
2.2.1 A perspectiva de <i>intenção de ruptura</i> : a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista.....	58
2.3 A perspectiva ontológica nos marcos profissionais.....	63
2.3.1 A relação teoria-prática na ontologia do ser social e as repercussões para o processo de conhecimento no Serviço Social.....	66
2.3.2 A importância da análise ontológica da ideologia, do pensamento científico e do cotidiano para a mediação teoria-prática no Serviço Social.....	

CAPÍTULO III:

3. A influência da ontologia do ser social na tradição intelectual do Serviço Social Brasileiro e os rebatimentos para a mediação entre teoria e prática.....	75
3.1. A repercussão da ontologia do ser social na literatura clássica do Serviço Social: a mediação entre teoria e prática.....	76

3.1.1 A tese do <i>sincretismo</i> de José Paulo Netto: um claro debate ontológico.....	81
3.1.2 A reflexão ontológica no direcionamento teórico-prático das demandas profissionais na <i>Instrumentalidade do Serviço Social</i> de Yolanda Guerra.....	89
3.1.3 A perspectiva ontológica e a direção política do código de ética profissional na obra de Maria Lucia Barroco.....	100
3.2. O saldo da ontologia do ser social na literatura do Serviço Social brasileiro.....	107
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 122
 REFERÊNCIAS.....	 128

1 INTRODUÇÃO

A análise da relação teoria e prática na perspectiva ontológica e suas repercussões na produção intelectual do Serviço Social brasileiro, como antecipa o título deste trabalho, é o objetivo central desta dissertação.

A escolha desta temática poderia levar o leitor a se perguntar sobre a necessidade de resgatar a problemática *teoria x prática*, que já foi objeto de diversos debates no Serviço Social, e por este motivo, já estaria saturada de determinações. A este questionamento responderíamos que: as condições sócio-históricas burguesas repõem exponencialmente, a cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas, seus traços dicotômicos essenciais mais latentes. Esta dicotomização perpassa as diversas atividades humanas, especialmente as que requisitam o conhecimento teórico-filosófico, como via de reflexão, tensionando o seu desenvolvimento crítico e sendo repostas pela lógica capitalista (com novas roupagens) para garantir a manutenção do consenso. Se estabelece prioritariamente no plano da superestrutura ideológica, que requisita as formas de racionalidade formal-abstrata, cuja intencionalidade, baseia-se na utilização de estruturas teórico-metodológicas que mantêm a análise dos objetos na esfera da superficialidade, através da mistificação do real que tem por função obscurecer a identificação das contradições da sociabilidade capitalista.

Para uma profissão como o Serviço Social as mediações requisitadas pelo cotidiano, tem nas políticas sociais (seus instrumentos de trabalho) o reforço das individualidades, da fragmentação dos complexos da cotidianidade, da sua dimensão imediata, analisando os fenômenos se limitando as aparências e as significações que os sujeitos dão ao objeto e não ao que ele é em si. Sem mencionar que o seu próprio “objeto de intervenção” profissional, a “questão social”, aparece multifacetada de determinações, que reduzidas a aparência imediata, impedem que se conheçam os diversos determinantes que estão imbricados na demanda. Assim, esta forma de racionalidade requerida pelas instituições, se expressa nas demandas profissionais “[...] aparece como uma mera atividade técnica de manipulação; a objetividade se fragmenta numa coleção de “dados” [...] a razão reduz-se a um conjunto de regras formais subjetivas, desligadas do conteúdo objetivo daquilo a que se aplicam. Essa “miséria da razão” transforma em algo irracional todos os momentos significativos da vida humana”. (Coutinho, 2010, p. 43).

Ao examinarmos brevemente a trajetória do Serviço Social brasileiro, identificamos que diversas formas de racionalidade se espalharam na profissão, legitimando diferentes saberes e

ideologias que orientam o desenvolvimento da intervenção prática de seus agentes. A linha tênue que envolve a relação entre *teoria e prática*, configura-se como um dos dilemas centrais que perpassa a profissão, imputa questionamentos e gera controvérsias; além de estabelecer o limite entre o seu perfil tecnicista/pragmático e seu desenvolvimento crítico.

A localização desta profissão no âmbito interventivo e a inserção no circuito de reprodução das relações sociais, como trabalhador assalariado, no contexto de expansão monopólica do capital, impõe mudanças em suas apropriações ídeo-teóricas, requisitadas pela necessidade de legitimação de suas práticas profissionais na administração das expressões da “questão social” que lhe apareciam como demandas.

Esta exigência, imputou à profissão, a procura por arcabouços teórico-metodológicos que permitissem a instrumentalização das suas atividades, especialmente através da racionalidade formal-abstrata, que tem como expressão metodológica o positivismo. Demandada pelo desenvolvimento técnico-científico vigente, esta forma de razão instrumental seria capaz de propiciar os novos patamares de acumulação na esfera produtiva, com vistas a potencializar o incremento tecnológico e as condições gerais do processo de reprodução do capital, redirecionando inclusive, o papel do Estado para a resolução dos conflitos entre as classes em disputa, atendendo aos interesses da ideologia político-econômica dominante.

Na identificação de seus objetos e técnicas específicos, este processo de aproximação as correntes de pensamento, com vistas, a priori, na instrumentalização da prática profissional, acabou implicando contraditoriamente, na de produção de conhecimentos capazes de refletir sobre as requisições que se apresentavam como demandas. A resultante deste processo na profissão foi a mudança do seu papel exclusivamente interventivo, como *prática profissional*, para as possibilidades de reflexões teóricas, haja vista que a profissão se coloca como objeto de investigação e passa a buscar entender a sua função nas relações sociais entre as classes antagônicas, aspecto que configurou um redimensionamento das atribuições puramente executivas.

Assim, as formas de racionalidade que se gestaram no Serviço Social – desde o *processo de erosão* de suas bases tradicionais de legitimação, até os dias correntes – colocam em confronto, enquanto aspecto permanente nas disputas de direções ídeo-políticas na profissão, a reprodução da dicotomia teoria x prática. Esta problematização decorre da tradição teórico-cultural que se constituiu desde o processo renovador e nas diferentes apropriações teórico-metodológicas que marcaram o Serviço Social ao longo do seu desenvolvimento ulterior.

Isto posto, concordamos com os autores por nós analisados que foi a aproximação aos conteúdos da teoria social crítica (como também a correta apropriação de uma *ontologia do ser social*), que permitiu a profissão fazer a revisão crítica dos traços conservadores que lhe serviam de orientação ideológica, teórico e prática.

A análise ontológica nos meios profissionais viabilizou, como observaremos ao longo desta elaboração, a identificação da *natureza* da profissão no circuito da reprodução das relações sociais burguesas, como também externou a sua *dimensão política*, que teve no aprofundamento teórico-metodológico e na construção do código de ética de 1993, a sua máxima expressão, identificando o seu pertencimento de classe e as projeções rumo à emancipação humana (e aos valores humano-genéricos), como horizonte de outra forma de sociabilidade possível.

Neste tocante, as contradições existentes na realidade social e no cotidiano, bem como os imediatismos requisitados pelas políticas sociais, instrumentos de materialização das demandas, levam os profissionais a negarem a efetividade do método ontológico e a entender que as suas categorias analíticas não condizem com a realidade da prática profissional, portanto, os valores e princípios por ela requisitados e expressos nos instrumentos normativos que a referendam, são irrealizáveis ou “utópicos”. Diante disto, a problemática entre teoria e prática ganha mais ênfase do que em períodos anteriores à renovação e se apresenta como plano de fundo da maioria das elaborações teóricas que tem por objeto os *fundamentos* do Serviço Social.

Elencados alguns traços mais gerais que compõe a problemática e a centralidade da discussão para a profissão, gostaríamos de sinalizar o caminho percorrido até aqui, que justifica as escolhas tomadas e os motivos pelos quais nos movemos, que resultaram nesta investigação.

A aproximação com a temática “teoria-prática” se deu ainda na graduação, resulta dos estudos empreendidos, como pesquisadora em iniciação científica¹, cujos frutos da investigação foram sistematizados no nosso trabalho de conclusão de curso - TCC², que

¹ Vinculada ao Núcleo de Pesquisas e Práticas Sociais - NUPEPS, da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

² TCC intitulado: “*Uma análise da relação teoria-prática a partir dos trabalhos de conclusão de curso de serviço social da UEPB no período de 2000 a 2010*”. Apresentado em 07/12/2015. Nesta Pesquisa, nos detivemos à análise das categorias teoria e prática no processo de formação profissional dos Assistentes Sociais no período de Estágio Curricular Obrigatório – analisamos os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCCs elaborados pelos discentes da UEPB, decorrentes de pesquisa realizada no Estágio. Nossas indagações a respeito da problemática, portanto, não são frutos de uma escolha aleatória, resultam de uma maturação que deu início na graduação, e que nos instigou a querer compreender como esta relação se expressa no Serviço Social e quais as suas implicações, diante dos constantes tensionamentos ao atual projeto ético-político, bem como à perspectiva teórica que este pressupõe. Sentimos, portanto a necessidade de aprofundar a temática, compreendendo as limitações decorrentes do primeiro contato com o objeto de estudo.

versava sobre as possibilidades da articulação teórico-prática, no estágio curricular – período privilegiado para esta mediação ainda no momento de formação dos assistentes sociais – provocando inquietações a respeito desta problemática na formação e exercício profissional.

Agora, sentimos a necessidade de resgatar a gênese ontológica da relação teoria-prática tendo por fundamento analítico a *ontologia do ser social*, como expressão filosófica da tradição marxista que se colocou como horizonte teórico-político para o Serviço Social, mais especificamente, a partir da década de 1990.

Após nos apropriarmos de textos relativos a questão do método marxiano, bem como, com o contato estabelecido com a literatura lukacsiana, vislumbramos a possibilidade de analisar a gênese ontológica da teoria e da práxis, buscando apreender as categorias histórico-concretas que explicam a mediação existente entre conhecimento e realidade, entre sujeito e objeto e suas repercussões para o Serviço Social brasileiro, uma vez que, o pensamento ontológico contribuiu significativamente com o processo de direcionamento político-ideológico da profissão subsidiando as bases para a construção do seu projeto ético-político.

Neste sentido, este trabalho constitui-se como uma pesquisa bibliográfica, auxiliando na definição do quadro conceitual e na apropriação das categorias que envolvem o objeto de estudo proposto. Para tanto, privilegiaremos a abordagem qualitativa nas obras analisadas. O método de análise, como já precisamos, é o crítico-dialético, diante da necessidade de revisão crítica da dicotomia aparente entre *teoria* e *prática*, objetivando chegar à essência da análise, das determinações teóricas e ideológicas construídas sobre o objeto em questão, na particularidade do Serviço Social brasileiro.

Concordamos, pois, com Lima e Mioto (2007) que este método implica o desvelamento dos conceitos, através de aproximações sucessivas que permitam apreender a totalidade complexa e o movimento do objeto em sua integralidade, a fim de se chegar ao sistema de mediações que o compõe: “[...] a razão reconstrói o movimento do real para depois realizar o caminho de volta até o objeto”. (*ibidem*, p. 40).

Dito isto, gostaríamos de justificar: por que Lukács? Entendemos que para tratar de relação teoria-práxis e sua repercussão na profissão é imprescindível a análise filosófico-metodológica da teoria que embasou o pensamento de alguns intelectuais que são considerados clássicos do Serviço Social e que sedimentou as bases para uma nova racionalidade, voltada para o conhecimento da essência dos objetos. A riqueza categorial presente na exposição ontológica, nos permite entender a relação das categorias do desenvolvimento do ser social que originam a relação orgânica e unitária entre sujeito e objeto e, por conseguinte, a problematização dos complexos que corroboram com a produção do

conhecimento, com o desenvolvimento da consciência e das esferas do pensamento e da ideologia, que contribuem com a explicação da mediação (e dicotomização) existente entre teoria e prática.

Assim sendo, sentimos a necessidade no **primeiro capítulo** de expor as categorias presentes na *ontologia do ser social* que contempla a gênese ontológica da relação entre sujeito-objeto, como recurso didático que permite ao leitor compreender o universo categorial que se expressa nas obras clássicas do Serviço Social que analisamos. Como forma de contemplar esta discussão, realizamos o *caminho de volta*. Analisamos na obra *Para uma ontologia do Ser Social II*, do filósofo húngaro Georg Lukács, os capítulos do *Trabalho* e do *Ideal e a ideologia*. Nestes capítulos, estão contidas as categorias que permitem identificar no processo de *entificação* do *ser social*, os *complexos de complexos* que estabeleceram o *salto ontológico* e a construção de sua socialidade.

Com a análise do método ontológico, que tem por objetivo central capturar *o movimento real do objeto* (e projetar o seu *dever ser*), e a vinculação necessária entre *teoria* e *práxis*, identificamos que há no processo de investigação da realidade a necessidade de compreender o objeto dentro de uma totalidade e legalidade constitutiva; apreendendo-o em sua processualidade histórica, em seus aspectos ídeo-teóricos, socioculturais e ético-políticos, permitindo que o concreto espelhado/refletido pela consciência, possa contribuir com os conhecimentos dos meios adequados que viabilizem a sua transformação prático-objetiva. A mediação entre conhecimento e realidade, entre teoria e prática, permite que o sujeito apreenda as determinações do objeto, confrontando-o com a sua materialidade e aparência imediata, e diante disto, surge o *novo* que se tornou objeto da consciência e produto de uma nova práxis, possibilitando que as mudanças e os conhecimentos se generalizem, em um circuito permanente.

Após a exposição das categoriais ontológicas centrais da obra lukacsiana, procedemos com a análise da apropriação da tradição marxista pelo Serviço Social e posteriormente a perspectiva ontológica. No **segundo capítulo**, analisamos o contexto sócio-histórico ditatorial, objetivando traçar o caminho que levou a profissão a se apropriar dos conteúdos da teoria social de Marx para realizar a revisão crítica dos fundamentos conservadores que lhe serviam de orientação teórica e ideológica.

Importa considerar que diante do perímetro de tempo em que este estudo se deu, não teríamos como nos apropriar robustamente da literatura produzida pelos intelectuais brasileiros nos momentos de revisão crítica (e dos embates através de seminários e organização da categoria), que expressam a trajetória da profissão em direção ao pensamento

crítico. Isto posto, nos detivemos especialmente a obra *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* de José Paulo Netto, que apresenta de forma fundamentada os *processos de erosão, reconceituação e renovação* da profissão após a década de 1960 e suas resultantes até a década de 1980.

Feito este breve percurso, prosseguimos com o intuito de identificar, as categorias ontológicas que repercutem no Serviço Social e que se materializaram na literatura clássica da profissão, que tem o pensamento do filósofo húngaro como norte analítico. Assim, no **terceiro capítulo** a nossa análise se pautou na identificação das categorias ontológicas, em três obras clássicas da literatura do Serviço Social brasileiro que estão sob clara inspiração lukacsiana, e que tem por questão central a problemática teórico-prática na profissão, quais sejam: *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* (a tese do sincretismo) de José Paulo Netto, *A instrumentalidade do Serviço Social*, de Yolanda Guerra e *Ética: fundamentos sócio-históricos* de Maria Lucia Barroco.

A escolha destas obras se justifica em virtude do seu direcionamento analítico voltado para uma das dimensões que compõe a profissão, trazendo reflexões sobre as questões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, respectivamente. Isto permitiu que o debate pudesse contemplar o compósito de questões que se expressam no Serviço Social e trouxessem abordagens elucidadoras para a identificação da dicotomização entre teoria e prática, bem como para a sua problematização.

Os resultados obtidos com a investigação, nos permitiram localizar a importância da perspectiva ontológica para o Serviço Social e como contribuiu com a apreensão de questões intrínsecas à profissão, especialmente localizadas nas análises das categorias: *trabalho e ideologia* (nesta o *pensamento científico* e o *cotidiano*) e *práxis*. A reflexão pela via ontológica contribuiu com a busca ontogenética dos fundamentos da profissão, sob auspícios do sistema capitalista monopólico e toda a gama de contradições e complexos que acabaram rebatendo nas respostas materiais (prático-interventivas) e ideológicas (especialmente na reprodução ou *suspensão* do cotidiano) hipotecadas ao exercício profissional – questões que aprofundaremos nas considerações finais.

A importância do resgate dos fundamentos, e especialmente da perspectiva ontológica, para uma profissão que se insere na dinâmica do *cotidiano* das relações sociais é inegável. Reflete sobre a necessidade de compreensão dos fenômenos atuais, que perpassam a profissão, contextualizando-os historicamente em sua gênese e desenvolvimento.

Considerando os caminhos e descaminhos do Serviço Social, bem como seus ganhos e perdas – que levam a uma reflexão acerca do seu papel na dinâmica da sociedade capitalista

contemporânea – surge a necessidade de retornar ao passado (não muito distante) como recurso analítico que permite a compreensão das contradições que se reatualizam e se expressam na profissão, exigindo o retorno de práticas imediatas e a tentativa de abandono dos referenciais ontológicos nas produções teóricas.

A ontologia é fundamental para entender as mudanças que se processam na sociedade contemporânea. A exposição de suas categorias é como os “feixes de luz” de um prisma que tem por função decompor a análise do ser em sua legalidade intrínseca, superando os imediatismos e reducionismos e se constituindo na *reprodução ideal do movimento real do objeto*.

Assim sendo, entendemos que a relevância da temática se justifica diante da necessidade que se processa na atualidade de retornarmos aos *fundamentos*: para a categoria profissional, é imperativo o esforço de buscar conhecer a origem dos fenômenos que permeiam a profissão, aprofundando o debate teórico e se contrapondo a redução da *teoria* a descrição superficial do aparente e da *prática* a mera reprodução imediata do cotidiano. Destarte, seguem os capítulos que retratam a trajetória do nosso objeto de pesquisa e suas categorias centrais, almejando contribuir com pesquisas e estudos futuros que versem sobre esta temática, tão rica em potencialidades para a profissão.

CAPÍTULO I

1. Georg Lukács e a Ontologia do Ser Social

Georg Lukács foi um pensador húngaro, considerado um dos mais polêmicos intelectuais marxistas do século XX: “A crítica radical direcionada aos ideólogos da burguesia e às vulgarizações do pensamento marxiano explicam um lado da sua rejeição contemporânea”. (Sousa, 2010, p.79). Esta polêmica, em parte se deve também a sua experiência soviética, que segundo os seus críticos, teria comprometido aspectos decisivos de sua investigação ontológica, portanto, também diz respeito às suas concepções ídeo-políticas³. Para Lukács há uma indissociável articulação das questões teóricas às ídeo-políticas, disto resultou a vinculação que o autor estabelece, na ontologia, entre conhecimento e práxis revolucionária, analisando as possibilidades para a emancipação humana e a superação da sociedade de classes; sendo, pois, a mediação teórico-prática extremamente necessária.

Segundo expôs Guido Oldrini⁴, a elaboração lukacsiana se configura como uma *ontologia crítica marxista*, que marca a sua produção teórica da maturidade. A “virada ontológica”⁵ de Lukács – a partir do seu contato em Moscou, nos anos 1930, com as obras marxianas – trouxe uma nova perspectiva para a análise do pensamento filosófico em Marx, aprofundando questões do método, colocando a *totalidade* e a *historicidade* como categorias centrais e sedimentando as bases para uma teoria da práxis revolucionária.

Como bem salienta Netto (2004) a “*Impostação ontológica*” lukacsiana, “[...] expressou-se num giro intelectual, que a partir daí, configuraria tanto a base para a sua crítica da herança filosófica de que se beneficiou a tradição marxista, quanto da crítica do pensamento contemporâneo” (p.145-146). Nos anos 1960 Lukács se dedica aos fundamentos ontológicos da obra de Marx, redimensionando a direção do seu pensamento com o propósito de buscar “o renascimento do marxismo”, que teria por função a *restituição da teoria marxiana a sua condição de ontologia*. (*idem*, p.148).

³ Como destaca Netto (2004) “A *solidão intelectual* de Lukács – sem prejuízo do reconhecimento da grandeza de sua obra – resulta, [...] da combinação de razões teóricas e ídeo-políticas”. (p. 147).

⁴ IN: LUKÁCS, G. Para uma ontologia do Ser Social II, prefácio, p. 9-37, 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

⁵ Segundo Oldrini, no prefácio da Obra citada: “A ontologia constitui uma “virada” para o próprio Lukács, quando confrontada com suas proposições juvenis, como as que podemos encontrar em *História e consciência de classe*; no entanto, não no sentido de que seria fruto de uma brusca e inesperada inversão de rota [...] na última década de vida do filósofo. Pelo contrário, por trás dela há uma longa história, que merece atenção [...]”. (p.10). Ressalta que a trajetória de Lukács é marcada por um longo caminho e situa a década de 30 como marco para a “virada ontológica” do Lukács maduro, após o contato com “[...] os escritos marxianos de juventude e dos cadernos filosóficos de Lenin” que transformaram de maneira radical a perspectiva filosófica do autor.

Assim, e tal como posto por Marx (1999, p. 14) na *XI Tese sobre Feuerbach*, de 1845-46, Lukács não se limitou a interpretar o mundo, a ele o que importou foi sua transformação. O conhecimento da realidade como mera retórica academicista, que pouco ou nada apanha da essencialidade dos fenômenos e, justamente por isso, não pode apontar para a sua superação é avessa à intervenção teórico e ídeo-política de Lukács. Em outras palavras, a tomada de posição frente ao mundo, ainda que para alguns essa posição não aparecesse clara, foi para esse intelectual/militante a escolha clara da dialética materialista e do Partido Comunista. (SOUSA, 2010, p. 82).

Esta dupla articulação de conhecimento e intervenção/transformação da realidade – mais precisamente a atitude política do pensamento lukacsiano – gerou ao autor críticas de diversos âmbitos do conhecimento, inclusive da própria tradição marxista ortodoxa⁶. Sousa (2010) analisa que o pensamento do autor “[...] só pode ser entendido a partir da unidade entre a continuidade e descontinuidade, mais precisamente o movimento de superação/conservação de um momento anterior, mas com um grau de complexidade crescentemente maior” (p.92), sendo a sua trajetória marcada por autocríticas que o levaram a reconsiderar determinadas categorias filosóficas.

A trajetória de construção do seu pensamento aponta fases de idealismo, como observados em sua obra da juventude *História e Consciência de Classe*⁷; esta perspectiva foi retificada pelo autor em uma autocrítica que ficou expressa no *Prefácio de 1967*, acrescentado nas edições posteriores. Segundo Lessa (2005), “Neste *Prefácio*, sabemos, Lukács pondera o que considera válido e o que seria um equívoco idealista do seu livro de 1923. Um dos aspectos que ele considera como ainda válido é a sua afirmação, [...] que a ortodoxia no marxismo se refere à questão de método” (p. 03). Importa ressaltar que o rigor metodológico defendido pelo autor, vai aparecer na sua ontologia, não de forma pré-concebida, como um conjunto de regras e procedimentos a serem aplicadas no objeto. O tratamento da questão metodológica na ontologia:

Longe de ser o critério da verdade, a metodologia seria a sistematização das experiências passadas na transformação do desconhecido em conhecido; tem

⁶ A trajetória intelectual do autor é marcada por idas e vindas, que demandariam uma dedicação exclusiva a esta temática diante da complexidade que apresenta e respeitando a sua tradição teórica na interlocução e embates com outros filósofos; assim sendo, pensamos que, para o objetivo desta dissertação, estes elementos introdutórios são suficientes. Entretanto cabe sinalizar que a obra lukacsiana foi: “[...] uma ontologia crítica marxista, acolhida de imediato com suspeita e desconfiança [...] por representantes de todas as orientações da literatura crítica, filósofos analíticos, neopositivistas, fenomenólogos, leigos como Jürgen Habermas, espiritualistas como Ernst Joós, mas também, na primeira linha, por marxistas ortodoxos”. (OLDRINI, IN: prefácio da Obra para uma ontologia do ser social II, 2013, p. 9-10)

⁷ Ver: LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classes**: estudos sobre a dialética marxista. Trad. Rodinei Nascimento e Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

a função, frente a um novo desconhecido, de orientar a investigação de modo a que possamos conhecê-lo com o menor esforço e dispêndio de energia possível. Todavia, por ser a sistematização da experiência *passada*, e como a história jamais se repete, o novo desconhecido terá sempre algo de *novo* e, portanto, a experiência passada não é um modelo rígido e imutável a ser seguido, mas apenas uma indicação. Ao terminar a investigação e o desconhecido houver sido incorporado ao conhecido, só então teremos certeza de qual o melhor procedimento investigativo para conhecê-lo. Mas, então, o conhecimento de qual o melhor procedimento metodológico já não mais será necessário, pois o objeto já será conhecido. O método, no contexto da *Ontologia*, confere prioridade ontológica ao objeto em relação à subjetividade e está muito longe de ser um *corpus* rígido independente dos resultados que advêm de sua aplicação. Há, portanto, a nosso ver, uma diferença não negligenciável entre as concepções de método na *Ontologia* e no *Prefácio de 1967*. (LESSA, 2005, p. 3).

Assim, no que tange a questão do método, o autor extrai das obras de Marx as suas categorias constitutivas, entendendo-as em suas profundidades metodológicas, em sua processualidade histórica e em suas dimensões ontológicas, na relação estabelecida entre aparência, essência e fenômeno, bem como na busca da *totalidade* dos complexos sociais. Não há, portanto, um modelo rígido que implique uma análise imutável da realidade, pois, a historicidade não é uma categoria evolutiva e linear. Em suma: “Ao contrário das formulações do jovem Lukács, na *Ontologia* o método surge como a sistematização — a elevação ao parâsi — das experiências com o desconhecido que, em última análise, brotam da necessidade de desvelamento do real intrínseca à práxis social”. (Lessa, 1999).

Como exposto por Lessa (2005) “O método, no contexto da *Ontologia*, confere prioridade ontológica ao objeto em relação à subjetividade”. Portanto, nos propomos nesta primeira parte da nossa investigação, entender como a relação sujeito-objeto é abordada pelo autor na sua obra “*Para a ontologia do Ser Social II*”, perscrutando as concepções que subsidiam a análise da relação teoria-prática, nos capítulos *O trabalho* e *O ideal e a ideologia*. Nestes, identificamos estarem contidas, com maior relevo, as considerações lukacsianas acerca da relação sujeito-objeto, do método e das suas categorias centrais em articulação com as considerações sobre o processo de conhecimento e da práxis (como fundamento das mudanças experienciadas pelo ser social ao longo da sua constituição).

Assim sendo, importa contextualizar a obra *Para uma Ontologia do Ser Social II*, situando-a no tempo histórico em que foi escrita e no debate que se travava no campo das ideias.

1.1- Contextualizando a Ontologia do Ser Social

No prefácio da obra “*Para uma Ontologia do Ser Social I*” (2012), José Paulo Netto, faz um balanço da trajetória de Lukács em seu retorno para a Hungria, após a restituição de seus direitos civis e sua reinserção no Partido Comunista. “[...] na entrada dos anos 1960, pode-se verificar que Lukács desfrutava de uma [...] situação objetiva bastante favorável para empreender a tarefa que se impunha e com a qual se comprometeu com ardor juvenil: ativar o renascimento do marxismo e dele participar” (p.11). Netto ressalta que este renascimento idealizado por Lukács encontrava suportes de realização, uma vez que, este período estava marcado pelo ressurgimento da cultura marxista, potencializado pela ascensão do movimento operário Europeu e pelas lutas anti-imperialistas, aspectos que fomentavam “[...] o recurso à herança marxista e novas contribuições (boa parte delas críticas) a seu acervo” (*ibidem*).

Para Netto (2012), com a elaboração da *Estética* em 1960, Lukács “[...] rompe decididamente com alguns componentes essenciais da vulgata “marxista-leninista”⁸ (*idem*, p. 12) que acabava por conferir um viés idealista ao seu pensamento. Afirma que Lukács projetava, como meios para materializar a sua empreitada em busca do “renascimento do marxismo”, a elaboração de uma teoria crítica com ambições de “construir um *O capital do século XX*” com ênfase para as questões teórico-filosóficas (extraídas do pensamento de Marx) e econômico-políticas contemporâneas.

Como já sinalizamos brevemente, a trajetória do autor é marcada por rupturas e continuidades que projetaram no seu pensamento um movimento dialético de reconstrução e de aproximações cada vez mais densas do complexo categorial marxiano. Lukács objetivava construir uma *Ética*⁹ que permitisse à tradição marxista explorar questões necessárias para se

⁸ “Essencialmente, a *Estética* rompe com a esclerose do marxismo no seu trato rigoroso, direcionado por uma metodologia histórico-sistemática, da estética a partir de uma imposição ontológica – imposição essa que realmente subjaz ao pensamento de Lukács desde os anos 1930. Ora, para Lukács, um dos fundamentos da paralisia teórica do marxismo residia justamente na liquidação da inspiração ontológica de Marx [...]. Combater as refrações do neopositivismo (e de seu corolário, o epistemologismo), substantivamente uma negação da ontologia, era enfrentar abertamente aquela paralisia. A *Estética*, de modo concreto e específico, configura sistematicamente esse enfrentamento. Nessa exata medida, ela é uma pedra angular do *renascimento do marxismo*.”. (NETTO, 2012, p. 13).

⁹ “Lukács apontava exatamente para o que foram seus pontos de partida – as searas que lavrou na juventude: o pensamento do último Lukács centra-se nos *núcleos temáticos essenciais* que imantaram a reflexão do jovem Lukács. Não se trata, porém e absolutamente, de um retorno; o pensador dos anos 1960 não *regressa* meramente aos campos epistêmico-filosóficos de seu passado. Há continuidade temática com o jovem Lukács – mantêm-se as “principais linhas esquemáticas de uma ideia sintetizadora fundamental” de que falou Mészáros em texto seminal sobre a obra lukacsiana; mas a estruturação e a articulação teóricas da estética e da ética do último Lukács são evidentemente outras: quase meio século de experiência marxista determinou *uma profunda reelaboração categorial* nos dois âmbitos. Ademais, o gume da crítica lukacsiana, dirigido agora os vetores da paralisia do marxismo (basicamente, a negação ontológica operada pelo neopositivismo), requer um tratamento específico. Concluída a *Estética*, Lukács volta-se para a *Ética*: seu objetivo é conferir-lhe o cuidado

cumprir a tarefa de uma teoria social, revolucionária, que subsidiasse a intervenção sobre a realidade. Para tanto, considerou necessária uma “introdução” que culminou na sua densa sistematização ontológica, obra esta que consumiu os últimos dez anos de sua vida.

[...] uma formulação histórico-sistemática efetivamente materialista e dialética, rigorosamente fiel à inspiração de Marx – na *especificidade do ser social*. [...] Vale dizer: sem uma teoria do ser (uma ontologia) social, a ética seria insustentável (enquanto uma ética materialista e *dialética*). Assim, na investigação que conduzia para a elaboração da *Ética*, Lukács viu-se obrigado a preparar uma “introdução” a ela – “introdução” que apresentaria justamente seus fundamentos ontológicos. Dessa forma, nasceu a *Ontologia*: o filósofo dedicou-se tão intensivamente à “introdução”, com aquele ardor juvenil antes referido, que esta se constituiu numa obra autônoma (e a *Ética* nunca foi escrita, embora até o fim de seus dias Lukács pretendesse redigi-la). (NETTO, 2012, p. 16).

Assim sendo, para Lukács a ontologia cumpriria a missão de expor as questões fundantes que permitiriam sustentar uma *Ética* do materialismo histórico-dialético. Netto (2012) aponta que a ontologia foi concluída em 1968 e foi publicada pela primeira vez em 1976¹⁰. Sinaliza as originais contribuições da obra, pois até então não existia nenhum tratamento referente a esta temática na tradição marxista, como também o aspecto inacabado da obra para o próprio autor, que sentiu a necessidade de elaborar ainda uma introdução à ontologia (os *Prolegômenos*¹¹).

A *ontologia*, portanto, é o estudo do *ser* isto é, a apreensão das determinações mais gerais daquilo que existe. O ser do conhecimento só se revela na sua máxima profundidade na sua *função ontológico-prática* (Tonet, 2013, p. 12). O ato fundante do *ser social*, para Lukács é o *trabalho* e neste, há uma unidade indissolúvel entre a objetividade e a subjetividade, sendo a *práxis* o momento de mediação entre um e outro. (Tonet, 1997). O trabalho, é a categoria fundante do ser social, através dela conseguimos apreender a origem ontológica do conhecimento, no processo de entificação do ser social, composto por teleologia e causalidade

histórico-sistemático que metodologicamente matrizou a obra terminada em 1960 e publicada em 1963”. (p. 15-16).

¹⁰ “Redigida em alemão (*Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*), a primeira edição integral da obra saiu em húngaro em 1976. No mesmo ano publicou-se em italiano a sua primeira parte (*Per l’ontologia dell’essere sociale*), com a segunda vindo à luz nesse idioma em 1981. Em alemão, a edição integral é de 1984”. (NETTO, 2012, p.17).

¹¹ “Como se pode constatar no exame dos *Prolegômenos*, o fato de ser o derradeiro escrito de Lukács, que nem sequer [...] o reviu, faz dele um texto com claras insuficiências formais. Mas elas não impedem a compreensão das reflexões que, ausentes na *Ontologia*, agora são formuladas por Lukács, tampouco a apreensão de novas ênfases conferidas a núcleos tratados na obra anterior – que, em nenhuma altura do texto (mal) concluído em 1971, tem passagens infirmadas. Trata-se, efetivamente, de obras complementares; o título *Prolegômenos* não é casual: mesmo redigidos depois da *Ontologia*, são como que uma introdução a ela”. (NETTO, 2012, p. 18).

“[...] para atingir o fim desejado (teleologia) é preciso conhecer a causalidade, isto é o objeto (natural) a ser transformado”. (Tonet, 2013, p. 101).

No que tange ao texto que utilizaremos e que constitui a segunda parte da *ontologia*, Lukács vai tratar especificamente dos “complexos de problemas mais importantes” de constituição do ser social, através do exame ontológico da categoria trabalho e da práxis, dos mecanismos de reprodução e da ideologia. Nesta etapa da sua construção teórica, está presente o fundamento da relação sujeito-objeto que nos permite a apreensão da mediação entre teoria e prática na *ontologia crítica marxista* lukacsiana. Nos itens que seguem abordaremos as questões mais importantes da análise presente nos capítulos *O trabalho* e *O ideal e a ideologia*, que contribuem com a definição do quadro conceitual e categorial destacado pelo autor que corroboram com a análise que propomos.

1.1.1 Elementos centrais do capítulo *O trabalho*: análise da relação sujeito-objeto e a mediação teórico-prática

No capítulo intitulado *O Trabalho*, Lukács vai discorrer sobre as categorias específicas do *ser social* e os complexos fundantes do seu processo de socialidade. Inicialmente o autor faz uma breve introdução sobre **método**, destacando as categorias totalidade, historicidade; caracterizando brevemente ser orgânico /inorgânico e fundamentando o tipo de ser no qual busca suas raízes ontológicas: o **ser social**. Ao longo de sua elaboração se refere ao que considera o complexo concreto da socialidade, o **trabalho**, como pôr teleológico e categoria fundante do ser social e identifica a intrínseca mediação entre homem e natureza. Analisa o trabalho como o modelo de toda **práxis social**, independentemente das formações sociais vivenciadas pela humanidade, através de categorias ontológicas que constituem o ser social e reflete sobre a **relação sujeito-objeto** e suas consequências para a mediação entre consciência e realidade que vão culminar nos complexos de reprodução do ser social e na ideologia.

Diante do exposto, abordaremos o quadro categorial mais significativo para a mediação sujeito-objeto e, por conseguinte, teoria-prática, analisado pelo autor no capítulo *O trabalho*.

Lukács inicia destacando a centralidade do método materialista histórico-dialético como fundamental para a análise das raízes ontológicas do ser social. Introduce sinalizando o aspecto de *totalidade* e o caráter de complexo de suas categorias determinantes que *só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir do nível global do ser*. Assim, deixa claro à direção metodológica que utiliza para apreender os complexos fundamentais:

[...] devemos recorrer ao método marxiano das duas vias, [...]: primeiro decompor, pela via analítico-abstrativa, o novo complexo do ser, para poder, então, a partir desse fundamento, retornar (ou avançar rumo) ao complexo do ser social, não somente enquanto dado e, portanto, simplesmente representado, mas agora também compreendido na sua totalidade real. (LUKÁCS, 2013, p. 41).

O caráter histórico de ser social, também é exposto pelo autor, informando que sua análise é direcionada para “[...] alcançar um conhecimento *post festum*, aplicando o método marxiano, segundo o qual a anatomia do homem fornece a chave para a anatomia do macaco e para o qual um estágio mais primitivo pode ser reconstruído – intelectualmente – a partir do estágio superior” (*idem*, p. 42-43). A categoria *historicidade* é abordada deixando clara a alusão ao método marxiano e a impossibilidade de experienciar o seu objeto, o ser social, em sua gênese, em virtude da necessidade do seu resgate primitivo, entendendo o momento em que o ser orgânico se torna o ser social. Para tanto, recorrerá à abstração *sui generis*, sendo a investigação concreta reservada para os estágios mais desenvolvidos.

Diante disto, Lukács identifica o *trabalho* como a categoria mais elementar, que se encontra presente em todos os modos de produção e que é capaz de explicar o processo de construção da socialidade do ser social: “[...] a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produtos da sua autoatividade” (*idem*, p. 43). A análise crítica desta categoria é fundamental para o autor, uma vez que, faz-se necessário compreender os saltos¹² do ser, de um nível para outro qualitativamente diferente; não de forma linear, mas dialética.

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. Com razão, diz Marx: “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, e tem a necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”. (LUKÁCS, 2013, p. 44).

¹² “[...] todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, onde a fase inicial certamente contém em si determinadas condições e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver a partir daquela numa simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo, da nova forma de ser”. (LUKÁCS, 2013, p. 46).

Assim, Lukács destaca a centralidade do trabalho para a reprodução do ser, não apenas socialmente, mas de sua sobrevivência/existência biológica. Considera que nesta categoria estão contidas as determinações que permitem reconstituir a essência do ser social. Evidencia o caráter de pôr teleológico do trabalho e das objetivações surgidas através das mediações estabelecidas no plano material/concreto, a partir das relações entre homem e natureza, ressaltando que na esfera do conhecimento filosófico sempre existiu uma “[...] antinomia entre teleologia e causalidade” (*idem*, p.48) derivada da análise da categoria trabalho, desprovida de historicidade, concretude, saturada de características mais abstratas, nas palavras do autor, como: “categoria cosmológica universal” (*ibidem*). Assim, apresenta a definição de *Causalidade*, *teleologia* e *pôr*:

Vale dizer que, enquanto a **causalidade** é um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio e mantém esse caráter mesmo quando uma cadeia causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência, a **teleologia**, em sua essência, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins. **Pôr**, nesse contexto, não significa, portanto, um mero elevar-à consciência, como acontece com outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui, com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico. (LUKÁCS, 2013, p. 48, grifos nossos).

Com isto sinaliza a ligação inseparável entre teleologia e causalidade, pois embora opostas, interagem de forma a resultar em um pôr-do-fim: para atingir a objetivação de um fim proposto, ou seja, a realização concreta de algo previamente idealizado, faz-se necessário investigar os meios, as condições presentes na própria realidade. “[...] um projeto ideal alcança a realização material, o pôr pensado de um fim transforma a realidade material, insere na realidade algo de material que, no confronto com a natureza, representa algo qualitativamente e radicalmente novo” (*idem*, p. 53). Implica dizer que do pôr teleológico e da identificação dos meios de transformação material, pode surgir algo novo, inteiramente diferente do que estava posto e, através da prévia idealização e da práxis, uma nova forma de intervenção sobre a realidade – destacamos a importância desta articulação dialética entre os opostos “teleologia e causalidade”, como elemento metodológico relevante da discussão que propomos neste trabalho investigativo.

E exatamente aqui se revela a inseparável ligação daquelas categorias, causalidade e teleologia, em si mesmas opostas e que, quando tomadas abstratamente, parecem excluir-se mutuamente. Com efeito, a investigação dos meios para a realização do pôr do fim não pode deixar de implicar um conhecimento objetivo da gênese causal das objetividades e dos processos cujo andamento pode levar a alcançar o fim posto. No entanto, o pôr do fim

e a investigação dos meios nada podem produzir de novo enquanto a realidade natural permanecer o que é em si mesma, um sistema de complexos cuja legalidade continua a operar com total indiferença no que diz respeito a todas as aspirações e ideias do homem. Aqui a investigação tem uma dupla função: de um lado evidencia aquilo que em si governa os objetos em questão, independentemente de toda consciência; de outro, descobre neles aquelas novas conexões, aquelas novas possibilidades de funções através de cujo pôr-em-movimento tornam efetivável o fim teleologicamente posto. (LUKÁCS, 2013, p.53-54).

Lukács faz uma articulação entre trabalho e o surgimento do pensamento científico, no que designou “investigação dos meios” se encontra o elo entre ambos, uma vez que, no processo de trabalho, são necessárias investigações das necessidades práticas que subsidiem a escolha dos melhores meios de realização. Uma vez adquiridos estes conhecimentos prático-objetivos da causalidade, o processo de trabalho se modifica, surgem novas necessidades e são necessárias novas análises e mediações para responder as questões que se apresentam: “É, portanto, a partir da tendência intrínseca de autonomização da investigação dos meios, durante a preparação e execução do processo de trabalho, que se desenvolve o pensamento cientificamente orientado e que mais tarde se originam as diferentes ciências naturais”. (*idem*, p. 60).

Com o processo de trabalho a consciência humana deixa de ser considerada um fenômeno secundário. O ser social age agora não mais involuntariamente/instintivamente, a sua intervenção sobre a realidade, ou seja, as suas objetivações, práxis e meios de reprodução, se darão de modo consciente, teleologicamente, o que diferencia o ser social dos demais seres orgânicos biologicamente determinados: “Somente no trabalho, no pôr do fim e de seus meios, com um ato dirigido por ela mesma, com o pôr teleológico, a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente [...] e executa na própria natureza modificações que, para os animais, seriam impossíveis e até mesmo inconcebíveis”. (*idem*, p.63). Com isto demonstra a realidade do pensamento e os modos concretos de manifestação e constituição da consciência, mediatizadas pelo trabalho.

Após esta abordagem sobre a mediação entre homem e natureza e o processo inicial de formação dos pores teleológicos, o autor expressa a suas considerações acerca da relação sujeito-objeto. Reflete sobre uma característica que é fundamento ontológico da práxis social e do ser social, fenômeno que denomina de *espelhamento da realidade*; este aspecto merece de nós uma atenção significativa. Afirma Lukács:

[...] a análise [do] espelhamento mostra uma separação precisa entre objetos que existem independentemente do sujeito e sujeitos que figuram esses

objetos, por meio de atos de consciência, com um grau maior ou menor de aproximação, e que podem convertê-los em uma possessão espiritual própria. Essa separação tornada consciente entre sujeito e objeto é um produto necessário do processo de trabalho e ao mesmo tempo a base para o modo de existência especificamente humano. Se o sujeito, enquanto separado na consciência do mundo objetivo, não fosse capaz de observar e de reproduzir no seu ser-em-si este último, jamais aquele pôr do fim, que é o fundamento do trabalho, mesmo do mais primitivo, poderia realizar-se. (LUKÁCS, 2013, p. 65).

Veamos, é através do espelhamento da realidade que o ser social se distancia¹³ da animalidade, o salto de humanização que decorre do processo de trabalho, para a superação do caráter puramente biológico da consciência. Com este distanciamento, no pôr teleológico conscientemente realizado, nasce a relação sujeito-objeto. A realidade existe independentemente da consciência que a apreende: através dos atos da consciência, o sujeito projeta idealmente o objeto criando representações¹⁴ deste. A reprodução do objeto na consciência e as múltiplas possibilidades (alternativas) que o sujeito pode realizar no trabalho, o diferencia dos outros seres orgânicos, enquanto ser que projeta, pré-idealiza. A realidade espelhada decorre da observação e da experiência, em sua síntese na consciência pode vir a constituir um sistema de atos ainda não existentes – ainda como projeção, na análise e/ou elaboração dos meios de realização do fim proposto.

Neste ponto, o autor destaca outra relação dialética entre opostos que interagem, afirmando que o espelhamento é um momento de “não ser”, é o primeiro momento que possibilita acionar os nexos causais para a produção de novas objetivações no ser-social, contribuindo no processo de sua reprodução. O espelhamento da realidade, portanto, permite surgir possibilidades de novos pores teleológicos, contribui com o processo de conhecimento da realidade e na identificação dos meios necessários para a intervenção sobre esta, que será materializada com a práxis.

Partindo do espelhamento da realidade, Lukács aborda a racionalidade alternativa. Para o autor a *alternativa* também é um ato de consciência, uma “[...] categoria mediadora, com

¹³ No tocante ao distanciamento faz-se necessário aclarar que “[...] o espelhamento se dirige ao objeto inteiro independente da consciência, objeto que é sempre intensivamente infinito, procurando apreendê-lo no seu ser-em-si e, exatamente por causa da distância necessária imposta pelo espelhamento, pode errar. [...] esse processo de objetivação e de distanciamento tem como resultado que as reproduções jamais possam ser cópias quase fotográficas, mecanicamente fiéis da realidade. Elas são sempre determinadas pelos pores do fim, vale dizer, [...] pela reprodução social da vida, na sua origem pelo trabalho”. (LUKÁCS, 2013, p. 66-67).

¹⁴ O autor faz uma comparação com os demais seres orgânicos, mostrando que os animais também realizam uma mediação entre sua limitada consciência (biológica) e o ambiente em que vivem, mostrando que podem ter representações das coisas em sua volta, mas jamais definir conceitos: “[...] é preciso usar o termo representação com a necessária cautela, uma vez que, depois de formado, o mundo conceitual retroage sobre a intuição e sobre a representação”. (LUKÁCS, 2013, p. 65).

cuja ajuda o espelhamento da realidade se torna veículo do pôr de um ente” (*idem*, p. 73). A alternativa, enquanto ato da consciência, estabelece um processo ininterrupto de novas decisões e novas escolhas, que apontam para novas alternativas. Ao passo que outras descobertas vão surgindo, há “uma ininterrupta cadeia temporal de alternativas sempre novas” (*idem*, p.72).

Cada ato de trabalho implicará novas alternativas, novas tomadas de decisão e gerará novas consequências. O papel fundamental da *causalidade* neste processo é reforçado, pois no trabalho, “[...] não só o fim é teleologicamente posto, mas também a cadeia causal que o realiza deve transformar-se em causalidade posta” (*ibidem*), o que não significa que o objeto deixe de estar sujeito a causalidade natural, apenas que no trabalho e somente no pôr teleológico, com o espelhamento da realidade, a causalidade pode se tornar posta. Assim:

[...] as causalidades naturais são submetidas às causalidades postas de acordo com o trabalho, mas, uma vez que cada objeto natural tem em si uma infinidade intensiva de propriedades como possibilidades, estas jamais deixam inteiramente de operar. E, dado que o seu modo de operar é completamente heterogêneo em relação ao pôr teleológico, em muitos casos há consequências que se contrapõem a este e que às vezes o destroem (corrosão do ferro etc.). A consequência disso é que a alternativa continua a funcionar como supervisão, controle, reparo etc., mesmo depois que terminou o processo de trabalho em questão e tais pores preventivos multiplicam ininterruptamente as alternativas no pôr do fim e na sua realização. Por isso, o desenvolvimento do trabalho contribui para que o caráter de alternativa da práxis humana, do comportamento do homem para com o próprio ambiente e para consigo mesmo, se baseie sempre mais em decisões alternativas. (LUKÁCS, 2013, p. 73).

Na análise da alternativa, o autor chega à racionalidade, que depende da satisfação da necessidade concreta. A alternativa faz a passagem da possibilidade à realidade: “[...] O sujeito só pode tomar como objeto de seu pôr de fim, da sua alternativa, as possibilidades determinadas a partir e por meio deste complexo de ser que existe independentemente dele. (*idem*, p.76).

Com o espelhamento da realidade (e a relação sujeito-objeto) os pores teleológicos se complexificam, o processo de trabalho põe exigências ao sujeito implicando o surgimento da *linguagem* e do *pensamento conceitual*. As necessidades surgidas pelo processo de trabalho, agora tornado social – intensificadas conforme as relações estabelecidas pelo ser social em sua interação com outros seres (através da socialização originada pela cooperação de mais pessoas no trabalho, divisão de funções etc.) – provocam uma crescente autonomização no ser social.

Na medida em que as experiências de um trabalho concreto são utilizadas em outro, ocorre gradativamente sua – relativa – autonomia, ou seja, a fixação generalizadora de determinadas observações que já não se referem de modo exclusivo e direto a um único procedimento, mas, ao contrário, adquirem certa generalização como observações de eventos da natureza em geral. São essas generalizações que formam os germes das futuras ciências, [...] a independência do espelhamento do mundo externo e interno na consciência humana é um pressuposto indispensável para o nascimento e desenvolvimento ascendente do trabalho. E, no entanto, a ciência, a teoria como figura automática e independente dos pores teleológico-causais originados no trabalho, mesmo chegando ao grau máximo de desenvolvimento, não pode nunca romper inteiramente essa relação de última instância com sua própria origem. (LUKÁCS, 2013, p. 86-87).

Dadas as categorias que subsidiam a reflexão acerca dos complexos que envolvem a interrelação do ser social com a realidade e sua intervenção sobre esta, Lukács inicia especificamente o problema central da nossa investigação: a relação estabelecida entre **teoria e prática**. Para o autor o desenvolvimento do trabalho implica necessariamente *a independência do espelhamento do mundo externo e interno na consciência humana*, assim, as mediações da consciência em relação ao real imputam ao ser social a reflexão, dadas a observação e a prática, com vistas a estabelecer formas de satisfação das suas necessidades, que acabam repercutindo sobre *o problema da teoria e da práxis*. Segundo Lukács “[...] para encontrar o ponto de partida correto com relação a esse complexo de questões, temos que retornar novamente a um problema [...] o da teleologia e da causalidade”. (*idem*, p. 87). Assim, o autor reflete que:

[...] para resolver o problema “teoria-práxis” é preciso voltar à práxis, ao seu modo real e material de manifestação, onde se evidenciam e podem ser vistas clara e univocamente suas determinações ontológicas fundamentais. Assim, o aspecto ontologicamente decisivo é a relação entre teleologia e causalidade. E constitui um ato pioneiro no desenvolvimento do pensamento humano e da imagem humana do mundo equacionar o problema pondo o trabalho no centro dessa disputa, e isso não só porque desse modo é afastada criticamente do desdobramento do ser na sua totalidade qualquer projeção, não só porque o trabalho (a práxis social) é entendido como o único complexo do ser no qual o pôr teleológico tem um papel autenticamente real e transformador da realidade, mas também porque sobre essa base [...] é evidenciada a única relação filosoficamente correta entre teleologia e causalidade. (LUKÁCS, 2013, p. 88-89).

É na práxis, ou seja, no ato teleologicamente posto de transformação da realidade, que se pode resgatar ontologicamente a relação estabelecida entre teleologia e causalidade, que permite a análise sobre a mediação existente entre teoria e prática. Para Lukács, na categoria trabalho se encontra a gênese ontológica desta relação, pois, nos atos que transformam a

causalidade espontânea em causalidade posta, na relação direta entre homem e natureza, se pode estabelecer esta mediação primária, entre conhecimento e realidade, pois “o puro caráter cognitivo dos atos está preservado” (*idem*, p. 90).

A coexistência ontológica entre teleologia e causalidade no comportamento laboral (prático) do homem, e só neste, tem por consequência que, no plano do ser, teoria e práxis, dada a sua essência social, devem ser momentos de um único e idêntico complexo do ser, o ser social, o que quer dizer que só podem ser compreendidas de modo adequado tomando como ponto de partida essa inter-relação”. (LUKÁCS, 2013, p. 90).

Vejamos, na análise da práxis a partir do trabalho (da relação entre sujeito e objeto, consciência e realidade), é possível identificar que o conhecimento é sempre *post festum*, ou seja, é posterior a prática, advém dela e da reflexão sobre esta. Lukács deixa claro a necessidade de entender a interrelação destas duas esferas para a compreensão de cada uma: não há como falar de conhecimento teórico sem a análise da prática, cujo desenvolvimento está sempre a frente da reflexão sobre ela¹⁵.

Ao analisar um nível de maior complexidade dos pores teleológicos – que não apenas aqueles decorrentes da mediação imediata do homem com a natureza, do trabalho imediato – denominados de *pores teleológicos secundários*, o autor aponta que são resultantes de uma consciência de grupo, dos pores singulares que se generalizaram. As generalizações dos pores teleológicos secundários não ocorrem de forma imediata, decorrem de um desenvolvimento longo e contraditório, do salto do ser orgânico para o ser social.

Com a socialidade do homem, a escolha de alternativas, a transformação da consciência sobre as cadeias causais, processos, objetos etc., com o desenvolvimento da linguagem e dos conceitos; os pores atingem um grau mais alto de generalizações e de socialização. “[...] nos pores de causalidade de tipo superior, [...] é inevitável uma intervenção, uma influência do pôr do fim teleológico sobre as suas reproduções espirituais” (*idem*, p.91). Assim sendo, a partir da interação dos homens entre si e destes com a sociedade, os interesses sociais vão intervir no espelhamento da realidade.

¹⁵ O autor considera que *as consequências dos atos teleológicos dissociam-se das intenções de quem os põe*, podendo tomar rumos opostos ao intencionado a priori. Dito isto, identifica que “[...] o conjunto do ser social, em seus traços ontológicos fundamentais, está construído em cima dos pores teleológicos da práxis humana, formalmente sem levar em conta em que medida os conteúdos teóricos de tais pores [...] captam corretamente o ser, bastando que estejam em condições de realizar suas finalidades imediatamente almejadas”. (*idem*, p. 368). Dito isto, a prioridade está na prática: há atividade prática sem conhecimento teórico, entretanto não há conhecimento teórica sem a prática.

Diante disto, Lukács vai discorrer sobre a repercussão da mediação entre teoria e prática na esfera do pensamento (especialmente as implicações no processo de conhecimento científico). Caracteriza o *dever-ser* como um momento relevante da mediação entre o conhecimento da realidade e a intervenção do ser social:

Quando, então, observamos que o ato decisivo do sujeito é seu pôr teleológico e a realização deste, fica imediatamente evidente que o momento categorial determinante desses atos implica o surgimento de uma práxis caracterizada pelo dever-ser. O momento determinante imediato de qualquer ação intencionada que vise à realização deve por isso ser já esse dever-ser, uma vez que qualquer passo em direção à realização é determinado verificando se e como ele favorece a obtenção do fim. O sentido da determinação inverte-se deste modo: na determinidade normal biológica, causal, portanto tanto nos homens quanto nos animais, surge um desdobramento causal no qual é sempre inevitavelmente o passado que determina o presente. [...] O pôr de um fim inverte, como já vimos, esse andamento: o fim vem (na consciência) antes da sua realização e, no processo que orienta cada passo, cada movimento é guiado pelo pôr do fim (pelo futuro). Sob esse aspecto, o significado da causalidade posta consiste no fato de que os elos causais, as cadeias causais etc. são escolhidos, postos em movimento, abandonados ao seu próprio movimento, para favorecer a realização do fim estabelecido desde o início. [...] Do ponto de vista do sujeito, esse agir determinado a partir de um futuro definido é exatamente um agir conduzido pelo dever-ser do fim. (LUKÁCS, 2013, p.98-99).

O dever-ser é, pois, uma categoria ontológica do ser social, um fator determinante e princípio orientador da práxis. Nos pores teleológicos, os atos da consciência implicam a obtenção de um pôr do fim, ou seja, orientado pelo correto espelhamento da realidade¹⁶, visam a objetivação/concreção do que foi previamente idealizado, a realização da finalidade ideada. O agir conduzido pelo sujeito para o pôr do fim, que é projetado na consciência antes de sua realização, orienta cada etapa do processo de transformação do objeto.

A causalidade posta é conduzida para viabilizar a realização do fim estabelecido desde o início do processo, através do reconhecimento adequado das cadeias causais e das escolhas que melhor viabilizam a sua objetivação. Assim: “[...] em todos os casos, de relação do dever-ser, de atos nos quais não é o passado, na sua espontânea causalidade, que determina o presente, mas, ao contrário, é a tarefa do futuro teleologicamente posta o princípio determinante da práxis de tais atos” (*idem*, p. 105). Por conseguinte, na capacidade do ser social de antecipar na consciência o fim, de projetar algo que irá se concretizar na práxis,

¹⁶ “[...] o espelhamento correto da realidade é a condição inevitável para que um dever-ser funcione de maneira correta; [...] aqui temos também uma insuprimível interação entre dever-ser e espelhamento de realidade (entre teleologia e causalidade posta), em que a função de momento predominante cabe ao dever-ser”. (LUKÁCS, 2013, p. 99-100).

estão presentes a possibilidade do agir conduzido pelo dever-ser, aspectos que particularizam o ser social em sua interação com a causalidade espontânea.

Outro fator determinante da práxis, para Lukács, é o *Valor*¹⁷. Assim como o dever-ser, o valor também é uma categoria do ser social, e mantém com a primeira, uma relação de interdependência, pois “[...] ambas são momentos de um único e mesmo complexo. No entanto, uma vez que o valor influi predominantemente sobre o pôr do fim e é o princípio de avaliação do produto realizado, ao passo que o dever-ser funciona mais como regulador do próprio processo” (*idem*, p. 106). Assim sendo, o valor está presente nos atos teleológicos que levam à práxis, como momento de avaliação da utilidade (valoração) do pôr do fim que se materializará com a objetivação. Neste os pores teleológicos do fim sofrem influência sobre a consciência de outros homens, a fim de induzi-los aos pores teleológicos desejados, mudanças que os tornam diferentes, gerando uma complexidade maior do valor e dos pores de valor. (*idem*, p.118).

Ainda no complexo do valor, o autor aborda a *Contraditoriedade*¹⁸ e a *Substância*¹⁹, como seus aspectos orgânicos, chama atenção para as suas determinações constitutivas no momento de realização na práxis, que não pode – nas suas palavras – ser “deduzida intelectualmente”, mas a sua realização se fundamenta nos atos e nas alternativas, no complexo de possibilidades práticas reais de objetivação, postas pelas necessidades sociais de cada presente, pois “o valor realizado na práxis não pode deixar de ter um caráter socialmente objetivo” (*idem*, p. 125).

Como observamos, a problemática sujeito-objeto, é um fenômeno derivado diretamente do trabalho: “[...] o surgimento da relação “sujeito-objeto” e o distanciamento entre sujeito e

¹⁷ Discorre que diante dos diversos processos de complexificação da socialidade e quando o trabalho atinge um nível mais elevado, com o valor econômico, ocorre a intensificação do valor existente na atividade simples, produtora de valores de uso, que acaba por alterar o caráter de utilidade do valor surgindo o valor de troca, que assume o papel de guia nos intercâmbios sociais dos homens; “[...] a vigência do valor de troca sempre pressupõe que este se baseie no valor de uso. O novo, então é um desdobramento contraditório, das determinações originárias, já presentes na gênese, e não a sua simples negação abstrata”. (*idem*, p.116).

¹⁸ No tocante a *contraditoriedade*, Lukács diz que faz parte da legalidade imanente da economia produzir antagonismos entre essência objetiva e as formas fenomênicas e que estes antagonismos são fundamentos ontológicos do próprio desenvolvimento do processo histórico-social. Assim nas alternativas, além das possibilidades de escolha para as tomadas de decisões (que contribuem com a objetivação dos pores teleológicos), também se apresentam os conflitos, os antagonismos decorrentes da imediatez que podem inclusive expressar a distinção entre essência e fenômeno/aparência, a contraditoriedade que pode levar a ocultar a realidade concreta.

¹⁹ No tocante a *substância*, Lukács a define como aquilo que, “[...] na contínua mudança das coisas, mudando ela mesma, pode conservar-se em sua continuidade. No entanto, este dinâmico conservar-se não está necessariamente ligado a uma “eternidade”. As substâncias podem surgir e perecer, sem que com isso deixem de ser substâncias – desde que se mantenham dinamicamente durante o tempo da sua existência” (*idem*, p. 122). Esta substancialidade aludida pelo autor remete ao desenvolvimento social e suas categorias constitutivas, que não são eternas, mas, apresentam uma essência que mesmo diante das situações de mudanças e permanências dos complexos categoriais, permanecem como componente orgânico no ser.

objeto [...] advém daí” (*idem*, p. 127), assim, o sentido ontológico-genético desta relação está na categoria trabalho e o seu distanciamento se deve a relação apreendida no processo de constituição do conhecimento sobre o real. Portanto, alguns fenômenos subsidiam a reflexão sobre sujeito-objeto: o distanciamento, a linguagem, a práxis e a consciência humana²⁰.

Como mencionado anteriormente, a *consciência humana* deixa de ser um epifenômeno e passa a se tornar constitutiva do ser social em seu processo de entificação²¹: “[...] a transformação interna do homem consiste em chegar a um domínio consciente sobre si mesmo”. (p. 129). A prévia ideação, a antecipação do pôr teleológico na consciência antes de sua objetivação, ou seja, o domínio da consciência do ser social sobre sua composição biológica (seu corpo) e sobre os seus atos, faz com que surja uma *nova função da consciência como portadora de pores teleológicos da práxis*. Embora haja um momento designado pelo autor como “período de consequências”, em que a decisão se torna limitada – diminuindo o espaço das alternativas para a realização da práxis – sempre permanece um mínimo de liberdade²² na decisão do ser social face aos fenômenos objetivos.

No tocante a relação teoria-prática, Lukács destaca o período da Renascença e do florescimento do pensamento científico do século XIX. Chama atenção para o surgimento da teoria como manipulação prática dos fatos, com a “[...] aplicação dos conhecimentos científicos orientados para conhecer o mundo e progredir no sentido de generalizações

²⁰ Através dos signos linguísticos o sujeito se separa dos objetos que designou, e estes passarão a ser apropriados por outros sujeitos em contextos diversos, assim: “[...] o pôr simultâneo do sujeito e do objeto, mediante a linguagem, no trabalho e igualmente decorrendo deste, distancia o sujeito do objeto e vice-versa, o objeto concreto do seu conceito etc”. (*idem*, p. 127-128). Com isto Lukács aponta que o objeto criado e conceituado por um sujeito singular, ao se expandir para um grupo socialmente constituído, pode desencadear novas necessidades e finalidades (imediatas ou mediatas) que podem ilimitadamente gerar novas objetivações. Assim: “[...] só o distanciamento intelectual dos objetos por meio da linguagem é capaz de fazer com que o distanciamento real que surgiu no trabalho seja comunicável e fixado como patrimônio comum de uma sociedade”. (*idem*, p. 128).

²¹ Importa sinalizar que o autor considera “[...] um ininterrupto afastamento da barreira natural, mas jamais a sua supressão completa; o homem, [...] permanece em sentido biológico um ente ineliminavelmente natural: sua consciência em sentido biológico [...] está indissociavelmente ligada ao processo de reprodução biológica do seu corpo [...] a base biológica da vida permanece intacta também na sociedade”. (LUKÁCS, 2013, p. 130).

²² Segundo o autor, “[...] a liberdade é aquele ato de consciência que dá origem a um novo ser posto por ele” (LUKÁCS, 2013, p. 138), é um fenômeno socialmente posto “completamente estranho à natureza”, uma vez que, a consciência decide através das alternativas, entre as possibilidades existentes, como tornar a causalidade posta. A liberdade também é “um querer transformar a realidade”, expressasse através das escolhas entre as cadeias de alternativas postas, e, assim sendo, é um fenômeno ontológico, concreto e não abstrato: “[...] ela representa determinado campo de forças das decisões no interior de um complexo social concreto na qual operam, simultaneamente, objetividades e forças tanto naturais como sociais”. (*idem*, p. 141). Diante do exposto é possível perceber que há uma relação direta entre consciência e liberdade: “[...] quanto maior for o conhecimento das cadeias causais que operam em cada caso, tanto mais adequadamente elas poderão ser transformadas em cadeias causais postas, tanto maior será o domínio que o sujeito exerce sobre elas, ou seja, a liberdade que aqui ele pode alcançar. A partir de tudo isso, fica claro que toda decisão alternativa constitui o centro de um complexo social que conta com a determinidade e a liberdade entre os seus componentes dinâmicos. O pôr de um fim com o qual o ontologicamente novo aparece enquanto ser social é um ato nascente de liberdade, uma vez que caminhos e meios para a satisfação de necessidade não são mais efeitos de cadeias causais espontaneamente biológicas, mas resultados de ações decididas e executadas conscientemente”. (*idem*, p. 140).

verificáveis na própria realidade”. (*idem*, p.149). Surge neste período em que o pensamento científico amplia o conhecimento sobre a realidade, e em que a realização do pôr teleológico se torna cada vez mais social, uma situação paradoxal (que ele tratará mais especificamente no capítulo que aborda a ideologia) uma contraposição entre o conhecimento do ser e sua mera manipulação: “[...] enquanto nos estágios mais primitivos era a precariedade do trabalho e do saber que impedia uma autêntica indagação ontológica do ser, hoje é exatamente a ilimitada ampliação do domínio sobre a natureza que cria obstáculos autoerigidos à generalização ontológica do saber”. (*ibidem*). Lukács afirma que para o processo do conhecimento sobre o real ser tomado como “fundamento da universalidade prática em si”, como manipulação logicista, a intencionalidade terá como critério uma praticidade imediata²³.

Para se chegar as legalidades próprias e imanentes das cadeias causais, sobre as quais as decisões alternativas postas pelos homens podem tornar possíveis o seu domínio prático, faz-se necessário aproximar-se cada vez mais do conhecimento correto do ser. Conhecendo-se a essência do objeto, a sua legalidade constitutiva que se move independentemente das alternativas postas, o sujeito pode através da práxis social, transformá-lo conforme a intencionalidade que objetiva. “[...] o homem que age de modo prático na sociedade encontra diante de si uma segunda natureza [...], deve procurar transformar o curso das coisas, que é independente de sua consciência, num fato posto por ele, deve, depois de ter-lhe conhecido a essência, imprimir-lhe a marca da sua vontade”. (*idem*, p. 151).

Assim, Lukács aborda especificamente os complexos categoriais que constituem o ser social, destaca o desenvolvimento da sua socialidade e sinaliza a constituição das dimensões de base e superestrutura que serão melhor abordadas no item que segue. Através da análise dialética entre teleologia e causalidade – que com o espelhamento da realidade, torna-se posta – com vistas a atender as necessidades de sua reprodução, o ser social constrói conhecimentos sobre a realidade, que viabilizam a sua mediação com a natureza e com os outros sujeitos, através da práxis e das generalizações que viabilizarão mudanças significativas no ser social, demonstrando a gênese da relação sujeito-objeto e, por conseguinte, teoria-prática.

²³ É esta praticidade imediata que trará como consequência um conhecimento superficial e manipulatório/instrumentalizável para a realidade, que contribuirá com a separação das esferas teórica e prática, sendo esta análise fundamental para o Serviço Social na medida em que representa a positividade requisitada no trato das expressões da questão social, via políticas sociais demandadas pela abordagem metodológica utilizada pela profissão em seu processo de profissionalização – aspectos que aprofundaremos no capítulo 2 – resultando na dicotomização.

1.1.2 O capítulo *O ideal e a ideologia*: As repercussões no processo de conhecimento do real e os rebatimentos para a práxis do ser social.

No capítulo intitulado *O ideal e a ideologia*, Lukács vai discorrer sobre a dimensão do trabalho para além da práxis concreta – material-real-objetiva. Adentra a questão da representação que o sujeito conscientemente produz no pôr teleológico, que precede a realização material: o *momento ideal*. Justificamos a utilização deste capítulo para tratar da relação entre teoria e prática, em virtude das reflexões do autor acerca do papel da ideologia (especialmente no processo de conhecimento da realidade) e sua repercussão na práxis do ser social.

Neste capítulo o autor demonstra como o momento ideal constitui o ponto de partida dos pores teleológicos, como também expõe sobre a mediação entre as categorias totalidade e historicidade. Lukács aborda os complexos que envolvem a objetivação e a alienação, traz a reflexão sobre a dimensão do cotidiano, tece considerações acerca da esfera da superestrutura ideológica e de como esta repercute no processo de conhecimento do real e na práxis.

Analisa especificamente a ideologia – expondo a diferenciação entre falsa consciência – bem como a diferença da abordagem científica-gnosiológica e ontológico-prática. Traz as concepções sobre essência e fenômeno e as esferas ideológicas decorrentes do processo de socialização e de constituição do ser social. É possível identificar também as repercussões da ideologia sobre o pensamento científico considerando o processo reificador dos atos ideais (como forma de legitimação da ideologia da classe dominante) e o direcionamento político para uma práxis revolucionária, tendo por base o método marxiano.

O ponto de partida para a discussão do momento ideal em relação à realização material é analisado inicialmente a partir da precedência ontológica: “[...] a possibilidade de ser de cada ato, que só pode ser isolado no pensamento, está ligada por necessidade ontológica ao ser do outro”. (Lukács, 2013, p. 356). A inseparabilidade ontológica destes dois atos teleológicos são elementos que nos permite a apreensão da relação estabelecida entre sujeito e objeto, entre teleologia e causalidade, uma vez que: “[...] o ato do pôr teleológico só se torna um ato teleológico autêntico através da efetuação real de sua realização material; sem este, aquele permanece um estado puramente psicológico, [...] que tem com a realidade material no máximo uma relação de caráter representativo”. (*ibidem*). Isto demonstra a inter-relação de dependência dos dois momentos, pois, para que o momento ideal (sujeito) possa implicar em transformações no real (objeto), faz-se necessário um determinado processo concreto de

objetivações, sendo a práxis, o momento de mediação entre um e outro, transformando a causalidade natural em causalidade posta.

Esta mediação expressa a dialética do ideal e do real; aspecto metodológico que permite a apreensão do ponto de partida e de chegada da relação estabelecida entre sujeito e objeto: o sujeito parte do objeto (da realidade concreta, aparente) e a ele retorna, saturando-o de novas objetivações, portanto o real, o objeto, constitui o momento objetivamente predominante no processo de conhecimento e o ideal o momento que leva a extrair do real as suas possibilidades.

A prioridade ontológica irrevogável do momento real mostra-se no fato de que [...] as propriedades, relações etc. desses objetos, existentes objetivamente, em si, totalmente independentes do sujeito ativo, devem ser corretamente reconhecidas e corretamente aplicadas. [...] As propriedades existentes em si do real devem ser corretamente reconhecidas, isto é, a práxis humana tem de pôr em marcha nelas tudo aquilo que pode levar à realização dos pores teleológicos. Portanto, o homem trabalhador deve avançar até esse ser-em-si não só de modo geral com o seu pensamento; ele precisa antes, descobrir aquelas propriedades, relações etc. que eventualmente nem sejam diretamente perceptíveis e que as convertem em meios apropriados para seus propósitos. (LUKÁCS, 2013, p. 404-405).

O autor vai adentrar na análise da influência de um pôr teleológico desejado sobre a consciência de outros sujeitos: “Nesse caso o “material” do pôr do fim é o homem, do qual se pretende que ele tome uma decisão alternativa” (*idem*, p. 358). O espelhamento da realidade na consciência dos sujeitos e o distanciamento da realidade (já aludidos no item anterior) permitem que seja estabelecida a relação da consciência com a realidade (relação sujeito-objeto), viabilizando as possibilidades de escolhas alternativas para a realização da finalidade objetivada.

Para Lukács o *ideal* é o complexo de representação dos pores teleológicos; o momento ideal viabiliza a criação de coisas novas, contribui com a realização de novas possibilidades reais: “Todos os caminhos reais para a realização dos pores teleológicos precisam primeiro ser fixados no pensamento antes de poderem se converter em ações prático-materiais” (*idem*, p. 406.)

A realidade é posta em movimento pelos atos teleológicos através da práxis, embora caiba a ressalva sobre os efeitos que estes pores têm sobre a totalidade do ser social. Daí surge, na visão do autor, problemas ontológicos decorrentes de tradições filosóficas que partem da análise dos fenômenos mais complexos e desenvolvidos, “[...] examinando-os isoladamente nas dimensões metafísica, lógica, gnosiológica, e, [...] jamais conseguiram

avançar até a sua gênese, até o fundamento real do seu ser – até a chave de sua decodificação ontológica”. (*idem*, p. 368-369). O caminho percorrido pela ontologia busca analisar o ser social (e os pores teleológicos decorrentes de sua atividade prática), em suas cadeias causais reais, na essência dos fenômenos e de suas categorias concretas, entendidas dentro do processo histórico do qual se origina.

A *historicidade* e a *totalidade* aparecem como categorias centrais que permitem a apreensão da legalidade concreta²⁴ do objeto, para além da sua dimensão fenomênica, inserindo-o nos complexos contraditórios das diferentes formações socio-históricas. Importa sinalizar que as categorias ontológicas não são eternas nem imutáveis, embora existam categorias que compõem diversas formas de socialidade (como o exemplo da categoria trabalho reforçada pelo autor), em cada momento histórico apresentam uma função objetiva na esfera da reprodução dos sujeitos, decorrente das relações estabelecidas entre o momento ideal e as possibilidades concretas de realização. A análise em uma perspectiva de totalidade, permite entender a *constituição, estrutura, dinâmica e o modo de agir* das categorias concretas.

Lukács identifica então, o método da teoria marxiana, em que: “A objetividade e a legalidade peculiares da realidade econômica têm como fundamento irrevogável o fato de ser [...], um processo histórico levado a cabo pelos próprios homens que dele participam”. (*idem*, p. 365), assim sendo, a história é um componente movido pelo próprio ser social e permite apreender fielmente as manifestações dos fenômenos em sua integralidade concreta, para tanto, necessita de um resgate da essência do objeto no seu momento histórico global e em sua gênese categorial.

Com as novas experiências do trabalho, as generalizações provocaram na consciência do sujeito uma autonomização da imagem da realidade, diante disto, o autor chama atenção para a centralidade do objeto no processo de conhecimento, afirmando que:

Essa autonomização obviamente não está baseada na autonomia do ato de consciência em relação ao objeto intencionado por ele, [...]. Pelo Contrário. Esses objetos confrontam-se com o sujeito, por um lado, na dura imutabilidade do seu ser-em-si e, por outro lado, o sujeito da práxis deve sujeitar-se incondicionalmente a esse ser-em-si, tentar entendê-lo do modo

²⁴ Quando se trata de legalidade, faz-se necessário expor as concepções do autor sobre este termo. Segundo Lukács a legalidade objetiva do processo total: “[...] se desdobra como sua síntese objetivo-dinâmica, que necessariamente se impõe pelas costas dos produtores singulares, independentemente de suas ideias e intenções. [...] Estas sempre têm, como já foi demonstrado, um caráter “se... então” histórico-social concreto. [...] Porém, a sua forma generalizada, o seu ser elevado à condição de conceito [...] constitui, antes, no sentido meramente histórico, uma possibilidade geral, um campo de ação real das possibilidades para as realizações “se... então” segundo a legalidade concreta”. (LUKÁCS, 2013, p. 364.365).

mais incontaminado possível por preconceitos subjetivos, por projeções da subjetividade sobre o objeto etc.(LUKÁCS, 2013, p. 413).

Para que a práxis aconteça, é necessário que antes a consciência reproduza idealmente os objetos do mundo exterior, apreendendo-os no seu ser-em-si, sem, contudo, “contaminá-los” com projeções subjetivas; com isto o autor reforça, a necessidade de se buscar a essência do objeto, que permite, do ponto de vista científico-filosófico o conhecimento dos elementos que podem vir-a-ser transformados através da práxis em novas objetivações.

Importa ressaltar, para evitar mal-entendidos, que Lukács não está superdimensionando o objeto e desconsiderando a importância do sujeito no processo de conhecimento, pelo contrário, quanto a questão da subjetividade e da neutralidade do sujeito frente ao objeto, o autor aponta que “[...] jamais se fala de uma mera contemplação, de uma aceitação do objeto de modo consciente passivo, que ao sujeito cabe, muito antes, um papel ativo, de iniciativa: sem o pôr teleológico não há percepção, imagem, conhecimentos corretos, relevantes para a prática, do mundo objetivo” (*idem*, p. 414). É através da reflexão sobre a constituição do ser-em-si dos objetos concretos, que as possibilidades de transformação prático-materiais podem ser potencializadas.

No tocante a relação aparência-essência, fruto de diversos debates no campo das ciências sociais, uma consideração importante trazida pelo autor é a *separação de objetos reais e suas imagens na consciência* que precisa ser aclarada com referência a sua verdadeira estrutura e dinâmica, assim sendo, o que a consciência capta é a aparência do objeto, pois mesmo saturando-o de determinações para construir uma imagem condizente com a realidade, não é o objeto real, mas a sua representação.

O objeto concreto é infinitamente mais complexo e está em movimento, portanto a “imagem” que se torna objeto da consciência pode resultar em novas objetivações, sendo necessárias novas aproximações sucessivas, que precisam superar a imediatividade e buscar apreender o movimento real do objeto. Isto posto, ao se analisar abstratamente a estrutura dinâmica do objeto, após o processo de investigação, é necessário retornar ao objeto. É possível chegar a sua essência, no entanto, situando-o em um contexto histórico determinado, pois como vimos as categorias não são eternas nem imutáveis e o ser do objeto pode ir se modificando e dinamizando ao longo do desenvolvimento. Assim:

Por um lado, a autonomia, a concretude, a legalidade etc. dos objetos só pode se tornar efetiva para o sujeito no momento em que surge essa autonomia da imagem. Acima de tudo, o objeto só pode revelar objetivamente o seu verdadeiro ser para o sujeito na construção consciente,

na relação recíproca consciente dos diferentes modos fenomênicos etc., portanto, como resultado de um processo ideal analítico e sintético, em sua multiplicidade inconstante enquanto unitariamente existente. Logo, a autonomização da imagem é o pressuposto da apreensão consciente do objeto na sua diferenciada identidade, existente em si, consigo mesma. (LUKÁCS, 2013, p.417).

Esta autonomia da imagem viabiliza a ultrapassagem de sua aparência fenomênica e contribui para se chegar à identidade do objeto, conhecendo suas propriedades. É o momento em que o sujeito apreende o objeto na consciência e a partir de então passa a analisar a sua constituição, os seus elementos: é a objetivação do objeto no plano da consciência. Neste processo está exposta a inter-relação orgânica entre sujeito e objeto na ontologia, como uma relação de unidade, de interação dinâmica e de transformação, como aponta o autor ao longo da sua obra, configura o princípio de identidade e não identidade, conforma um mesmo ato unitário:

[...] a relação “sujeito-objeto” enquanto relação típica entre o homem e o mundo, o seu mundo, constitui uma inter-relação, na qual o sujeito atua permanentemente sobre o objeto, o objeto sobre o sujeito, conferindo nova forma, produzindo coisas novas, na qual nenhum dos dois componentes pode ser compreendido isoladamente, separado por antagonismos e, portanto, de modo independente. (LUKÁCS, 2013, p. 422-423).

Ao longo do desenvolvimento das forças produtivas e da sociedade, com a divisão do trabalho, os pores práticos mediados se complexificam – *algo ideal é transformado em algo real por meio de atos teleológicos-práticos* – e passam a influenciar diretamente a consciência de outros sujeitos no sentido de atingir uma finalidade objetiva.

Este estágio de desenvolvimento do ser social passa a requisitar, além do âmbito da produção, da base econômica, outro âmbito de organização de atividades que não estão direcionadas imediatamente a reprodução material, mas atua na esfera das relações entre os sujeitos, a *superestrutura ideológica*: “[...] o processo econômico de reprodução, a partir de determinado estágio, não poderia funcionar, [...] sem a formação de campos de atividades não econômicos que possibilitem ontologicamente o desenrolar desse processo”. (*idem*, p. 397).

O âmbito da superestrutura ideológica compõe as atividades não econômicas (como a esfera do direito, a política, a religião e as formas puras da ideologia: a filosofia e a arte), onde os pores teleológicos estão voltados mais especificamente para viabilizarem uma mudança na consciência e no comportamento de outros sujeitos, para além do metabolismo entre sociedade e natureza. Dito isto, o autor chama atenção para o surgimento e a disseminação de

ideologias que só é possível em uma sociedade de classes, pois, não é a expressão de um pensamento singular, mas de um pensamento coletivo que se tornou necessário para a manutenção do *status quo*. Assim define ideologia como:

A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade. Essa determinidade [...] tem como consequência necessária que toda reação humana ao seu meio ambiente socioeconômico, sob certas circunstâncias, pode se tornar ideologia. [...] a ideologia é um meio da luta social, que caracteriza toda sociedade. (LUKÁCS, 2013, p. 465).

Para Lukács, uma área pouco considerada pelos marxistas, mas que se configura como um aspecto necessário para a análise do ser social, é a *vida cotidiana*²⁵. Nesta se encontram elementos significativos para a reprodução da totalidade, uma vez que, a “concepção de mundo”, como “imagem ideal e sentimental” da consciência dos homens, exerce grande influência sobre a sua reprodução. Comporta o caráter imediato, fenomênico, massivo da realidade, porém, é no cotidiano que “[...] as tendências para o ser-em-si, para a autoconsciência, via de regra, ganham validade” (*idem*, p. 442), portanto, há que se considerar a importância desta esfera para o processo de conhecimento e para a ideologia.

Importa ressaltar que é no cotidiano que a relação entre teoria (como preparação consciente da práxis) e práxis possui a imediaticidade em sua máxima expressão: “Isso tem como consequência que, em todas as objetivações, o componente da alienação se reveste de uma importância maior do que de resto” (*idem*, p. 449). Vejamos:

[...] na maioria dos casos de conflito, surge um deslocamento no âmbito da consciência, em que o homem, via de regra, considera como objetivamente existente aquilo que favorece o modo como ele conduz a sua vida, enquanto considera como objetivamente não existente aquilo que está em contradição com ela. [...] Em suas contradições, externa-se o caráter social desse desenvolvimento para a individualidade: a individualidade só conseguirá encontrar, em suas alienações, uma autoconfirmação, inclusive para si mesma e tanto mais para o seu ambiente, se elevar a autoafirmação contida nelas à condição de representante de uma camada da sociedade, de uma

²⁵ Segundo Lukács a esfera do cotidiano é desconsiderada das análises da tradição marxista, porém: “Quando nos restringimos, o que é metodologicamente plausível para a investigação de relações econômicas e também históricas em geral, às conexões mais gerais possíveis, mais marcadamente típicas do desenvolvimento objetivo e da reação das massas a ele, em muitos casos surge – apesar das exposições fundamentais luminosas e exaustivas do próprio Marx – a aparência de uma vinculação demasiadamente simples e retilínea entre ambas, do que tiraram proveito tanto o marxismo vulgar como a crítica burguesa do marxismo, cada uma a seu modo”. (LUKÁCS, 2013, p. 437).

corrente social, acatada por ela. [...] Uma vez mais: não é como se por si mesmos pudessem criar um “mundo”, mas é porque os homens, enquanto seres que respondem, posicionam-se em suas alienações diante das questões existenciais momentâneas da sua respectiva sociedade, decidindo mediante a afirmação ou a negação de alternativas em função das necessidades de sua própria personalidade. (LUKÁCS, 2013, p. 449-450).

Neste fragmento o autor aponta para a repercussão e influencia da “concepção de mundo” e das alienações para a consciência e a individualidade do sujeito. Demonstra que a esfera do cotidiano, atua nas formas de representações fenomênicas que os sujeitos socialmente têm sobre o seu modo de vida e que autoconfirmam o contexto sociocultural que se insere, buscando atender as suas próprias necessidades, legitimando determinadas alienações que representam a camada social da qual fazem parte. É o cotidiano o lócus privilegiado de disseminação das ideologias:

O que nos interessa aqui antes de tudo é o destino das alienações que levam ao surgimento, à efetividade das ideologias. Elas sempre têm uma dupla face, já em seu modo fenomênico mais imediato, quando há apenas um indivíduo singular tentando dirimir os seus próprios conflitos vitais: por um lado, o seu conteúdo é determinado pelas necessidades vitais (reais ou imaginárias) do homem singular; por outro lado, a intenção de sua expressão está direcionada, tanto na teoria como na prática, a apresentar o ato pessoal daí resultante como a realização de algum dever-ser social. [...] Essas generalizações indispensáveis para a gênese e a efetividade tem majoritariamente o seu fundamento nos fatos sociais imediatamente importantes da vida cotidiana; se nestes não se revelassem de modo prático e palpável pontos comuns aos destinos humanos, essas generalizações que ultrapassam essa imediatidade dificilmente poderiam surgir e muito menos tornar-se influentes; é essa base das experiências cotidianas que primeiramente fundamenta a sua aplicação difundida e aprofundada visando uma possibilidade e necessidade social universal”. (LUKÁCS, 2013, p. 536-537).

A ideologia, pode surgir das alienações dos indivíduos singulares, que objetivam, a priori, dirimir conflitos pessoais, que se disseminam e acabam por contemplar os interesses de um grupo social mais amplo. Ao se generalizar como mecanismo capaz de atender necessidades sociais mais universais, aquelas ideais iniciais se tornam ideologia: quando passam a influenciar um corpo social de caráter universal se tornando expressão da resolução dos seus conflitos.

O conteúdo ideológico – que precisa ser transformado em veículo teórico ou prático e disseminado – objetiva enfrentar os conflitos sociais suscitados conforme o desenvolvimento da totalidade. É o ser social, o seu pertencimento de classe, a função social que desempenha na dinâmica social que fornece os conteúdos ideológicos que mobilizam a sua intervenção

sobre a realidade, ou seja, os conteúdos que irão determinar as suas realizações teórico-práticas e, portanto, o lugar que o ser social ocupa na luta de classes. O funcionamento da ideologia independe da sua valorização como verdadeira ou falsa, pois, na medida em que uma classe vislumbra nela o meio adequado de resolutividade dos conflitos, torna a sua existência possível.

Lukács reforça que a ideologia não é o mesmo que “falsa-consciência”, só é possível entender o que é ideologia considerando a sua atuação e função social: “[...] a ideologia só pode se tornar um poder, uma força no quadro do ser social, quando o seu ser-propriadamente- assim convergir com as exigências essenciais do desenvolvimento da essência”. (*idem*, p. 481). Portanto, a ideologia parte da necessidade de resolver os conflitos presentes no próprio desenvolvimento histórico-social, de responder as questões postas (o que não significa a obtenção de respostas “corretas”, ou progressistas), sendo, portanto, eminentemente direcionada para a práxis: está direcionada para uma realidade a ser modificada.

É neste aspecto da realidade (o cotidiano) que vão se espriar as *ideologias*, com consideráveis impactos para a sociabilidade, como também para o desenvolvimento do conhecimento científico. O progresso científico, necessário para atender as demandas da esfera da reprodução, das relações econômicas, passa a buscar responder também às necessidades humano-sociais da vida cotidiana. Esta forma de “pensar” o cotidiano, diante das necessidades socio-históricas que brotam deste terreno, vai acarretar um complexo de problemas que serão respondidos pela ciência moderna.

O desenvolvimento da cientificidade, especialmente das ciências sociais, passou a influenciar o pensamento cotidiano “[...] através de interpretações que atrelam o seu conteúdo [...] a determinadas ideologias dominantes que lhe conferem a aparência (e a autoridade) de uma fundamentação científica exata”. (*idem*, p. 453-454), com isto as teorias que atendem aos interesses da classe dominante são altamente difundidas, espriando-se como uma ferramenta manipulatória bastante influente sobre o pensamento cotidiano. Aqui o autor, aponta a sua crítica a perspectiva gnosiológica que “[...] costuma canonizar acriticamente as formas metodológicas momentaneamente dominantes das ciências de sua época e, por conseguinte, simula modalidades do ser”. (*idem*, p. 455). Diante do exposto, o autor tece uma consideração importante acerca da relação entre cotidiano, gnosiologia e a crítica possibilitada pelo conhecimento ontológico:

[...] uma crítica ontológica sóbria não terá grandes dificuldades para chegar àquilo que a supremacia exclusiva da teoria do conhecimento necessariamente encobre: a uma crítica ontológica da respectiva ciência, de

seu método e de seus resultados, confrontando-os com o próprio ser, em vez de “derivar” este abstrativamente das necessidades da ciência. Mas para isso é preciso que as tendências que promovem essa postura estejam presentes no próprio cotidiano. Seu nascimento e seu desdobramento serão determinados pela respectiva constituição socioeconômica da sociedade. E, devido à vinculação imediata de teoria e práxis no cotidiano, um papel importante é desempenhado, nesse ponto, não só pelas legalidades fundamentais, mas também pela momentânea relação entre essência e fenômeno. Não é sem razão que a práxis imediata reage ao mundo fenomênico, visto que este representa exatamente a realidade em cada caso imediata. (LUKÁCS, 2013, p. 455-456).

Neste fragmento Lukács fornece subsídios para entender o fundamento da dicotomização entre teoria e prática no processo de conhecimento, em que a disseminação dos métodos científicos das teorias que legitimam a ordem social dominante, passam a requisitar análises que fragmentam ou ocultam esta relação, que se expressam imediatamente como produto “dado” no cotidiano.

A ideologia dominante busca a produção de conhecimentos cuja finalidade está direcionada para uma produção técnica, derivada “abstrativamente das necessidades da ciência” e capaz de operar diretamente na práxis de forma instrumental/imediata, desprovida de conteúdos questionadores dos fundamentos do ser, da sua legalidade própria, direcionando-se sobre a sua reprodução fenomênica. Assim sendo, o fundamento ontológico das ciências sociais, “[...] é constituído por pores teleológicos que visam provocar modificações na consciência dos homens, em seus futuros pores teleológicos” (*idem*, p.563), portanto, comporta irrevogavelmente uma funcionalidade ideológica.

Neste contexto um aspecto fundamental para a análise das repercussões da ideologia no processo de conhecimento é a relação estabelecida entre *essência* e *fenômeno*. Citando Marx, o autor diz que “Toda ciência seria supérflua se a forma fenomênica e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (*idem*, p.376). Expõe que essência e fenômeno formam algo unitário e inseparável em termos ontológicos, e que: “O que os separa ontologicamente, a despeito dessa unidade objetiva irrevogável do processo, o que faz de um a essência e do outro o fenômeno é seu tipo de relacionamento com o processo, a sua totalidade continuada, de um lado, e o seu *hic et nunc* concreto, histórico-econômico, de outro”. (*idem*, p. 391).

Nesta análise Lukács faz críticas a forma de apreensão do real por vias gnosiológicas, expondo que esta forma de conceber os fenômenos – apenas no âmbito da consciência, através da manipulação do sujeito criando representações sobre o objeto via abstrações – permite conhecer apenas a aparência destes; negando, portanto, a possibilidade de se chegar a sua essência:

[...] à dialética de essência e fenômeno, em cujas inter-relações, mais uma vez, devemos ter bem presente que ambas são realidades e que, portanto, nem uma coisa em si kantiana [...] se defronta com um mundo fenomênico determinado somente pelo sujeito cognoscente, nem é assim que o único mundo empírico real pode ser compreendido e manipulado com o auxílio de representações-“modelo” (essências) obtidas por meio de abstrações, fundadas no sujeito cognoscente. Na perspectiva ontológica, essência e fenômeno constituem, também no âmbito do ser social, um complexo unitário, mas que consiste de complexos reais, que se modificam e se preservam em sua interação. Essa dialética [...] mostra, por um lado, que a essência é um determinado tipo, um determinado estágio do próprio ser, que, em sua separação, em sua autonomização – relativa – do ser, ganha expressão, em sua universalidade, um movimento do próprio ser; mostra, por outro lado, que a vinculação de essência e fenômeno é necessária; a produção de fenômenos faz parte da essência da essência. (LUKÁCS, 2013, p. 490).

Assim sendo, essência e fenômeno constituem uma unidade dialética. No processo de conhecimento da realidade é necessário entender que a essência constitui o ser-em-si, independe das finalidades da consciência, opera independentemente da vontade humana. A apreensão da essência contribui com as possibilidades objetivas, com a definição do “campo de ação” para a realização dos pores teleológicos e para a práxis no processo real, possibilitando a autorreprodução do ser social e contribuindo para *determinar o como do mundo fenomênico*.

As formas causais, fenomênicas, independem da intenção do ser ponente, constituindo-se, no momento de conhecimento da realidade, como o aparente e imediato. Fenômeno e essência são, portanto, momentos historicamente concretos:

[...] O desenvolvimento da essência determina, portanto, os traços fundamentais, ontologicamente decisivos, da história da humanidade. Porém, ela só obtém a sua forma ontologicamente concreta em decorrência de tais modificações no mundo fenomênico [...]: mas estas só podem concretizar-se como consequências dos pores teleológicos humanos, entre os quais também a ideologia ganha expressão enquanto meio de enfrentar e resolver os respectivos problemas e conflitos. (LUKÁCS, 2013, p. 495).

A *aparência reificadora dos atos teleológicos prático-humanos*, estabelece uma distancia entre a essência e totalidade, restringindo a análise dos fenômenos a um aspecto fetichizante, aparente e alienador do real, que atribui ao ideal/abstrato uma realidade concreta. Os impactos deste processo no desenvolvimento do pensamento científico revelam como a utilização de referenciais teóricos podem interferir na práxis (e se converter em ideologia). Ao retirar a dimensão de totalidade do objeto restringindo-se a sua aparência, esta forma de

racionalidade científica leva o conteúdo de sua investigação a generalizações da dimensão fenomênica.

O *complexo de problemas da reificação*, para o autor, tem como ponto de partida a “ontologia espontânea da vida cotidiana”. Na esfera da produção do conhecimento, traz alguns impactos no resultado da investigação, pois se parte dos dados concretos do imediato, na sua forma fenomênica, na tentativa de apreender as coisas do ponto de vista finalístico, como “prontas e acabadas”, sem considerar a sua gênese, atribuindo a esta aspectos transcendentais, que não são problematizados. Assim sendo, a reificação estabelece um conhecimento imediato e deformador do movimento real do objeto, formando sobre este um pensamento espontâneo.

A objetivação até costuma aparecer como artefato, mas essa indicação para a sua gênese permanece abstrata na imediaticidade; é preciso ter conhecimentos especializados, que vão além da mera capacidade de manuseio, para poder entender a “coisa” objetivada como resultado de um processo genético. (*idem*, p.550).

O autor deixa claro que a teoria é uma abstração, mesmo que obtida do próprio processo do ser, não é o processo propriamente dito. A teoria para Marx deve examinar o objeto real, buscando apreender o seu movimento real e segundo o autor, configura-se uma síntese de filosofia e ciência, cujo método:

[...] abriga em si a possibilidade enquanto ideologia participar do enfrentamento e da resolução dos conflitos de modo a ser capaz de proporcionar intelectualmente, para a solução desses conflitos, tanto o fundamento cientificamente objetivo como a perspectiva de uma saída para a humanidade, para o gênero, qual seja, a perspectiva de transformação do gênero humano existente em si num gênero humano existente para si. (LUKÁCS, 2013, p. 575).

Na análise do método que ontologicamente permite a ultrapassagem do aparente/fenomênico, o autor reforça que, “[...] só a gênese pode expor as formas ontologicamente concretas, as tendências dos movimentos, as estruturas etc. de uma determinada espécie de ser em seu ser-propriadamente-assim concreto e, por essa via, avançar até as suas legalidades específicas” (*idem*, p. 458). Lukács vai reconhecer a prioridade do objeto (*intentio recta*), partindo-se da realidade, do cotidiano e buscando o ser, aquilo que é e constitui o objeto, com isto, o autor nega o método como instrumento prévio e autônomo de conhecimento dos fenômenos investigados.

No decorrer do primeiro capítulo, analisamos as categorias que expressam a gênese ontológica da relação entre teoria e práxis na *ontologia do ser social*, bem como o caminho metodológico percorrido por Lukács. No capítulo intitulado *O trabalho*, as categorias identificadas contribuem para se apreender a gênese do desenvolvimento do ser social – em sua mediação com a natureza e na organização e interação em sociedade – bem como, do processo de conhecimento do real e da relação sujeito-objeto deste decorrente. Foi possível identificar a articulação entre consciência e realidade objetiva, cuja síntese dos conhecimentos necessários à reprodução imediata do ser, de sua práxis, passou a requisitar o desenvolvimento de outra esfera, que contribuiu não apenas com a sua reprodução material, mas ideal/conceitual, capaz de se autonomizar e viabilizar o intercâmbio entre os seres sociais, momento este que, como vimos, Lukács designou como a gênese da *superestrutura ideológica*.

No capítulo intitulado *O ideal e a ideologia*, o autor chega a um aspecto fundamental para a análise da repercussão teórico-prática no processo de conhecimento: o direcionamento ideológico que cada forma de analisar os fenômenos tomando como ponto de partida a relação sujeito-objeto, essência e fenômeno, implica para a intervenção na realidade e na totalidade dos processos sociais que constituem o ser. Neste tocante, buscamos apreender os rebatimentos teórico-práticos no processo de conhecimento do real e sua implicação para a construção do pensamento e da relação com a práxis concreta.

Retomando o pensamento marxiano, Lukács demonstra que a tarefa da teoria é subsidiar a intervenção e viabilizar a transformação prática das relações sociais que perpassam a constituição do ser social. Foi possível perceber que o método permite o direcionamento da atividade investigativa, não como um conjunto de regras pré-estabelecidas, pois o objeto é o ponto de partida do processo de conhecimento, e, portanto, norteia a análise sobre o real, sendo necessário apreendê-lo em seu ser-em-si.

Para a finalidade desta investigação, utilizamos a exposição destes elementos como recurso didático que permite ao leitor o conhecimento do complexo categorial lukacsiano. Este conhecimento é importante visto que nos permitiu identificar como estas categorias se expressam nas obras dos autores clássicos do Serviço Social que analisamos (cujas questões estão postas no terceiro capítulo), e que contempla o nosso objetivo central – buscando apreender a relação teoria e prática na perspectiva ontológica e problematizar as suas repercussões na produção intelectual do Serviço Social brasileiro.

Diante do exposto, no item que segue analisamos a gênese da teoria social crítica no Serviço Social e a aproximação com o pensamento ontológico lukacsiano.

CAPÍTULO II:

2 A aproximação do Serviço Social a tradição marxista e a recepção das ideias de Lukács no Serviço Social brasileiro

No decorrer do primeiro capítulo, percebemos que a filosofia ontológica desenvolvida por Lukács, apresenta o complexo categorial que subsidia o conhecimento acerca da gênese e desenvolvimento do *ser social*. Para além da sua inegável contribuição para a tradição marxista – especialmente no tocante as suas concepções acerca de ideologia (e subjetividade) – a trajetória intelectual do autor apresenta algumas particularidades que acabaram por dificultar a sua apropriação.

O Serviço Social brasileiro vai se aproximar do pensamento lukacsiano, a partir da década de 1990, considerando as condições objetivas, advindas com o processo de redemocratização do país, que permitem aos intelectuais a aproximação as obras clássicas. Entretanto, para apreender os elementos centrais que explicam a aproximação do Serviço Social à ontologia, partiremos do momento em que é requisitado a profissão novas formas de intervenções, sob os marcos do período ditatorial e dos condicionantes postos pela conjuntura político-econômica da década de 1960, ressaltando os impactos das circunstâncias objetivas sobre as respostas profissionais, com repercussões no redirecionamento de sua prática profissional e dos conhecimentos produzidos a partir de então.

De posse destes termos, o objetivo deste capítulo é analisar a mediação entre a filosofia ontológica de Lukács e a tradição teórico-cultural do Serviço Social brasileiro. Buscamos sinalizar brevemente o processo de constituição da profissão com a recorrência aos aportes científicos para a instrumentalização das ações profissionais; posteriormente analisamos como o Serviço Social se aproxima da tradição marxista – cuja influência é capturada na revisão crítica dos seus fundamentos e, por conseguinte, nas resultantes do processo de institucionalização da profissão – entendendo a importância dos processos de renovação e reconceitualização e, especialmente, da terceira vertente renovadora, denominada por Netto de “intenção de ruptura”. Por fim, sinalizamos a apropriação da discussão ontológica lukacsiana, no Serviço Social e o direcionamento ídeo-teórico que repercute nos análises que versam sobre os fundamentos do Serviço Social.

2.1. A emergência do Serviço Social como profissão: a aproximação com as correntes de pensamento científico como subsídio à intervenção profissional

O Serviço Social se constitui como profissão permeada pela adoção de perspectivas que buscavam estabelecer um fundamento “científico”, exigência que se convencionou a partir da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, diante da necessidade de sistematização e racionalidade exigidas no contexto de emergência da profissão nas intervenções requeridas pelo Estado, via políticas sociais, na sua fase monopolista (Netto, 2011a). Destarte, nos propomos a analisar neste item, a aproximação do Serviço Social com as correntes de pensamento advindas das ciências sociais (especialmente o positivismo) e de como repercutiu/repercutiu no distanciamento entre teoria e prática.

De acordo com Souza (2016), na tentativa de expandir os investimentos e reestabelecer os super-lucros, como forma de reverter o fenômeno da supercapitalização e as crises de valorização, o capital passa a ampliar *a extração de mais-valia para sustentar o capital financeiro*. (p. 125). Diante disto o capitalismo monopolista reconfigura a intervenção do Estado nas lutas de classes, nas relações de produção e no desenvolvimento das forças produtivas, em decorrência das mudanças na composição orgânica do capital que alterou a correlação de forças existentes entre capital e trabalho. (*idem*, p. 124). Neste contexto, a “questão social” e suas múltiplas expressões, passam a ser objeto de intervenção do Estado.

A repercussão no interior da profissão, se deu na recorrência a aportes teóricos fornecidos pelas ciências sociais, com a inserção no âmbito universitário, os assistentes sociais passaram a colocar o Serviço Social como questão central de pesquisa e a realizar uma autoanálise *endógena* da profissão – na busca da especificidade do seu objeto, procedimentos e técnicas, com vistas a identificação do estatuto profissional superando as antigas práticas de caridade.

Assim, a profissão se aproxima dos referenciais positivistas²⁶, em virtude da necessidade de explicar os fenômenos de uma forma procedimental, através da aplicação de instrumentos que permitam ao sujeito se apropriar do objeto de pesquisa de forma neutra, pois a análise

²⁶ De acordo com Netto, 1992: “O que se pode rotular [...] de paradigma positivista nas Ciências Sociais [...] condensado em três traços pertinentes: 1º) uma relação de exterioridade entre o sujeito que pesquisa e o objeto pesquisado. Trata-se da fratura ontológica entre a razão que formaliza e a história que se lhe põe alteridade; 2º) a consideração de que o padrão de investigação próprio das ciências da natureza consubstancia a cientificidade **tout court**, de modo que o seu deslocamento para a investigação social propiciaria a constituição da ciência social; 3º) a pressuposição de que a análise científica dos fenômenos sociais é uma pesquisa de causalidades e conexões basicamente unilineares”. (p. 09).

deve ser livre de pré-julgamentos, valores, ideologias e preconceitos, limitando-se a observação e a explicação causal dos *atos sociais*.

Estas características de exterioridade e neutralidade do sujeito frente ao objeto são marcas que estão presentes desde o processo de profissionalização – período em que as contradições fundamentais do capitalismo e a *questão social* potencializaram-se – e para tanto era necessário sistematizar a sua prática profissional²⁷.

[...] a doutrina social da igreja, o humanismo cristão [...] foi nesse período inicial a única fonte do Serviço Social [...], entretanto, insuficiente para dotar o serviço Social de um estatuto profissional. Era necessário para que houvesse a profissionalização do trabalho de assistência social, que este obedecesse a certa sistematização, que utilizasse procedimentos e técnicas que garantissem um caráter profissional a ação. [...] Agora é a caridade organizada pela inteligência que estuda o problema do homem ou do meio, nas causas e nas consequências. [...] A necessidade de “conhecer bem” levou os assistentes sociais a se aproximarem de procedimentos de caráter científico – a pesquisa, o uso de estatística, o método monográfico. (VIEIRA, 1987, p. 78-79).

Diante da necessidade de contribuir com o *controle* e promover a redução das *disfuncionalidades*, da massa da população “assistida”, a “questão social” é administrada como problemáticas individuais, morais, desvios de conduta que devem passar pelo processo de concertação social e integração a ordem, mistificando diretamente o conflito capital x trabalho. É neste contexto que o assistente social se insere como o profissional necessário à conciliação entre as classes antagônicas e, é a partir desta perspectiva de ajustamento, que o Serviço Social se aproxima das técnicas e procedimentos científicos: “[...] esta concepção de ciência assume, no estudo da sociedade, as mesmas regras válidas para o estudo da natureza, o que lhe garante um caráter neutro, acima de qualquer ponto de vista de classe, de preconceitos, de doutrinas políticas, objetivo”. (Vieira, 1987, p.79).

Como bem ressalta Vieira (1987) “[...] após conhecer, com auxílio do instrumental técnico, o profissional avalia a situação de acordo com os princípios neotomistas, para definir o que deve ser feito para resolver o problema social ou individual” (p. 80). Ou seja, adotavam-se as técnicas do método positivista com o intuito de obter instrumentos/ferramentas para se

²⁷ Importa sinalizar quando se remete ao surgimento do Serviço Social, em seu estatuto profissional, a citação de Netto (2011a), que brilhantemente confirma o surgimento da profissão não apenas diante da *questão social* como objeto de intervenção, mas com a necessidade do capital em sua fase imperialista/monopolista, em conter o agravamento das contradições inerentes ao modo de produção capitalista: “[...] a apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à “questão social” tomada abstratamente; está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio”. (p. 18).

conhecer a realidade, instrumentalizar a ação, entretanto os princípios filosóficos que regiam as ações continuavam pertencentes a doutrina cristã, o que levou a autora citada a concluir pela *inexistência da influência positivista no Serviço Social Brasileiro emergente*.

A adoção dos procedimentos positivistas na fase monopólica, remete as técnicas e instrumentos utilizados para sistematizar a prática, diante da necessidade de *compreender a realidade para empreender uma ação*. Esta análise causa/efeito se estabeleceu como forma de direcionar a intervenção, não mais do “agente de caridade” ligado à igreja²⁸, mas de um profissional remunerado, que atuaria nas demandas concretas, estabelecidas pelas políticas sociais do Estado, “[...] *é a existência deste espaço que leva à constituição profissional [...]* determinado na divisão social (e técnica) do trabalho” (Netto, 2011 a, p. 73).

Segundo o mesmo autor, as “antecipações estratégicas” do Estado via políticas sociais, incorporam sistemas de consenso, objetivando manter as condições gerais do processo de acumulação: “[...] no capitalismo monopolista, a *preservação e o controle contínuos* da força de trabalho, ocupada e excedente, *é uma função estatal de primeira ordem*”. (*idem*, p.26, grifos do original).

A relação sujeito-objeto, no âmbito da racionalização do pensamento significa o polo central da problemática do conhecimento. De acordo com Netto (1994) a *socialização da sociedade* – especialmente com o desenvolvimento capitalista, o processo de desantropomorfização do homem em relação a natureza e o comportamento instrumental, instaurado pela lógica do *valor de troca* – na produção e reprodução da vida social, impulsionou o surgimento de teorias especificamente sociais propiciando a emersão da razão moderna²⁹, cujas “[...] direções intelectuais predominantes, são marcadas pelo

²⁸ O processo de laicização do pensamento foi um dos elementos centrais que permitiu uma nova racionalidade no trato da “questão social”. Se deu em virtude da inserção da profissão na dinâmica do trabalho assalariado e da criação do espaço socio-ocupacional, especialmente nas políticas sociais do Estado ditatorial, estabelecendo uma ruptura com as chamadas protoformas.

²⁹ Considerando os limites deste trabalho, não cabe aqui adentrar na discussão da gênese histórica do pensamento moderno, da decadência ideológica e da problemática do conhecimento moderno e suas perspectivas teóricas – para esta discussão sugerimos a leitura de Tonet, 2013. Entretanto cabe expor que “A constituição da razão moderna é um processo que arranca do Renascimento e culmina no Iluminismo. [...] a razão moderna se erguerá na intercorrência e na síntese de três das suas categorias nucleares: o humanismo, o historicismo e a razão dialética. [...] o humanismo remete à teoria de que o homem é um produto de sua própria e coletiva atividade (vale dizer, *autocriou-se*); o historicismo concreto envia à afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, que embasa e suporta a viabilidade do desenvolvimento e do aperfeiçoamento do gênero humano; a razão dialética refere, simultaneamente, uma determinada racionalidade objetiva imanente ao processo da realidade e um sistema categorial capaz de reconstruir (ideal e subjetivamente) esta processualidade. [...] A estrutura inclusiva da razão moderna é suportada pela objetividade e processualidade que ela verifica e reconstrói na realidade. [...] a razão moderna é objetiva na escala em que considera que a racionalidade “é um princípio inerente à realidade””. (NETTO, 1994, p. 27-28).

epistemologismo, pelo metodologismo e pelo formalismo, condutos pelos quais a razão analítico-formal é entronizada como *o* espaço da racionalidade”. (*idem*, p.40).

A atitude manipuladora do pensamento científico moderno, que se disseminou nas ciências sociais, voltada a lógica da quantificação, formalização e positividade, se expressa no que o autor chama de razão analítica: “A razão analítica é, pois, o *organon* privilegiado da relação sujeito e objeto: é o cálculo racional que parametra a intervenção do primeiro sobre o segundo. A racionalização do mundo objetivo [...] a estruturação de uma específica forma fenomênica do social, aquela engendrada pela *reificação* (*idem*, p.31).

Segundo Netto (1994) a racionalidade instrumental é privilegiada na razão analítica, como forma de superdimensionar a estrutura fenomênica dos processos sociais, voltando a atenção para o conhecimento dos mecanismos de manipulação sobre a realidade. Assim a lógica burguesa fomenta o desenvolvimento da racionalidade *formal-abstrata* no sentido de “[...] prosseguir estimulando o envolver da razão analítica (a *intelecção*), mas deve, igualmente obstacularizar os desdobramentos da sua superação crítica (a *dialética*)” (*idem*, p. 32). Esta manipulação não se opera apenas no âmbito técnico-produtivo, mas se estende para os domínios das relações sociais.

A adoção de procedimentos cuja identificação entre as teorias sociais e as ciências naturais, leva ao equívoco de buscar a partir dos critérios científicos (experimentação, previsibilidade, controle etc.), aplicar modelos teóricos rígidos na realidade social para a análise dos fenômenos, desconsiderando as suas singularidades e generalidades e a dinâmica das relações sociais onde se expressam a contradição e a dialética. A razão positiva, se além a aparência dos fenômenos, ao imediato, portanto, desconsidera o processo histórico.

O processo de construção do conhecimento nas ciências sociais, ao longo do seu desenvolvimento na modernidade, demonstrou a primazia da abordagem gnosiológica e o abandono da ontologia³⁰. Nestes termos a construção de uma proposta analítica verdadeiramente “científica” requer que o objeto a ser analisado passe por determinados critérios de avaliação, para que a verdade que dele se extraia seja comprovada, que a hipótese elencada passe pelo crivo de metodologias que buscam analisar não “o que é” o objeto, mas como determinado fenômeno se apresenta no momento da pesquisa. Portanto, a validade do conhecimento tem que ser “testada”, pois não há como superar a aparência do fenômeno.

³⁰ De acordo com Tonet (2013), “A metodologia científica tradicional – moderna – não começa esclarecendo que a problemática do conhecimento pode ser abordada de dois pontos de vista: gnosiológico ou ontológico. Obviamente, ela não esclarece porque, para ela, não existem dois caminhos, mas apenas um. Ela parte simplesmente do pressuposto de que a abordagem apresentada é a única correta. Do mesmo modo, também não explicita o fato de que essa abordagem tem um caráter gnosiológico. Esse caminho carece de justificação. Sua apresentação é sua própria justificação”. (p.11).

Esta forma de compreender/analisar os fenômenos que se processam no real, é o que configura a racionalidade formal-abstrata nas ações do cotidiano. Segundo Guerra (2004) a racionalidade formal-abstrata é o tipo de razão instrumental, que parte da aparência dos fenômenos, “forma inferior de razão”, nega a história e “reduz-se a racionalidade aos comportamentos manipuladores do sujeito em face ao mundo objetivo” (p. 17).

[...] a rejeição do substrato das coisas, pelo reconhecimento das causas primeiras, pela racionalidade do real tem sido uma recorrência necessária das correntes positivistas dentre elas a do pragmatismo, a do instrumentalismo e a do metodologismo, as quais vêm, historicamente, exercendo influência de monta nas construções teórico-metodológicas e prático-operativas que fundamentam o Serviço Social e, sobretudo, se fazem perceber na “concepção científica da prática, tomada como manipulação intelectivamente ordenada, [do que] decorre a aplicação da metodologia como *modus faciendi* da ação”. (NETTO *apud*, GUERRA, 2004, p. 25).

Mesmo após uma revisão crítica de suas protoformas, com os processos de reconceituação e renovação do Serviço Social (que analisaremos a seguir) e a adoção da teoria crítica após a década de 1980, o saldo teórico-cultural de suas produções, diante da lógica instrumental imposta pelas políticas sociais, no âmbito interventivo da profissão, continua distanciando a teoria da prática. Isto se materializa nas reproduções imediatas e descritivas das demandas do cotidiano, sem uma articulação com a totalidade das dimensões presentes nas análises dos espaços de inserção profissional³¹.

O assistente social é requisitado para atuar no processo de *coesão social*, no *controle* da classe trabalhadora que a mantém “*integrada*” as determinações do Estado burguês. “[...] enquanto profissão, o Serviço Social não é uma possibilidade posta somente pela lógica econômico-social da ordem monopólica: é dinamizado pelo projeto conservador que contempla as reformas dentro desta ordem”. (Netto, 2011a, p. 77).

Importante ressaltar que não é apenas no âmbito socioeconômico (das “concessões” do Estado para a classe trabalhadora, via políticas sociais) que se dá a mistificação do real: é sobre as bases ideológicas que se instaura o consenso e é nestas bases em que os procedimentos metodológico-analíticos utilizados para permear o Serviço Social de um cariz

³¹ Neste contraponto está a razão ontológica, que como vimos apreende a mediação existente entre sujeito e objeto, cujo método de análise não se baseia em um modelo pré-estabelecido que se encaixe no objeto, uma vez que, é o próprio objeto, com todos os complexos de complexos que o compõe, que estabelece o ponto de partida para o estabelecimento dos meios que permitam a apreensão das suas determinações e concretude. Assim sendo, há do ponto de vista do conhecimento uma diferença substantiva da razão ontológica para a forma instrumental-analítica de conceber os fenômenos sociais postos pela racionalidade gnosiológica (formal-abstrata) – aspectos que analisaremos no item 2.3.

“científico”, deixados como “herança” do positivismo, contribuem para uma prática imediatista e burocratizada e onde o conservadorismo se coloca como ideologia.

Profissionais assalariados, os assistentes sociais têm o fundamento do seu exercício hipotecado e legitimado ao/no desempenho daquelas funções executivas, independentemente da (auto-) representação que delas façam. Estruturando-se como categoria profissional a partir de tipos sociais preexistentes à ordem monopólica, originalmente conectados a um compósito referencial ideal incorporado pelo projeto sócio-político conservador [...], à medida que sua profissionalização se afirma os assistentes sociais tornam-se permeáveis a outros projetos sócio-políticos – especialmente na escala em que rebatem nas próprias políticas sociais. (NETTO, 2011a, p. 81).

Neste fragmento, o autor sintetiza a *razão de ser* da profissão, localizando o seu estatuto profissional, como profissão interventiva, bem como sinaliza as possibilidades advindas com os novos referenciais ideais, que perpassam as condições objetivas (fornecidas pelas aproximações teóricas e com exercício profissional cotidiano, balizado pelas lutas de classes) postas a profissão no contexto de afirmação de sua profissionalização. Esta nova situação contraditoriamente instaura condições de apropriação de outros projetos de classe e de novas formas de racionalidade no campo analítico, que requisitaram a projeção de estratégias políticas que contribuíram sobremaneira para a redefinição do arcabouço teórico-metodológico e ético-político da profissão.

Foi o diálogo estabelecido entre a vanguarda profissional/acadêmica com as correntes de pensamento presentes nos espaços de debates (considerando a sua inserção no âmbito universitário), que permitiu a revisão crítica dos fundamentos conservadores que lhe serviam de orientação teórico-prática que configurou os movimentos de reconceituação e renovação, que analisaremos no item a seguir.

Assim a construção teórica com base nos referenciais críticos (especialmente na tradição marxista) advém da práxis política que se estabeleceu na profissão e permitiu a sua autoanálise, a identificação do seu pertencimento de classe – posta pelas condições socio-históricas presentes na realidade brasileira, bem como com a militância política nos movimentos sociais da década de 1980 e a aproximação com as ideologias advindas destes.

Sinalizadas brevemente as particularidades da emergência do Serviço Social como profissão e a aproximação com as correntes de pensamento científico como subsídio à intervenção profissional, prosseguiremos no intuito de identificar a aproximação da profissão à tradição marxista.

2.2 A tradição marxista e o Serviço Social: os processos de *reconceituação e renovação* e a resultante “*intenção de ruptura*”

Ao longo do seu desenvolvimento como profissão e área de conhecimento, o Serviço Social é permeado de dilemas e contradições inerentes a sua especificidade como *prática profissional* e seu desenvolvimento no âmbito da produção do conhecimento, que configurou um *estatuto teórico* à profissão³².

Em meados da década de 1960, com o ingresso no âmbito universitário e o diálogo com as diferentes correntes de pensamento advindas das ciências sociais, o Serviço Social vivencia movimentos endógenos denominados por Netto (2011b) como *reconceituação e renovação*, que merecem um breve resgate como forma de situar a dinâmica histórico-cultural da teoria social crítica na profissão.

Como já mencionamos o ingresso nas instituições de ensino superior foi uma exigência posta pela conjuntura política ditatorial, onde o Estado, como principal empregador, passa a requisitar uma racionalidade moderna no trato das expressões da “questão social” via políticas sociais. Para tanto, o Serviço Social passa a sistematizar a sua prática buscando legitimação teórica: “[...] a renovação implica a construção de um *pluralismo profissional*, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica” (Netto, 2011b, p. 131). Este movimento teve por saldo a busca de fundamentos teóricos que subsidiassem a construção de um conhecimento específico sobre a profissão e sobre a sociedade, assim, o Serviço Social se coloca como objeto de reflexão, buscando neste primeiro momento, a interlocução com as disciplinas advindas das ciências sociais.

É elemento constitutivo da renovação do Serviço Social a emergência, notadamente a partir de meados da década de setenta, de elaborações teóricas referidas à profissão e de um significativo debate teórico-metodológico. Este elemento está *diretamente vinculado* à inserção profissional no circuito universitário: a pesquisa e a investigação que subjazem àquele debate seriam impensáveis sem as condições próprias do trabalho acadêmico. Mesmo que aquela inserção tenha se realizado no âmbito de uma universidade domesticada, suas resultantes conformaram espaços de reflexão que foram ocupados e utilizados para gerar uma massa crítica [...] que forneceu o patamar para o erguimento de estritas

³² Importa ressaltar que quando nos referimos a estatuto teórico não estamos afirmando que o Serviço Social “produz uma teoria”, ou que seja uma “ciência”, como afirma NETTO (2011a): “[...] em qualquer hipótese, o Serviço Social não se instaurará como núcleo produtor teórico específico – permanecerá profissão, e seu objeto será um complexo heteróclito de situações que demandam intervenções sobre variáveis empíricas. Esta argumentação não cancela nem a produção teórica dos assistentes sociais (que não será a “teoria” do Serviço Social e que naturalmente, suporá a sistematização da sua prática, mas sem se confundir ou identificar com ela) nem o estabelecimento formal-abstrato de pautas orientadoras para a intervenção profissional”. (p. 149).

preocupações intelectuais para os assistentes sociais: pela primeira vez, *institucionalmente*, criavam-se condições para o surgimento de um *padrão acadêmico* (ainda que o possível na universidade da ditadura) para exercer a elaboração profissional, constituindo-se vanguardas sem o compromisso imediato com tarefas pragmáticas. [...] no empenho para produzir profissionais adequados ao seu projeto societário, acabou por colocar condições que possibilitaram um acúmulo apto a ser direcionado diversamente. (NETTO, 2011b, p. 129-130).

Netto (2011b) ressalta que o contato com outras áreas de conhecimento e a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político, acabou resultando na constituição de seguimentos de vanguarda, voltados para a investigação e a pesquisa (p. 136), que contribuiu para desencadear o processo que o autor denominou de *erosão do Serviço Social “tradicional”*³³.

De acordo com o autor o *movimento de reconceituação* é parte integrante do processo de erosão, cuja questão central é *a funcionalidade profissional para a superação do subdesenvolvimento*, levantando problemáticas a respeito do papel da profissão frente aos desafios que se processavam no pós-guerra, sobre as respostas e procedimentos profissionais face as manifestações da “questão social”, bem como, do relacionamento da profissão com os novos sujeitos que emergiam na cena política. O objetivo era adequar a profissão às mudanças sociais que se processavam e exigiam reflexões e respostas às intervenções profissionais (*idem*, p. 146). Netto destaca que foi justamente com o movimento de reconceituação, que se deu pela primeira vez, a apropriação do pensamento marxista para tratar de aspectos específicos do Serviço Social:

É no marco da reconceptualização que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se da tradição marxista – e o fato central é que, *depois da reconceptualização, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais*. O recurso dos reconceptualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com o apelo às suas fontes originais, no geral valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis pelo seu caráter tosco. Mais ainda: a diluição da especificidade do pensamento de inspiração marxiana no cadinho do ecletismo redundou em equívocos tão grosseiros que se chegou a supor a sua congruência teórico-metodológica com o substrato das propostas de Paulo

³³ De acordo com Netto (2011b) três elementos são relevantes para detectar a erosão do Serviço Social “tradicional”: “[...] primeiro, o reconhecimento de que a profissão ou se sintoniza com “as solicitações de uma sociedade em mudança e em crescimento” ou se arrisca a ver seu exercício “relegado a um segundo plano”; em consequência levanta-se a necessidade “de [...] aperfeiçoar o aparelhamento conceitual do Serviço Social e de [...] elevar o padrão técnico, científico e cultural dos profissionais deste campo de atividade”; e, finalmente, a reivindicação de funções não apenas executivas na programação e implementação de projetos de desenvolvimento. [...] a dissincronia com as “solicitações” contemporâneas, a insuficiência da formação profissional e a subalternidade executiva”. (p. 139).

Freire. Não se trata, como se vê, de um ingresso muito feliz da tradição marxista em nosso terreno profissional; entretanto [...], o principal é que, a partir de então, criaram-se as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas; a partir daí, a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreveu-se como um dado da modernidade profissional. (NETTO, 2011b, p. 148-149).

Como bem ressaltou o autor, embora a aproximação com os conteúdos teóricos marxistas tenha se dado de forma *eclética*³⁴ e enviesada, configurou um novo patamar de interlocução entre a autoanálise da profissão e os movimentos sociais que iam emergindo no cenário político-cultural da ditadura, questões que requisitavam um novo embasamento teórico-político. A resultante destes processos – que Netto denominou como *direções intrínsecas do processo de renovação* – foi a divisão em três vertentes profissionais: *a perspectiva modernizadora*³⁵; *a perspectiva de reatualização do conservadorismo*³⁶ e *a perspectiva de intenção de ruptura*³⁷; esta última merece de nós uma atenção especial, uma vez que, fundamenta-se na tradição marxista almejando romper com o lastro conservador que acompanha o Serviço Social desde as suas protoformas³⁸.

³⁴ A questão do ecletismo se dava através da limitação do viés da tradição marxista, culminando em um “marxismo sem Marx”: “[...] a falta de uma sustentação ontológico-dialética e na escala em que devia conectar teoria e intervenção prático-profissional, vai na direção da conjunção do fatalismo mecanicista com o voluntarismo idealista – numa “síntese” que, como Lukács o demonstrou a muito, é típica do marxismo vulgar, necessariamente eclético [...]. combinando o pluralismo e o empirismo na sua condução epistemológica da práxis, estabelece vínculos iluministas entre concepção teórica e intervenção profissional, deforma as efetivas relações entre teoria, método e prática profissional e simplifica indevidamente as mediações entre profissão e sociedade”. (NETTO, 2011b, p. 287-288)

³⁵ “[...] adequar o serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64. [...] o que lhe confere seu tônus peculiar é a nova fundamentação de que se socorre para legitimar o papel e os procedimentos profissionais. [...] constatam-se reiterações da tradição, registram-se avanços inequívocos, com aportes extraídos do *back-ground* pertinente ao estrutural-funcionalismo norte-americano”. (NETTO, 2011b, p. 154-155).

³⁶ “[...] recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclamava nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. [...] conferiam à profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional; mas o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivista. Aí, exatamente o seu caráter renovador em confronto com o passado: o que se opera é uma reatualização dele, com um consciente esforço para fundá-lo em matrizes intelectuais mais sofisticadas. [...] reclama expressamente uma inspiração fenomenológica”. (NETTO, 2011b, p. 157).

³⁷ “[...] se propõe como intenção de ruptura com o Serviço Social “tradicional”. [...] possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. [...] manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). [...] recorre progressivamente à tradição marxista [...] e revela as dificuldades da sua afirmação no marco sociopolítico da autocracia burguesa: sua emersão inicial [...], na primeira metade da década de setenta, permaneceu por longos anos como um signo isolado”. (NETTO, 2011b, p. 159).

³⁸ “[...] se tornou histórica e socialmente relevante para os assistentes sociais construir uma auto-imagem que cortasse o seu exercício sócio-profissional com as suas protoformas, intervenções assistencialistas, assistemáticas

2.2.1 A perspectiva de *intenção de ruptura*: a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista

A aproximação com as correntes de pensamento da tradição marxista, configurou uma mudança de direcionamento que permitiu a profissão, localizar-se no quadro social abrangente da sociedade capitalista, entendendo o seu significado social no circuito das relações sociais: “[...] compreender a profissão historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão do trabalho peculiar à sociedade industrial” (Iamamoto, 1996, p. 71).

A perspectiva de *intenção de ruptura* constituiu-se no período ditatorial do ciclo, denominado por Netto (2011b), como autocrático-burguês. A emergência desta perspectiva se dará efetivamente a partir da década de 1970³⁹, com a inserção no circuito acadêmico, e começa a espriar-se a partir da década de 1980⁴⁰, em alguns segmentos da categoria profissional, alterando principalmente, a direção ídeo-política da profissão. É neste movimento que a tradição marxista é apropriada como embasamento teórico-metodológico central de crítica ao tradicionalismo teórico-metodológico, prático-operativo e como forma de viabilizar a tentativa de superação do conservadorismo na formação e intervenção profissionais.

A vinculação com o âmbito universitário distingue esta perspectiva renovadora das demais, de acordo com Netto (2011b) “[...] envolvimento intelectuais inexistentes para os

e filantrópicas – e uma base persuasiva para um tal corte seria oferecida pelo recurso a suportes “científicos” como fundantes da profissão”. (NETTO, 2011a, p. 87).

³⁹ “A emergência visivelmente objetivada desta perspectiva renovadora está contida no trabalho levado a cabo, mais notadamente entre 1972 e 1975, pelo grupo de profissionais que ganhou hegemonia na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde se formulou o depois célebre “Método de BH” (NETTO, 2011b, p. 261).

⁴⁰ Apesar de estarmos apenas sinalizando este processo, faz-se necessário trazer algumas considerações para não remeter a uma apropriação linear, e como se não houvesse dificuldades de materialização desta perspectiva na tradição teórico-cultural do Serviço Social. Netto (2011b) ressalta que o projeto que emergiu com o “Método BH”, encontra diversos entraves para se disseminar pela categoria, uma vez que a própria conjuntura política dificultava o processo e no âmbito teórico com a demissão de seus principais formuladores, impediu a continuidade das elaborações. Entretanto o autor destaca que houve na produção intelectual (TCCs de cursos de pós-graduação) uma continuidade dos conteúdos resultantes da tradição crítica gestada nos anos 70, que puderam ser vistos na produção teórica do início dos anos 80. Assim, a semente plantada em Belo Horizonte começa a germinar em outros espaços: “Mais se avança esta crise [do regime autocrático burguês], em alguns centros universitários – São Paulo, Rio de Janeiro, Campina Grande – vai se gestando uma nova massa crítica cujo desdobramento repõe na ordem do dia a crítica substantiva ao tradicionalismo profissional. Ela se beneficia de uma interlocução nova com as disciplinas e teorias sociais e reflete com nitidez as modalidades pelas quais a autocracia feriu a profissão: joga com a ampliação da categoria, com a sua laicização, com a consolidação do mercado nacional de trabalho e com a expansão das agências de formação. Por outra parte, também interage com as outras tendências operantes no Serviço Social: vai-se constituindo num debate com a perspectiva modernizadora e, menos claramente, com a reatualização do conservadorismo. A pouco e pouco, esta produção acadêmica se adensa e, no limite, vai polarizar os debates profissionais” (*idem*, p. 264-265).

docentes de períodos anteriores, [que] puderam acumular reservas de forças e engendrar no âmbito do Serviço Social, uma massa crítica também inexistente antes” (Netto, 2011a, p. 126). Neste tocante, a relação estreita com a academia lhe gerou críticas qualificando-a como ‘teoricista’, aspecto que sinaliza para a dicotomização entre teoria e prática por parte da categoria, acusando os seus adeptos de distanciar o conteúdo de suas investigações, da prática profissional efetiva.

Cabe aqui uma ressalva importante, neste período havia pela primeira vez na história da profissão a formação de quadros docentes dedicados exclusivamente a atividade investigativa (pesquisa e extensão), atendendo as necessidades de desenvolvimento do trabalho teórico capaz de subsidiar os elementos que configurariam um saber específico para a profissão, enquanto os profissionais de campo contavam com suas práticas profissionais submetidas ao controle institucional do Estado ditatorial, portanto, “[...] o terreno para inovações prático-profissionais na perspectiva de ruptura era demasiadamente estreito e seu custo extremamente alto” (*idem*, p. 250), isto explica o porquê de apenas na década de 1980, com a restituição das liberdades civis e democráticas, é que esta perspectiva pôde se disseminar na categoria profissional.

[...] é somente quando a crise da autocracia burguesa se evidencia, com a reinserção da classe operária na cena política brasileira desatando uma nova dinâmica na resistência democrática, que a perspectiva da intenção de ruptura pode transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar atenções de segmentos profissionais ponderáveis. (NETTO, 2011b, p. 248).

Importa ressaltar que esta perspectiva porta as tendências mais democráticas do terreno profissional e, diante disto, na década de 1980, no curso do processo de redemocratização, a identificação dos influxos ídeo-culturais e sociopolíticos aptos a reverterem o conservadorismo que marcava a profissão, passou a vinculá-la as demandas profissionais que brotam no terreno das lutas e interesses das classes sociais subalternas – no horizonte das projeções societárias da classe trabalhadora – como sendo a *razão de ser* do Serviço Social. Neste ponto está dado o direcionamento ideológico e político que irá sedimentar as bases que legitimará a apropriação da tradição marxista na profissão, cujos: “[...] referenciais teórico-metodológicos de que se valia conduziam a uma crítica dos substratos que sustentavam a articulação formal-abstrata da perspectiva modernizadora” (*idem*, p. 248). Assim:

Neste momento da evolução da perspectiva da intenção de ruptura são discerníveis dois patamares. O primeiro – [...] vai até a abertura dos anos

oitenta – se constrói especialmente como uma análise crítica das principais propostas de renovação profissional; em geral trata-se de estudos que resgatam o projeto da ruptura em formulações latino-americanas e/ou submetem à discussão propostas modernizadoras. [...] O segundo patamar [...] cobrindo o primeiro terço da década de oitenta, capitaliza a precipitação da crise da ditadura e sua ultrapassagem, [...]. O cariz diferencial deste patamar [...] está em que, sem abandonar a abordagem crítico-analítica afirmada antes, avança para elaborações crítico-históricas mais abrangentes, apoiadas nomeadamente no recurso a concepções teórico-metodológicas colhidas em suas fontes originais. (NETTO, 2011b, p. 265).

O contato com as fontes “clássicas” da teoria social crítica, conformou um novo momento para a tradição marxista na profissão, configurando (nas palavras do referido autor) uma *maioridade intelectual e teórica da perspectiva de intenção de ruptura*, cuja interlocução com outras áreas de saber, se dava nesse estágio de desenvolvimento, de forma mais protagonista e sólida – sem apenas ser mero receptor dos conteúdos advindos das ciências humanas, o Serviço Social passa agora a inserir-se como produtor de conhecimento. A nova massa crítica, empenhada com a qualidade das elaborações teóricas e com o direcionamento político da formação e exercício profissional, vai construir uma reserva de forças, capaz de se espalhar pelo conjunto da categoria profissional, entretanto, isto não quer dizer que esta perspectiva tenha se tornado hegemônica⁴¹.

Considerando os elementos elencados, a síntese da aproximação inicial do Serviço Social com a tradição marxista comporta, de acordo com Netto (2011b), três momentos: o momento emergente com o viés de *militância política*, associados ao simplismo e vulgarismo dos seus fundamentos, culminam na “[...] redução do arsenal marxiano ao epistemologismo de raiz estruturalista” (*idem*, p. 268). Neste não havia esforços orientados para uma reflexão teórica, a teoria social subsidiaria as estratégias com direcionamentos político-partidários. O segundo momento o “marxismo acadêmico”: “[...] ainda com fortes traços de redução epistemologista, funda um padrão de análise textual da documentação profissional com as dimensões próprias da política e da história refratadas por uma lente paradigmática” (*idem*, p. 269) onde registra-se o cariz dogmático e eclético da inspiração marxista. A maturação deste

⁴¹ “O fato é que a incidência do projeto de ruptura, a partir do segundo terço da década de oitenta, penetra e enforma os debates da categoria profissional, dá o tom da sua produção intelectual, rebate na formação de quadros operada nas agências acadêmicas de ponta e atinge as organizações representativas dos assistentes sociais” (NETTO, 2011b, p. 267). Estes aspectos podem levar a uma falsa impressão de seu papel hegemônico, entretanto, e atualmente podemos observar com maior clareza, as configurações da conjuntura ídeo-política que rebate nas esferas da formação (alterando o quadro de referenciais teóricos, num novo ecletismo voltado a subjetividade dos sujeitos e fragmentação dos fenômenos do cotidiano) e exercício profissional (através das políticas sociais cada vez mais seletivas e fragmentadas, bem como na correlação de forças existentes, acabam por fragilizar ainda mais os ganhos obtidos pela perspectiva de intenção de ruptura e envereda para um possível neoconservadorismo nos meios profissionais (voltaremos a esses aspectos no capítulo 3).

segundo momento se dá através da recorrência as fontes originais, já no processo de transição democrática, cuja ênfase estava em buscar a historicidade dos fenômenos passíveis de reflexão. E o terceiro momento, como síntese dos anteriores, com a restituição das tendências democráticas, “[...] direciona a recuperação de diferentes substratos da tradição marxista [...] para analisar a atualidade profissional”. (*ibidem*).

Conforme já mencionamos a vinculação aos movimentos sociais (e as lutas empreendidas pela classe trabalhadora) é uma característica constitutiva do saldo teórico-político resultante da “intenção de ruptura”, que contribuiu com a adoção da perspectiva política trazida pelo marxismo.

Pretendendo-se à expressão ideopolítica dos interesses históricos do arco de forças centralizado pela classe operária e recuperando a perspectivação da teoria social de Marx com a incorporação da tradição marxista [...], a intenção de ruptura enriqueceu o debate profissional com um elenco de núcleos temáticos e propostas crítico-analíticas que o tornaram contemporâneo das polêmicas e alternativas do universo cultural mais avançado da área das ciências sociais. (NETTO, 2011b, p. 302).

Assim, a adoção da teoria social crítica, permitiu aos assistentes sociais produzirem conhecimento teóricos acerca do seu papel sociopolítico e profissional, compreendendo a sua funcionalidade na divisão socio-técnica do trabalho, bem como, na particularidade do desenvolvimento capitalista brasileiro.

No que tange aos aspectos intrínsecos do exercício profissional, os novos aportes prático-operativos eram orientados para viabilizar uma reflexão sobre os instrumentais técnicos, em sua interação com os princípios éticos e políticos. O direcionamento ideopolítico da categoria profissional resultante da perspectiva renovadora “intenção de ruptura”, passa a requisitar investigações capazes de problematizar os determinantes que estão imbricados na atuação profissional e sua relação com diversas temáticas e questões específicas da sociedade brasileira.

A aproximação com a perspectiva crítico-dialética – em especial as categorias historicidade e totalidade – na análise das representações ideológicas das classes antagônicas, possibilita o entendimento da profissão no universo da dimensão macrosocietária, situando a identificação da sua função social com as demandas advindas das classes sociais e da relação estabelecida com o Estado. Estavam dados pois os elementos críticos e políticos fundamentados na realidade socio-histórica brasileira que configuraram a construção do projeto ético-político profissional, na criação das entidades de representação (CFESS, CRESS

e ABEPSS) e dos instrumentos normativos que regulamentam a formação e exercício profissional a partir de então (como o código de ética e as diretrizes curriculares da ABEPSS).

Entretanto, importa considerar que a aproximação a tradição marxista, como podemos observar, é marcada por momentos complexos: emerge na conjuntura política ditatorial adversa, onde o desenvolvimento industrial e econômico vigente, passa a exigir uma nova racionalidade as profissões como forma de dar respostas – técnicas e imediatas – ao padrão de acumulação operante, corroborado pela segunda vertente renovadora (perspectiva modernizadora), cuja ênfase instrumental rebate no direcionamento das práticas profissionais.

Diante disto, identificamos nas configurações da emersão da profissão na execução das políticas sociais no contexto ditatorial, momentos decisivos para a análise da relação teórico-prática, uma vez que, encontram-se postos os direcionamentos que até hoje se defrontam na profissão – no que tange as apropriações teóricas e as repercussões nas atividades interventivas – tensionados por movimentos opostos: renovação x conservadorismo.

A aproximação com as vertentes teóricas que tinham por função garantir uma “cientificidade” à prática profissional, redundou no sentido exigido pelo Estado *autocrático burguês*, em adquirir conhecimentos metodológicos a serem “aplicados” imediatamente na prática cotidiana. Isto fez com que muitas das contribuições trazidas pela perspectiva de intenção de ruptura, adquirissem ares academicistas e desarticulados do imediatismo cotidiano, aspecto que repercutiu ideologicamente na dimensão interventiva, legitimando a ideologia burguesa.

Em se tratando da repercussão ideológica que se expressa diretamente na relação estabelecida entre teoria e prática na profissão, entendemos que se faz necessário compreender como emerge e se situa o pensamento de Lukács na profissão, uma vez que, o resgate histórico-ontológico dos fundamentos, como veremos, contribuiu com a constituição de uma massa crítica fecundamente direcionada para a articulação das dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, que inicialmente dava continuidade ao projeto instaurado com a terceira vertente renovadora e trouxe rebatimentos diretos para a construção do projeto ético-político do Serviço Social.

No item que segue nos propomos a analisar a aproximação da razão ontológica no Serviço Social, que busca o conhecimento dos fenômenos a partir de sua gênese, historicidade e totalidade. A face do exposto, prosseguiremos com o objetivo de caracterizar a introdução da perspectiva ontológica nos marcos profissionais e seus rebatimentos na profissão.

2.3 A perspectiva ontológica nos marcos profissionais

O desenvolvimento da profissão após a década de 1980, como vimos, está atrelado a um universo *cultural e ideológico* que se gestou após o contato com a tradição marxista, culminando na atual direção estratégica legitimada por parte da categoria profissional. O contexto em que se deu a aproximação do Serviço Social com a perspectiva marxista, como já sinalizamos, foi bastante contraditório, especialmente considerando a conjuntura socio-histórica ditatorial.

A ascensão dos movimentos sociais, cuja aproximação alterou as bases políticas e estratégicas profissionais, e a introdução no âmbito acadêmico – que possibilitou a interlocução com as ciências sociais permitindo a profissão adentrar na esfera da produção de conhecimento, ganhando autonomia intelectual, contrapondo-se ao caráter apenas interventivo/pragmático e receptor dos conhecimentos advindos de outras áreas do saber – são aspectos que contribuem para descortinar os elementos que desencadearam uma aproximação a teoria social crítica, alterando as diretrizes ídeo-teóricas e prático-operativas do Serviço Social renovado.

Segundo Guerra (1997) “[...] foi a correta aproximação de uma ontologia do ser social que se funda na práxis que permitiu ao Serviço Social realizar a revisão crítica dos fundamentos conservadores que lhe vem servindo de explicação e orientação teórico-prática” (p. 12). Assim sendo, considerando a dimensão ontológica do pensamento de Georg Lukács e suas contribuições – cuja inspiração pode ser apreciada nas obras de alguns autores clássicos da literatura do Serviço Social – para a configuração do atual projeto ético-político profissional, entendemos que se faz necessário resgatar o seu pensamento na busca de entender os fundamentos da perspectiva que viabilizou a identificação da funcionalidade da profissão na sociedade capitalista complexificada.

De acordo com Sousa (2010) o pensamento de Lukács passa a ser apropriado no debate teórico da profissão na passagem dos anos 1980 aos anos 1990 (p. 132) – a nosso ver, localizado no terceiro momento da renovação, com a resultante intenção de ruptura sinalizada por Netto⁴² – com a aproximação aos clássicos, maturação dos conteúdos da tradição marxista

⁴² A obra de Netto, *Ditadura e Serviço Social* (edição original datada de 1990), já se coloca claramente como inspirado na elaboração lukacsiana para além de um balanço histórico do Serviço Social no Brasil, reflete sobre a necessidade do resgate da gênese da profissão sob os auspícios da autocracia burguesa, direcionando a análise a uma perspectiva de totalidade. Percebe-se a forte presença do pensamento lukacsiano especialmente a discussão sobre as direções estratégicas resultantes do processo de renovação, ressaltando a dimensão cultural dos complexos categoriais ideológicos que estão imbricados no contexto político-econômico vigente e o Serviço Social.

e sua apropriação nos debates de alguns autores clássicos do Serviço Social. A autora identifica a presença do pensamento de Lukács em aspectos significativos do Serviço Social, no que dizem respeito aos debates sobre metodologia, mediação, na relação “Serviço Social e Trabalho” e na polêmica “crise de paradigmas”. Também se percebe a influência do pensador na elaboração do código de ética profissional⁴³.

Para as finalidades deste estudo, nos concentraremos nos conteúdos que repercutem sobre o debate metodológico que reporta as questões teórico-metodológicas e técnico-operativas e no código de ética como portador dos princípios que orientam a prática profissional e seu direcionamento político, com vistas a analisar as repercussões destas dimensões para a relação teoria-prática na profissão – questões que analisaremos em algumas obras da literatura clássica do Serviço Social no capítulo 3.

Foi através da aproximação perspectiva marxista que a profissão se direcionou à uma análise crítica, voltada para a sua intervenção na realidade brasileira (reconstruindo instrumentos técnicos e regulatórios e produzindo documentação própria), que contribuísse com a construção de conhecimentos acerca do seu objeto de intervenção – as “expressões da questão social”. A partir da aproximação da ontologia do ser social, o Serviço Social contou com elementos categoriais, capazes de questionar o seu arsenal teórico-cultural eclético e ideológico⁴⁴ e problematizar a reconstrução das suas estratégias ídeo-políticas, ressignificando o estatuto profissional e, por conseguinte, a mediação entre teoria e prática.

Com isto, dispôs de conhecimentos sobre o papel das ideologias que repercutem no processo de desenvolvimento do Serviço Social (especialmente em virtude do papel que ocupa na dinâmica socio-técnica do trabalho), requisitado a intervir como mediador das relações entre as classes antagônicas, em que a determinação posta a sua intervenção, está constantemente imbuída do conservantismo necessário a reprodução da hegemonia da classe dominante. Daí se percebe a dificuldade de uma teoria que se propõe a questionar as relações alienadoras, operando na desmistificação do real e os entraves para se expressar em um período de autoritarismo.

Percebemos então que para que a perspectiva ontológica, pudesse adquirir expressão na literatura profissional, a revisão crítica de sua intervenção requeria um espaço propício de liberdades democráticas para se legitimar. Assim sendo, o pensamento lukacsiano se insere na

⁴³ “A apropriação ontológica da vertente crítico-dialética no debate profissional, da década de 90 pode ser constatado em pelo menos três debates centrais: a formulação do Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão e na Revisão Curricular de 1996”. (SANTOS *apud*, SOUSA 2012, p. 76-77).

⁴⁴ Com a tese do sincretismo exposta por José Paulo Netto, na primeira parte de sua tese de doutorado, que foi publicada com o título de “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”.

profissão, em um período de fortalecimento do protagonismo dos movimentos sociais e com a superação do viés militante e epistemológico das leituras enviesadas do “marxismo sem Marx”. Dito isto, três momentos foram fundamentais para a apropriação do pensamento lukacsiano no Serviço Social: a restituição das liberdades democráticas, a “maioridade intelectual” do Serviço Social e o fortalecimento da perspectiva crítica a partir do aprofundamento teórico e político.

Conforme observamos no capítulo 1, para além da análise do ser social e do seu processo de entificação a partir do trabalho, Lukács vai adentrar em alguns aspectos relevantes para o processo de conhecimento da realidade e, para tanto, se aprofunda em algumas categorias histórico-concretas do ser social, que explicam a gênese ontológica da consciência e das possibilidades de intervenção do ser social na realidade.

Os elementos analisados na ontologia de Lukács, trazem a discussão dos fundamentos da filosofia marxiana e da sua *reprodução ideal do movimento real do objeto*, subsidiando o conhecimento das dimensões ontológicas das categorias que constituem o processo de socialidade do ser. Os encaminhamentos dados por Lukács, no que tange a relação do homem com a natureza através da categoria trabalho, permitem a apropriação da discussão da gênese do processo de conhecimento do homem na relação estabelecida entre consciência e realidade, sujeito-objeto, teoria e práxis.

A identificação das categorias centrais, especialmente *historicidade, totalidade e essência*, bem como da atividade mediadora, a *práxis*, repercutiram no Serviço Social enriquecendo o debate teórico-marxista, uma vez que, passou a contribuir com a compreensão da profissão como produto histórico, buscando a gênese dos processos sociais imbricados no fazer profissional dos assistentes sociais que brota da prática, da intervenção no *cotidiano*, imersa no complexo de questões e contradições da sociedade brasileira e no desvelamento da dimensão *ideológica*.

Nos complexos categoriais ontológicos que identificamos, apontamos *dois momentos* das reflexões trazidas pelo autor como importantes para a compreensão do objeto de nossa investigação: a análise da relação entre teleologia e causalidade, pôr teleológico e espelhamento da realidade, que apontam a mediação entre teoria e práxis no processo de conhecimento; e a análise da ideologia, do pensamento científico e sua relação com a esfera do cotidiano, que problematizam o distanciamento da teoria e da prática no processo de conhecimento. Diante do exposto, nos itens que seguem buscamos abordar estes dois momentos extraídos da ontologia lukacsiana, com vistas a analisar as categorias ontológicas e suas contribuições para o processo de conhecimento da realidade e para o Serviço Social.

2.3.1 A relação teoria-prática na ontologia do ser social e as repercussões para o processo de conhecimento no Serviço Social

No *primeiro momento* que identificamos na ontologia, as concepções lukacsianas acerca da teleologia, causalidade e pôr teleológico nos permitem entender a gênese da relação estabelecida entre teoria-práxis e identificar a dimensão da abordagem ontológica no processo de conhecimento da realidade. Como observamos no capítulo 1, o ser social realiza uma mediação entre objetividade/realidade e subjetividade/consciência, através da prévia ideação, do por teleológico, que orienta o desenvolvimento da sua práxis. É a articulação entre pôr teleológico e a práxis concreta, que torna possível a intervenção do ser social sobre a realidade objetiva.

Segundo Lukács, para alcançar a finalidade almejada (o *pôr do fim*), há que se conhecer os fenômenos presentes na própria realidade e a análise destes, poderá resultar em uma *causalidade posta*: conhecer os elementos do objeto de investigação/intervenção, compreendê-lo na multiplicidade de determinações e síntese de complexos que o compõe, enriquecendo o conhecimento sobre os fenômenos em sua essência, são aspectos fundamentais para propor mudanças e alterações a priori idealizadas.

O desenvolvimento da consciência do ser social e sua autonomização – através da disseminação dos *conceitos*, a partir do desenvolvimento da linguagem – decorre do que Lukács denomina *espelhamento da realidade*, que configura a gênese da relação sujeito-objeto. A realidade “refletida” é apropriada pela subjetividade e passa a estabelecer um compósito de conhecimentos sobre o objeto, que uma vez conhecido, abre-se vias de possibilidades para novas descobertas, para novas formas de intervenção, enriquecendo o acervo de saberes sobre as propriedades e determinações que o constitui. Como já sinalizamos, o espelhamento da realidade, permite surgir possibilidades de novos pores teleológicos, contribui com o processo de conhecimento da realidade e na identificação dos meios necessários para a intervenção, que será materializada com a práxis, portanto, contribui com a produção do conhecimento acerca do objeto investigado.

Esta análise lukacsiana resulta em uma questão central do método crítico-dialético, no tocante a funcionalidade do conhecimento teórico: a teoria como produto da interação do sujeito com a realidade, como subsídio para a apreensão dos fenômenos histórico-concretos, que permitem vislumbrar alternativas e possibilidades de intervenções e mudanças, assim sendo, a teoria se configura como mecanismo de intervenção na realidade.

Como bem coloca Netto (2010), teoria é o *real reproduzido e interpretado no plano ideal*: “O conhecimento teórico é o conhecimento do objeto, tal como ele é em si mesmo, na sua existência real, independente das aspirações/representações do pesquisador”. Sendo assim, no processo de conhecimento, cabe ao sujeito a ultrapassagem da aparência do fenômeno, na busca de sua lógica constitutiva, no intuito de *reproduzir no plano ideal a essência do objeto investigado*. Não existe neutralidade neste processo de apreensão do real, pois o *sujeito está implicado no objeto* e, portanto, desempenha sempre um papel ativo do sujeito neste processo. (*ibidem*).

[...] há uma íntima conexão entre conhecimento e prática social, conhecer não é simplesmente contemplar, conhecer não é refletir a imediatez do objeto. Conhecer é um momento do processo de transformação da realidade, seja ela natural ou social. O conhecimento é uma mediação para a intervenção na realidade. Ele é, além disso, uma mediação absolutamente indispensável para a autoconstrução do ser humano. (TONET, 2013, p. 102).

Importa ressaltar que o conhecimento teórico para Lukács não é uma metodologia que possa ser aplicada e enquadrada como forma de conhecer determinados fenômenos, mas uma mediação necessária entre sujeito e objeto com vistas a alcançar um *pôr do fim*, ou seja, as finalidades que demandam o processo de investigação. Há, portanto, no processo de conhecimento a prioridade ontológica do objeto: o objeto é o ponto de partida para o conhecimento, não um construto subjetivo, existe em sua processualidade histórico-concreta, permeado de categorias e determinações.

É no âmbito da práxis, como ato teleologicamente posto de transformação da realidade que se expressa a necessidade do conhecimento do objeto como mediação para a intervenção na realidade, sem isto, a atividade prática não é possível. Assim, a teoria inicialmente surge da necessidade de manipulação prática dos fatos e o pensamento científico amplia o conhecimento sobre a realidade direcionando a sua manipulação, não na busca da essência do ser, mas dos mecanismos necessários a intervenção.

Voltar-se para o objeto, histórica e socialmente construído a partir da sua matriz fundante, que é o trabalho, para apreender a lógica desse processo de entificação; trazer para a cabeça a lógica desse objeto; capturar e traduzir teoricamente o processo histórico e social de construção desse objeto é o que caracteriza [...], a impostação marxiana da problemática do conhecimento. (TONET, 2013, p.80)

Assim sendo, do ponto de vista ontológico a prioridade da relação sujeito-objeto, está no *objeto como polo regente do conhecimento e na práxis como momento mediador entre*

ambos, superando a permanente dualidade desta relação. A realidade existe independente da consciência, da subjetividade que o apreende. O objeto é concreto, está inserido dentro de um contexto específico, portanto, para conhecê-lo em sua integralidade, são necessárias várias mediações, capazes de realizar aproximações sucessivas na busca de sua essência.

A prioridade do objeto (o real) sobre o sujeito (o ideal) impõe que, para conhecê-lo, este último transforme o concreto real em concreto pensado (ideal). (Tonet, 2013). Não se trata, portanto, de *construir* um objeto subjetivamente, através de dados empíricos, mas de traduzir, teoricamente, o objeto na sua integralidade. A reprodução da realidade como ela é em si mesma – em suas conexões causais e na interrelação com seus complexos constitutivos – ainda que sempre de modo aproximativo, é fundamental para garantir um conhecimento que se proponha verdadeiramente desmistificador.

A reconstrução ideal dessa objetividade pela consciência dos homens é um árduo e laborioso trabalho, segundo o qual eles podem conhecer, mediamente, o mundo de que são parte constitutiva – logo entre a consciência e o mundo objetivo não há fratura ontológica. A implicação é uma unidade entre racionalidade objetiva (princípio inerente à realidade) e racionalidade subjetiva (reconstrução, na consciência, daquele princípio). Mas esta unidade é processual, e em dois sentidos: o mundo é pensado enquanto movimento dinamizado contraditoriamente, o ser tem sua efetividade no processo de colisões que é o seu modo específico de ser; e a consciência que reconstrói esse movimento (um automovimento) procede, ela mesma, por aproximações. (NETTO, 1994, p.28)

Portanto, não se trata de uma relação identitária entre racionalidade subjetiva e racionalidade objetiva, entre sujeito e objeto, mas unitária, entendendo que a realidade é movimento e está permeada por contradições, que são trazidas a luz, através da correta compreensão da objetividade processual do ser. Para Lukács há uma inter-relação orgânica entre sujeito e objeto, como uma relação de unidade, de interação dinâmica e de transformação, como princípio de *identidade e não identidade*, conformando um mesmo ato unitário.

A mediação entre conhecimento teórico e práxis, portanto, permite superar a aparência fenomênica através da reconstrução ideal da efetividade processual do objeto. Lukács, portanto, expõe a indissociabilidade entre teoria e prática, na medida em que o objetivo da teoria é o de subsidiar o desenvolvimento das condições de intervenção da realidade, dos pores teleológicos para a práxis, sendo a própria realidade o critério de verdade.

A síntese do processo investigativo na perspectiva ontológica, permite que o sujeito apreenda o objeto na consciência e a partir de então passa a analisá-lo na identificação dos

seus elementos constitutivos; culminando na *objetivação do objeto* no plano da consciência, que contribuirá com a escolha das alternativas necessárias para retornar ao objeto, saturado de determinações, viabilizando uma intervenção prática transformadora. “[...] o método de investigação, não é um conjunto de regras formais de análise externas às peculiaridades do objeto, mas uma relação que permite ao sujeito apanhar à dinâmica própria do objeto” (Netto, 1994, p. 39).

Ao superar a dicotomia entre subjetividade e objetividade, demonstrando que a própria realidade é o resultado da síntese entre consciência (momento subjetivo) e realidade (momento objetivo), síntese essa realizada pela prática social, Marx pode sustentar, de modo sólido, a possibilidade de conhecer não apenas a aparência (o fenômeno), mas também a essência (o númeno). (TONET, 2013, p. 105).

Ao se analisar a tradição teórico-cultural do Serviço Social brasileiro, após a sua institucionalização, é possível observar que a relação teoria-prática se apresenta como questão central que repercute na profissão nos estágios do seu desenvolvimento ulterior. Na maioria das obras que discutem os fundamentos da profissão – mesmo que isto não seja o objeto imediato de análise – é possível perceber uma problematização acerca da dicotomia entre conhecimento teórico e a prática profissional.

Este aspecto atenta para uma questão de fundo: as tendências renovadoras que se processam na profissão, após a abertura de inserção profissional no Estado ditatorial, passam a requisitar conhecimentos que subsidiem o conhecimento da realidade social, voltados a produção de conhecimento sobre o seu principal objeto de intervenção, as várias expressões/manifestações da questão social e do seu instrumento de trabalho, as políticas sociais.

Como já sinalizamos, a racionalidade requisitada pelo estado ditatorial demandava a apropriação de recursos técnicos e aportes científicos para legitimar a prática profissional, radicados na manipulação e sistematização empírica e imediata dos fenômenos, embasados especialmente na racionalidade positiva. Esta forma de conceber a práxis, como prática instrumental/procedimental, apenas como um conjunto de metodologias, um guia para a ação, retira da intervenção profissional qualquer pretensão analítico-ontológica, ou seja, reproduz-se imediatamente o cotidiano para responder as demandas apresentadas, sem tecer nenhuma análise mais profunda do contexto social em que o profissional se insere, retira-se qualquer possibilidade de mediação teórica: fragmenta-se a articulação teoria e prática.

Para uma profissão de caráter interventivo como o Serviço Social, que além do lastro conservador, dispunha de um acervo instrumental que imputava uma intervenção imediata na

realidade, se apropriar da abordagem ontológica e do método da teoria social crítica, permitiu que uma nova racionalidade se colocasse como horizonte analítico na produção do conhecimento e propusesse novos direcionamentos à prática profissional. Esta nova forma de conceber os fenômenos – que como veremos no capítulo 3, passa a permear a produção de conhecimento de alguns intelectuais nos aspectos intrínsecos ao modo de ser da profissão, na sua instrumentalidade e no seu direcionamento político – contribuiu com os esforços de buscar a gênese dos fenômenos sociais que estavam hipotecados ao exercício profissional e de articulá-lo ao conjunto de complexos macroestruturais da realidade brasileira.

Assim sendo, este *primeiro momento* que identificamos na ontologia do ser social, repercute no Serviço Social especialmente no âmbito teórico-metodológico, trazendo rebatimentos na forma de se pensar os fenômenos, os instrumentais necessários a prática profissional, considerando o método da teoria social crítica que direciona a análise sociocultural do Serviço Social na particularidade brasileira. Estas reflexões geraram impactos nos aspectos endógenos da profissão, mas não só, possibilitaram a identificação do significado social da profissão no âmbito da reprodução das relações sociais.

É importante salientar, que o pensamento ontológico não se disseminou na profissão. É parte integrante de obras cuja inspiração, contribuiu com análises de importância e significado na profissão, porém a recorrência ao pensamento de Lukács ainda é débil e no momento atual, conta com poucos intelectuais que o referencia em suas análises.

Cabe considerar também que a introdução da ontologia nos marcos profissionais, não é capaz sozinha de levar a cabo a tarefa de superação do conservadorismo que assola a profissão, pensar que apenas pela via teórica se pode rechaçar as tendências conservadoras é incorrer no equívoco idealista. Como Lukács demonstrou, a teoria abre vias ao conhecimento das determinações dos complexos da realidade, no entanto é pela via da práxis, que a realidade é posta em movimento.

A correta compreensão do lugar que a profissão ocupa na divisão socio-técnica do trabalho e o seu caráter interventivo são importantes para localizar a correlação de forças situada no âmbito das diferentes ideologias que rebatem na formação e no exercício profissional e que contribuem na manutenção do quadro das múltiplas tendências operantes, que tensionam diretamente a direção estratégica adotada pela categoria após a aproximação a tradição marxista. Assim sendo, a análise sobre o papel da ideologia é de extrema importância para o Serviço Social, permitindo identificar a função que desempenha na manutenção da hegemonia da classe dominante e na contribuição para os patamares de acumulação, haja vista que tem por função a manutenção da classe trabalhadora integrada ao ciclo reprodutivo.

Vejamos, a inserção na dinâmica da reprodução das relações sociais, situa a atuação profissional na esfera do cotidiano, lócus privilegiado para a disseminação das ideologias operantes. Lukács aponta o pensamento científico como uma das formas de ideologia e ressalta a importância da esfera do cotidiano para a subjetividade, na recepção dos conteúdos que acabam influenciando a consciência dos homens e, por conseguinte, a realização dos pores teleológicos almejados pela classe dominante. Assim, há neste processo também uma problematização teórico-prática que merece uma atenção especial na nossa investigação. Portanto, entendemos a necessidade de resgatar o fundamento da ideologia no pensamento lukacsiano, haja vista que a sua abordagem, enriqueceu a tradição marxista, desmistificando a ideologia como “falsa consciência”, superando a relação mecânica e hierárquica entre estrutura e superestrutura, entre produção e reprodução, demonstrando a interrelação dialética do movimento exercido entre ambas.

2.3.2 A importância da análise ontológica da ideologia, do pensamento científico e do cotidiano para a mediação teoria-prática no Serviço Social

Sinalizado o método ontológico extraído por Lukács da teoria social marxiana, no que tange a relação sujeito-objeto e as implicações teórico-práticas para o processo de conhecimento, o *segundo momento* que identificamos na ontologia, que consideramos fundamental para o nosso objeto de investigação, trata da *ideologia*, do desenvolvimento do *pensamento científico* e da esfera do *cotidiano*. Estes aspectos nos permite uma reflexão acerca dos complexos secundários expostos por Lukács, onde a consciência passa a exercer influência nos pores teleológicos e configuram uma nova dinâmica da relação teoria-práxis (sinalizando inclusive a sua dicotomização).

Na identificação dos *pores teleológicos secundários* o autor mostra um nível de reprodução da consciência que difere daquele dos estágios mais primitivos – de mediação imediata entre ser social e natureza – marcado pela complexificação da socialidade do ser social, das generalizações dos conhecimentos e onde se vislumbra a influência dos interesses sociais na realização da práxis, aqui surge o âmbito (já mencionado) da *superestrutura ideológica*. Nas formas superiores da atividade social, a objetividade para a realização dos pores teleológicos irá requerer a influência na consciência de outros indivíduos compelindo-os a assumir determinadas decisões, ideias e comportamentos.

Como salientamos no capítulo 1, o *ideal* é o complexo de representação dos pores teleológicos. A nosso ver, aqui está radicado um elemento que aponta para uma das contribuições genuínas da elaboração lukacsiana à tradição marxista: a ressignificação do conceito de ideologia. Para Lukács a ideologia é *a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir*. Constitui o modo que o ser social tem de se conscientizar dos conflitos sociais e de tentar intervir sobre eles dando novas direções, portanto o papel da ideologia é de agir na consciência dos homens na identificação das alternativas que lhes permitem solucionar os conflitos que se apresentam.

Importa considerar que a ideologia independe das ideias serem falsas ou verdadeiras, o que se torna ideologia é a capacidade das ideias de se disseminar e intervir na realidade social, operando, portanto, como por teleológico, caucionando transformações efetivas na realidade social.

Como vimos, a ideologia não é a expressão de um pensamento singular, mas de um pensamento coletivo que se tornou necessário para a manutenção do *status quo*. Para se disseminar a ideologia precisa se transformar em conteúdo teórico e/ou prático. As teorias que atendem aos interesses da classe dominante são altamente difundidas, espalhando-se como uma ferramenta manipulatória bastante influente sobre o pensamento cotidiano.

Para Lukács a ciência é uma forma de ideologia, na medida em que, busca provocar mudanças na consciência dos indivíduos, interferindo no âmbito da práxis. Sinaliza a *aparência reificadora*, e de como este fenômeno implica rebatimentos diretos no modo como articula sujeito-objeto e essência e fenômeno, superdimensionando a esfera da aparência e do imediatismo, restringindo a análise dos fenômenos a um aspecto fetichizante, aparente e alienador do real, que atribui ao ideal/abstrato uma realidade concreta, tendo por resultante a generalização da dimensão fenomênica. Na medida em que isto se processa na construção do conhecimento, dicotomiza-se a relação teoria-prática.

A reificação estabelece um conhecimento imediato e deformador do movimento real do objeto, formando sobre este um pensamento espontâneo que encontra na esfera do cotidiano o ponto de partida. É na análise da esfera da *vida cotidiana*, que Lukács identifica a importância da consciência, da subjetividade dos homens para o seu processo de reprodução e onde situa o espaço no qual os homens podem adquirir a autoconsciência de sua condição real de existência.

De acordo com o autor, os indivíduos respondem as alienações postas conforme a sua “concepção de mundo”, posicionando-se de acordo com as necessidades da sua personalidade, confirmando aquilo que *favorece o modo como ele conduz a sua vida, enquanto considera*

como objetivamente não existente aquilo que está em contradição com ela. Lukács considera, portanto, a individualidade do sujeito como forma de analisar como ele é capaz de responder as ideologias, na autoconfirmação do contexto sociocultural que se insere, de suas vivências, legitimando determinadas alienações que representam o espaço ídeo-cultural que se situa na dinâmica social.

Esta análise de Lukács, nos permite romper com a visão economicista que se espalhou no pensamento da tradição marxista, permitindo redimensionar a análise da subjetividade humana e de como a individualidade, as “concepções de mundo”, os sentimentos perpassam as relações sociais. No entanto, é necessário entender que estes aspectos singulares estão imersos em uma totalidade complexa, em uma realidade concreta, que imputa a análise destes, interrelacionados com a dimensão do cotidiano e com as ideologias que legitimam determinado modo de vida, na relação estabelecida entre a consciência humana com as atividades práticas e o contexto socio-histórico que impõe diversas formas desta subjetividade se expressar como produto histórico-concreto.

A análise ontológica lukacsiana da ideologia e nesta o pensamento científico e o cotidiano, são, portanto, aspectos fundamentais para o Serviço Social, haja vista que a crítica ontológica demonstra a influência de ambos no processo de intervenção na realidade. A atuação profissional tem como locus privilegiado a imersão no cotidiano, onde as contradições entre as demandas antagônicas requisitadas pelo público usuário dos serviços socioassistenciais e as instituições demandantes, apontam para dois contextos (e correlações de forças) antagônicos.

Considerando a funcionalidade requisitada ao Serviço Social na reprodução dos complexos ideológicos – de influenciar os comportamentos e as ações dos indivíduos – podemos problematizar as tensões existentes nas duas formas de racionalidades adotadas para a intervenção prática, uma radicada na reprodução imediata das respostas profissionais e outra na mediação dos complexos existentes a partir da articulação teórico-prática.

A ideologia legitimadora da ordem social dominante passa a requisitar análises no cotidiano que fragmentam ou ocultam a relação estabelecida entre conhecimento teórico como subsídio para a prática profissional. A atuação profissional deve estar orientada para uma produção técnica, capaz de operar diretamente no cotidiano de forma instrumental/imediata, desprovida de conteúdos questionadores dos fundamentos do ser, da sua legalidade própria, direcionando-se sobre a sua reprodução fenomênica. Assim sendo, as requisições ideológicas conservadoras ao Serviço Social, direcionam-se para o escamoteamento do cerne dos

conflitos instaurados pela sociabilidade capitalista e ao ajustamento dos comportamentos às exigências do processo de reprodução do capital.

Importa salientar que por não produzir uma teoria própria o Serviço Social não é uma ideologia: “[...] o Serviço Social não se instaurará como núcleo produtor teórico específico – permanecerá profissão, e seu objeto será um complexo heteróclito de situações que demandam intervenções sobre variáveis empíricas”. (Netto, 2011a, p. 149). Como observamos, a localização da profissão enquanto prática interventiva, na dinâmica das relações sociais da sociabilidade capitalista, é tradicionalmente requisitada para administrar os conflitos sociais entre as classes antagônicas e tem por função ideológica, a priori, o contributo na reprodução das ideologias dominantes. Quando a inserimos no circuito de reprodução das ideologias, estamos entendendo a sua funcionalidade – embora que minoritária considerando a totalidade dos complexos sociais – na manutenção do consenso.

Como podemos observar, esta análise da dimensão da superestrutura ideológica, contribui para situar a profissão nos complexos que demandam a sua intervenção localizados especialmente na cotidianidade.

O direcionamento político-ideológico expresso na ontologia permeou as discussões e análises de alguns autores na década de 1990, que acabou influenciando na construção do projeto ético-político do Serviço Social, cuja apreciação pode ser encontrada especialmente no código de ética de 1993 (aspectos que detalharemos no próximo capítulo), bem como, no sentido de ter como horizonte ídeo-político outra forma de ideologia, que não a estabelecida pelos mecanismos de consenso burgueses, identificando claramente o papel que desempenha no circuito da reprodução social.

Diante do exposto, prosseguindo com o intuito de tratar da aproximação do Serviço Social com a ontologia do ser social, identificamos além das mediação que expusemos – em relação a algumas categorias ontológicas que contribuem para a elucidação e direcionamento de questões intrínsecas a profissão – uma clara inspiração lukacsiana em algumas obras clássicas da literatura do Serviço Social, que trataremos no próximo capítulo e que contribuem na identificação da relação teoria-prática na perspectiva ontológica e com a problematização das suas repercussões na produção intelectual do Serviço Social brasileiro.

CAPÍTULO III

3 A influência da ontologia do ser social na tradição intelectual do Serviço Social Brasileiro e os rebatimentos para a mediação entre teoria e prática

Conforme demonstramos no capítulo precedente, a aproximação do Serviço Social a tradição marxista (e nesta incluída a perspectiva ontológica lukacsiana), resultou em contribuições para a profissão especialmente nos direcionamentos que serviram de base para a construção do projeto ético-político profissional, no tocante as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, redimensionando a relação estabelecida entre teoria e prática na profissão.

Diante disto, o objetivo deste capítulo é rastrear os impactos da apropriação da ontologia do ser social para o Serviço Social tendo por subsídios obras clássicas da literatura profissional, que a nosso ver, trouxeram repercussões especialmente para a mediação entre teoria e prática; são elas: *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* (a tese do sincretismo) de José Paulo Netto e *A instrumentalidade do Serviço Social*, de Yolanda Guerra. Também situamos a obra *Ética: fundamentos socio-históricos* de Maria Lucia Barroco, como expressão da contribuição ontológica lukacsiana no código de ética profissional e na direção política adotada pela profissão a partir da década de 1990.

A escolha destas obras não foi uma tarefa fácil, haja vista que há outras elaborações de grande importância teórica – como as contribuições de Sérgio Lessa, Ivo Tonnet, Carlos Montañó – que apresentam ao Serviço Social o complexo categorial do pensamento lukacsiano, de forma enriquecida e mediada, numa interlocução significativa com a *ontologia do ser social*. Entretanto, nos limites que se propõem esta investigação, entendemos que este recorte se justifica em virtude da localização da importância das obras acima elencadas para as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política e do conteúdo que referenda a inter-relação entre conhecimento teórico-metodológico com a prática político-interventiva profissional, cujos conteúdos estão expostos sob clara inspiração lukacsiana.

Assim sendo, nos próximos itens, trataremos da repercussão da ontologia do ser social na literatura clássica do Serviço Social, no que tange aos rebatimentos para a relação estabelecida entre teoria e prática na produção intelectual e, por fim, analisaremos as contribuições da apropriação da ontologia do ser social para o Serviço Social, considerando os desafios que se processam na atualidade.

3.1 A repercussão da ontologia do ser social na literatura clássica do Serviço Social: a mediação entre teoria e prática

Como já abordamos, a partir do contato da profissão com a tradição marxista e o aprofundamento teórico, abrem-se vias para se pensar novas formas de intervenção, uma nova racionalidade passa a constituir o arsenal de técnicas pautadas na reflexão teórica e na busca das determinações que constituem os fenômenos para além da sua aparência imediata, com ênfase nas conexões que envolvem o contexto em que o profissional se insere para intervir.

Esta nova forma de pensar a atuação prática, refleti-la, engendrou na intervenção profissional um caráter político: “Dado esse caráter, ou essa dimensão da profissão, o profissional pode redimensionar o alcance e estabelecer os limites da sua intervenção, bem como definir o estatuto das suas técnicas, objetos e objetivos” (Guerra, 2009b, p. 82). A partir de então o profissional não apenas responde a demanda no nível da particularidade e imediaticidade, mas se posiciona, com o objetivo de direcionar a sua intervenção para além das requisições institucionais, passando a refletir sobre o cotidiano, as dificuldades e os limites a sua intervenção no quadro da correlação de forças existente.

Os ganhos resultantes da década de 1980 não se estabeleceram apenas no âmbito acadêmico, mas contribuíram para o direcionamento crítico das reflexões sobre a prática profissional cotidiana, relacionando-a ao compósito de fenômenos e determinações que perpassam as relações entre as instituições, as políticas sociais e o Estado, ou seja, ao nível da totalidade dos complexos que estão imbricados no exercício profissional⁴⁵. Esta mediação prático-teórica resultou em ganhos para o processo de construção do conhecimento⁴⁶:

A nova situação político-ideológica abre ao Serviço Social um espaço próprio a ser ocupado no interior do conjunto das ciências sociais, espaço esse marcado, por um lado, pela reflexão mais diretamente ética que envolve a prática cotidiana; e, por outro, pela discussão diretamente política da relação entre os projetos de emancipação, a ação do Estado e a atuação dos

⁴⁵ Importa considerar que: “Mesmo sabendo que uma abordagem teórica plena da totalidade social será uma tarefa inalcançável, é somente a partir dessa premissa que se pode afugentar um caminho mistificador da realidade, que fragmenta as esferas que a compõem e que individualiza os problemas sociais”. (WELLEN, CARLI, 2010, p. 127).

⁴⁶ É importante salientar que nos últimos anos a prática da pesquisa no Serviço Social vem adquirindo um expressivo aumento, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. No entanto, isto não ocorre frequentemente no dia-a-dia profissional. Embora se tratando de pesquisas que refletem sobre as demandas postas aos assistentes sociais no cotidiano profissional e em sua relação com as políticas sociais e o Estado, as pesquisas são realizadas em sua maioria no âmbito acadêmico, em proporção bastante desigual as que são feitas nos espaços de inserção profissional. Neste sentido, Guerra (2004) destaca a necessidade do reforço da postura investigativa ainda na formação profissional: “Há que se lutar contra o pragmatismo universitário e romper com toda e qualquer fragmentação, em especial com a dicotomia entre os chamados “profissionais da academia” e os “profissionais da prática”. [...] A formação deve fomentar e instruir a postura de sistematizar a prática”. (p. 252).

assistentes sociais. Certamente, estas questões não são novas; a novidade está na necessidade em abordá-las em uma nova situação histórica (reestruturação produtiva, crise do modelo neoliberal, esgotamento dos projetos reformistas, etc.) e em claro confronto com as orientações predominantes no conjunto das Ciências Humanas. São esses fatores, nos parece, que explicam tanto o crescimento das investigações teóricas de fundo no interior do Serviço Social como também a atração para o Serviço Social de intelectuais das áreas as mais diversas, num movimento rico de potencialidades críticas”. (LESSA, 2012, p. 13).

No entanto, a “plena cidadania” que a perspectiva de *intenção de ruptura*, alcançou nas décadas seguintes – especialmente nos anos 1990 e na primeira década de 2000 – encontra na atualidade colisões e embates significativos que tensionam diretamente a perspectiva teórico-crítica, considerando o terreno fértil que se processa para a reatualização de posturas conservadoras.

Já mencionamos que a perspectiva crítica, embora tenha se disseminado pelo corpo profissional, nunca se tornou hegemônica e, assim sendo, os conflitos de interesses divergentes que perpassam a profissão, podem dirimir os avanços da atual direção estratégica e restaurar o superdimensionamento da atividade prática – da intervenção imediata e pragmática, na administração das expressões da “questão social” como individualidades passíveis de “remediação” a partir das intervenções de especialidades multiprofissionais – retirando, portanto, as possibilidades de análise e articulação com o contexto macrossocietário, reduzindo o acervo das investigações teóricas e da produção de conhecimento.

Portanto, dada a atual conjuntura ideológico-política que se espraia pela realidade brasileira, bem como, entendendo o Serviço Social imerso no circuito das relações sociais, percebemos que há uma necessidade posta de retornar aos fundamentos da profissão e especialmente da teoria crítica que a orienta, considerando que:

A realidade concreta que envolve o Serviço Social, por ser uma síntese de múltiplas determinações, possui indicações analíticas distintas que, a depender da perspectiva adotada, pode ser apreendida de forma mais profunda ou não. Isso porque, justamente por expressar essa multiplicidade de determinações, a realidade concreta aparece, inicialmente, a partir do reflexo cognitivo, como um resultado dado e, dessa forma, escamoteiam-se as nuances que consubstanciam a essência do objeto analisado. O esforço epistêmico dentro do Serviço Social, longe de situar-se em uma posição autônoma, que suspende intelectivamente a realidade social que a consubstancia, centra-se na análise profunda da essência desse objeto concreto. É a partir desse recurso que se pode apreender, dentre outros elementos, os limites e as possibilidades do Serviço Social a partir das determinações que incidem sobre essa categoria profissional. (WELLEN, 2018, p. 123).

Portanto, há no nosso entendimento a necessidade de apreender os limites, os desafios e as possibilidades do Serviço Social, considerando a questão central da problemática acerca do distanciamento entre teoria e prática no processo de reconstrução das demandas, a partir de um conhecimento que se direcione à busca da essência do objeto concreto, daí entendemos que o debate ontológico na profissão contribui significativamente com esta tarefa. Como Guerra (2009b) bem coloca: “Sem o conhecimento dos fundamentos, a elaboração teórica nega-se a si mesma. Sem seu substrato filosófico, a teoria vira presa fácil para servir de instrumento a manipulação” (p. 90).

Cabe aqui ressaltar, portanto, a importância do entendimento acerca do método crítico dialético em sua dimensão ontológica, não como um arcabouço teórico-metodológico de caráter epistemológico, uma vez que, o critério de verdade é buscado na própria realidade sócio-histórica, “[...] de modo que o conhecimento é sempre aproximativo, histórico, relativo, processual, e deve acompanhar o próprio movimento real” (*idem*, p. 93). Portanto, o método conduz o processo de conhecimento partindo das categorias presentes na própria realidade e na relação orgânica (que já pontuamos) entre sujeito e objeto, não como um conjunto de metodologias definidas a priori.

O Concreto é concreto, porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é unidade no diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. [...] As determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. [...] consiste em elevar-se do abstrato ao concreto [...] maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta. (MARX, 2008, p. 260-261).

Marx demonstra nesta passagem muito do que discorreremos até aqui. O objeto apresenta-se como “síntese”, embora seja o ponto de partida, pois para conhecê-lo não basta a contemplação, faz-se necessário ir além da aparência imediata. As aproximações sucessivas, contribuem para alcançar pela via do pensamento, a lógica constitutiva do objeto, permitindo o conhecimento das suas determinações. Quanto mais determinações⁴⁷ do objeto a abstração conseguir capturar, mais concreção o objeto terá. No entanto, é importante salientar como

⁴⁷ Segundo NETTO (2010), *Determinações*: “São traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade, [...] é um momento essencial constitutivo do objeto. Por isto, o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real. As determinações mais simples estão postas no nível da universalidade; na imediatez do real, elas mostram-se como singularidades – mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade”.

bem enfatiza Tonet (2013) que “[...] não se trata de somar determinações mais de capturá-las seguindo a importância, as mediações e a articulação entre elas postas pela lógica do objeto”. (p. 122).

Por ser um produto histórico o objeto está em constante transformação, por isto só se pode chegar à integralidade do objeto através do processo de concreção, em que a riqueza de determinações e a captura do real pela abstração, possibilite chegar a um *concreto pensado cada vez mais rico*. Também vale lembrar que é necessário compreendê-lo dentro de um contexto histórico determinado, pois como já expusemos, as categorias não são eternas nem imutáveis, podem se modificar de acordo com a forma de sociabilidade vigente.

Marx (2008) afirma que: “[...] até as categorias mais abstratas, apesar de sua validade [...] para todas as épocas, são [...] produtos de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições, e dentro dos limites dessas mesmas condições”. (p. 266). Salienta que a forma mais complexa ilumina a menos complexa, ou seja, no objeto mais desenvolvido conseguimos compreender o objeto mais simples. Aí reside a constatação que o *presente esclarece o passado*, e a *necessidade de conhecer a gênese histórica de uma categoria ou processo*. (*ibidem*).

A produção do conhecimento teórico na perspectiva ontológica, reconstrói o processo de constituição do objeto historicamente dado, assim sendo, a teoria adquire uma instrumentalidade, que possibilita a identificação das alternativas capazes de potencializar as transformações na realidade investigada. Diante disto, tendo a clareza do método ontológico e das contribuições lukacsianas para a mediação entre conhecimento teórico e a intervenção prática na realidade concreta, cabe a reflexão sobre o significado da teoria e da práxis.

O significado da prática na perspectiva ontológica, constitui o processo de produção e reprodução do ser social e do seu pensamento. A realidade é sempre mais complexa do que a consciência é capaz de captar e reproduzir, portanto, apesar de a teoria penetrar no objeto, apreendendo a sua lógica constitutiva, a resolução dos conflitos apenas se estabelece no âmbito prático-social. A teoria é uma reflexão sobre a prática, viabiliza a compreensão do cotidiano – ultrapassando as concepções imediatas e pré-determinadas, o senso comum – identificando as possibilidades de transformações prático-materiais, que só poderá se materializar no âmbito da práxis. É a práxis, portanto, o momento de transformação da realidade, mas para que esta aconteça de forma transformadora, faz-se necessário o conhecimento dos elementos que compõem o real e viabiliza as suas mudanças, portanto há uma relação de unidade entre ambas. Assim:

[...] a *teoria* é uma forma de apropriação do mundo. O *conhecimento dado pelo espírito prático*, ou o que se convencionou denominar como senso comum, obtido nas intervenções profissionais é o conhecimento que advém da experiência e que permite a manipulação do mundo. Ambos (conhecimento teórico e conhecimento prático) são modos de a consciência se apropriar do mundo. Mas, são conhecimentos de naturezas, de significados e estatutos diferentes. Teoria e prática como polos opostos se confrontam a todo o momento: questionam-se, negam-se e superam-se, a ponto de encontrarem uma unidade que é sempre histórica, relativa e provisória. Não obstante, teoria e prática mantêm sua especificidade e autonomia. A teoria tem que ser vista como a crítica e a busca dos fundamentos; ela tem validade enquanto reflete as relações sociais reais, e por isso, como já foi dito, seus resultados são sempre aproximativos, processuais e relativos. A prática social pode *validar uma teoria em determinadas condições sócio-históricas*, de modo que a teoria tem que ser reconhecida na prática, mas não nas práticas profissionais. (GUERRA, 2009b, p. 97).

Diante do exposto, buscamos, identificar na literatura clássica do Serviço Social brasileiro – especialmente no pensamento de Netto, Guerra e na exposição do código de ética por Barroco – os elementos centrais que viabilizaram reflexões sobre a mediação ontológica entre teoria e prática na profissão, objetivando contribuir com a desmistificação da dicotomia entre teoria e prática, ou com superdimensionamento de uma dessas dimensões.

A nosso ver estas obras se tornaram, marcos teóricos, trazendo para a categoria, mediações intrínsecas a profissão e aos conhecimentos acerca das demandas, ideologias e projetos societários, que imputam ao Serviço Social uma discussão para além de sua especificidade profissional prático-interventiva, referenciando análises que busquem as determinações da sua localização na dinâmica dos complexos sociais na lógica de desenvolvimento capitalista. Entretanto, cabe ressaltar que estas obras não contemplam na atualidade um amplo espaço de debate. Assim sendo, o pensamento que as subsidia (lukacsiano) também não se expressa com o vigor necessário, se restringindo há alguns núcleos de pesquisas e debates em algumas instituições de ensino.

Assim sendo, consideramos que a relevância desta proposta está em rastrear a importância da ontologia do ser social para o debate dos fundamentos do Serviço Social e consequentemente para a mediação existente entre teoria e prática, buscando fortalecer o atual projeto ético-político no enfrentamento ao conservadorismo nos meios profissionais.

Assim, nos próximos itens analisaremos as obras elencadas, com ênfase na identificação das categorias ontológicas extraídas da obra lukacsiana, tendo por norte analítico a mediação entre teoria e prática no Serviço Social, viabilizando uma reflexão acerca dos rebatimentos e contribuições que esta apropriação trouxe para o debate dos fundamentos.

3.1.1 A tese do *sincretismo* de José Paulo Netto: um claro debate ontológico

A obra *Capitalismo monopolista e Serviço Social* foi publicada pela primeira vez em 1992, seu conteúdo é parte da tese de doutorado de José Paulo Netto, cujo objetivo, segundo o autor, era fornecer um quadro da constituição do Serviço Social até a década de 1960, identificando os substratos ídeo-culturais que conformavam a profissão, em seus aspectos teórico-práticos, antes do processo de renovação: “[...] o objetivo da análise é a emersão do Serviço Social como profissão no âmbito da ordem burguesa na idade do monopólio e o desvendamento do seu sincretismo teórico e ideológico”. (Netto, 2011a, p. 13). A nosso ver, esta tese ultrapassou as concepções do período a que se propunha analisar – da década de 1930 à 1960 – e encontra na atualidade repercussões polêmicas especialmente nos embates teórico-práticos e ideológicos que perpassam a formação e as discussões sobre a intervenção profissional.

A primeira parte desta obra, contempla a gênese histórica do Serviço Social como profissão (aspectos que pontuamos no item 2.1.2) e a segunda a sua compreensão como *sistema sincrético*. Neste último, o autor identifica as contradições entre teoria e prática que fundamentam a profissão e as especificidades da estrutura sincrética no âmbito da *prática*, da *ideologia* e do pensamento *científico* (na formação profissional e na produção de conhecimento). O autor deixa claro a necessidade de analisar articuladamente estas estruturas que, na sua visão, compõem o arcabouço sincrético que envolve a profissão e se constitui no Serviço Social desde a sua gênese, sob a égide do capitalismo monopolista.

Para os objetivos desta investigação, nos remeteremos aos elementos trazidos pelo autor que viabilizam a análise da influência lukacsiana em sua obra, nos aspectos que tratam das dimensões teórico-práticas, portanto, nas categorias que refletem ontologicamente as mediações entre a profissão e os complexos ideológicos, socioculturais, políticos e “científicos” que permearam as atividades interventivas no contexto da profissionalização.

No tocante as implicações da dicotomização entre teoria-prática, na tradição teórico-cultural do Serviço Social brasileiro, a tese do sincretismo, contempla de forma aprofundada o processo que se gestou na profissão a partir dos recursos a aportes científico-teóricos *ecléticos*, no contexto da racionalização da sua prática e dos parâmetros ideológicos, cuja repercussão, posta a carência da perspectiva da teoria social crítica, configuraram intervenções no cotidiano profissional que não ultrapassavam a fenomenalidade.

Como já abordamos, o processo de institucionalização imputou a necessidade da adoção de recursos teóricos para sistematização da prática profissional. Em virtude disto, a profissão

aproximou-se dos conhecimentos advindos das Ciências Sociais. Esta forma de conceber a profissão, contudo, atribuía os aportes “científicos” que lhe serviram de base de legitimação, como *fundantes* da profissão, como forma de se contrapor ao perfil profissional de suas *protoformas*, localizando pretensamente na *ciência* o estatuto profissional. De acordo com Netto, esta entendimento desconsidera a configuração real a partir das demandas *histórico-sociais macroscópicas*: “[...] não se constata apenas a inversão que tem sido própria do Serviço Social – buscar a gênese de suas redefinições profissionais na alteração do sistema de saber que o referencia, típica operação de (auto)ilusionismo ideológico”. (NETTO, 2011a, p. 90). Para o autor:

O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social (NETTO, 2011a, p. 92, grifos do original).

Ao identificar a funcionalidade da intervenção profissional na relação estabelecida com as classes antagônicas; a “questão social” como *eixo original* das demandas profissionais e a sua relação com as políticas sociais e com o Estado burguês, o autor considera que o traço sincrético é **constitutivo** do Serviço Social, no quadro da sociabilidade capitalista monopólica.

É possível perceber na análise de Netto, a mediação direta entre as categorias ontológicas lukacsianas e as questões teórico-culturais do Serviço Social, no tocante as concepções de causalidade, totalidade e ideologia. O autor vai estruturando as suas considerações, remetendo à gênese da profissão localizada nos complexos categoriais presentes na realidade brasileira no contexto da profissionalização, apreendendo-os na totalidade e historicidade com que se expressam. Outra categoria extraída da ontologia do ser social que podemos identificar na elaboração de Netto, é o *cotidiano*. Para o autor o cotidiano é o *horizonte* real que baliza a intervenção profissional:

Não está em tela, nesta determinação, a referencialidade compulsória de todas as objetivações sócio humanas a vida cotidiana [...]; o cotidiano como horizonte real da intervenção profissional do Serviço Social denota, antes, que ela transita necessariamente pelos condutos da cotidianidade: seu material institucional é a heterogeneidade ontológica do cotidiano [...] e seu encaminhamento técnico e ideológico [...] não favorece “suspensões” ou operações de “homogeneização”. (NETTO, 2011a, p. 95-96).

Neste fragmento é possível perceber o entendimento do autor acerca da dimensão ontológica do cotidiano, como um complexo permeado por contradições, pela imediaticidade e por determinações ideológicas. Aqui Netto localiza a funcionalidade da profissão, na *organização dos componentes heterogêneos do cotidiano*, ressitando-os através de *uma manipulação planejada* das refrações da “questão social” que requisitam a sua intervenção. (*idem*, p. 96). Na *manipulação de variáveis empíricas* do cotidiano – nos conhecimentos instrumentais e paradigmas explicativos que direcionam os processos sociais – e na *reposição intelectual do sincretismo*, estão dados os meios de análise formal-abstratas que legitimam o exercício manipulador (*idem*, p. 98-99).

Identificados estes aspectos gerais, que consubstanciam os traços sincréticos mais elementares dos mecanismos que perpassam a profissão, o autor analisa as especificidades da estrutura sincrética no Serviço Social, tratando primeiramente do *sincretismo e a prática indiferenciada*. No âmbito da prática profissional, o autor sinaliza que embora a profissionalização tenha instaurado um quadro ideal que cortou com as protoformas – ancorado em um sistema de saber e enquadrado em uma rede institucional – não redundou em diferenças significativas no âmbito da prática, permanecendo as intervenções de caráter assistencialistas: “[...] a profissionalização permanece um circuito *ideal* que não se traduz *operacionalmente*”. (*idem*, p. 104)

A resposta para esta dualidade presente na prática profissional, foi buscada por Netto nas concepções lukacsianas de irracionalismo “destruição da razão” e na razão formal-abstrata que conduzem a *capitulação em face aos problemas de fundo colocados pelo movimento do real* (*idem*, p. 100-101). Para o autor esta forma de racionalidade oferece:

[...] um arsenal de instrumentos de manipulação para o controle de níveis singulares da dinâmica social. Este repertório técnico tem a sua racionalidade hipotecada às regularidades sociais epidérmicas da ordem burguesa – ele é, essencialmente, a transcrição imediata destas ao plano do pensamento formal-abstrato. (NETTO, 2011a, p. 101).

Assim, na falta de um referencial crítico, a articulação teórico-prática busca fornecer uma explicação “coerente” que pode ser instrumentalizável ao nível de “eficácia” na prática, correspondente ao quadro geral da aparência dos fenômenos que se apresentam no momento da intervenção: “[...] este referencial não rompe com a positividade [...] porque não supera a sua *imediaticidade*”. (*ibidem*).

Para o autor um traço constitutivo da prática sincrética é a *polivalência*⁴⁸ problematizando as ações dos profissionais frente as requisições das instituições e expectativas sociais alocadas a sua intervenção. Considerando os aspectos apontados, Netto sumariza os padrões recorrentes ao exercício profissional que requisitam as elaborações formal-abstratas como subsídio à intervenção, esboçando a estrutura sincrética da prática:

Convergem para a prática sincrética vetores múltiplos: as condições de intervenção determinadas pelas refrações da “questão social”; o referencial das ciências sociais gestadas na razão tornada miserável; a continuidade, erguido o Serviço Social como profissão, das expectativas típicas que envolviam as suas protoformas; a inserção peculiar na divisão social (e técnica) do trabalho, etc. A prática sincrética resolve-se no marco da imediação e da pragmática constitutivas da intervenção que tem como horizonte o espaço do cotidiano: na diferenciação operatória, subsume-os e cristaliza um padrão de procedimento do qual a profissionalização é menos um regulador efetivo que uma construção reflexiva (*constructo*). Como a sua eficácia não está hipotecada a exigências de rigor e congruência, mas ao êxito de determinadas manipulações sobre variáveis empíricas, esta prática translada ao complexo profissional do sincretismo nela privilegiado. (NETTO, 2011a, p. 107).

Segundo o autor, *o sincretismo prático condiciona o sincretismo de representações*, assim, *o sincretismo ideológico*, que acompanha a *inteira evolução* do Serviço Social é um dos traços constitutivos da profissão. Identifica nas duas linhas histórico-ideológicas que perpassam Serviço Social desde as protoformas à institucionalização, a europeia e a norte-americana, os vetores ídeo-culturais que conformam o desenvolvimento da sociabilidade de ambas conjunturas e seus aspectos históricos e econômicos⁴⁹, que impactaram no desenvolvimento das diferentes formas de ideologias que se constituíram nas primeiras afirmações profissionais. Diante disto, enfatiza as peculiaridades dos *caldos culturais* gestados nestas realidades distintas que as vinculam a uma ampla perspectiva teórico-cultural, *a do pensamento conservador*:

⁴⁸ Cabe salientar que este aspecto, expressa o sincretismo na prática profissional, apontado para a posição do profissional frente aos desafios que se processam no cotidiano e as requisições das instituições demandantes. As resultantes desta polivalência nas intervenções profissionais, são elencadas pelo autor: “Combinando senso comum, bom senso e conhecimentos extraídos de contextos teóricos; manipulando variáveis empíricas segundo prioridades por via de interferência teórica ou de vontade burocrático-administrativa; legitimando a intervenção com um discurso que mescla valorizações das mais diferentes espécies, objetivos políticos e conceitos teóricos; recorrendo a procedimentos técnicos e a operações ditadas por expedientes conjunturais e a reservas emergenciais e episódicas – realizada e pensada a partir desta estrutura heteróclita, a prática sincrética põe a aparente polivalência. Esta não resulta senão do sincretismo prático-profissional: nutre-se dele e o expressa em todas as suas manifestações”. (NETTO, 2011a, p. 106-107).

⁴⁹ Para aprofundamento das mediações histórico-econômicas que constituíram as linhas ideológicas destacadas pelo autor, ver Netto, 2011a, p. 110 a 120.

O caldo cultural europeu estava travejado nitidamente por um viés anticapitalista, para o qual concorriam as experiências revolucionárias e os valores católicos; as matrizes que compareciam no quadro cultural norte-americano ignoravam este viés, mesmo nas suas vertentes mais radicais. [...] nas fontes ideológicas das protoformas e da afirmação inicial do Serviço Social europeu, dado o anticapitalismo romântico, há um vigoroso componente de apologia indireta do capitalismo; nas fontes norte-americanas, nem desta forma a ordem capitalista era objeto de questionamento. (NETTO, 2011a, p. 115).

Netto afirma que “[...] o desenvolvimento profissional do Serviço Social deu-se, simultaneamente, com a imbricação dessas duas linhas evolutivas e com suas modificações particulares” (*idem*, p. 120) e que estas duas vertentes (europeia e norte-americana) passaram a interagir a partir dos anos 1930⁵⁰. Nesta *simbiose de produtos cultural ideológicos tão diversos*, o autor identifica as resultantes das linhas ideológicas que rebateram a partir dos anos 1940 no Serviço Social profissionalizado *sem qualquer reserva crítica de fundo*. (*ibidem*).

Esta mescla de procedimentos técnicos e valores conservadores, como orientadores da prática profissional, podem ser visto, em outros momentos do desenvolvimento da profissão – no *desenvolvimento de comunidade*⁵¹ e no *movimento de reconceptualização* (já sinalizado por nós) – onde comparece traços de procedimentos sincréticos: “[...] resulta da natureza da sua prática, lastreia-se no seu engendramento cultural-ideológico e remete ao sistema de saber, ao referencial “científico” que o ancora”. (*idem*, p. 131). Dito isto, o autor trata do *sincretismo “científico”* no sistema de saber que subsidia o desenvolvimento da profissão.

É possível perceber que a concepção de ideologia do pensamento de Netto é desenvolvida a partir do pensamento lukacsiano, uma vez que, a apresenta como

⁵⁰ O movimento de psicologização que percorre todo o bloco cultural-ideológico hegemônico, vai facilitar a interação da tradição americana com a tradição europeia, cujo fundamento desta, estava radicado na concepção individualista “[...] vincada pela redução da problemática social às suas manifestações individuais, com a hipertrofia dos aspectos morais” (*idem*, p. 122). Mas é o personalismo norte-americano e toda carga ideológica focada na esfera da individualidade (a partir dos influxos científicos advindos da psicologia) que vai contribuir para a confluência das duas linhas evolutivas, posto que o neotomismo europeu – portador dos novos valores para a intervenção na vida social – passa a utilizar as técnicas advindas da tradição americana. Assim, “[...] os influxos naturalmente foram de mão-dupla: a tradição europeia abriu-se às técnicas e aos procedimentos desenvolvidos pelos norte-americanos”. (NETTO, 2011a, p. 126).

⁵¹ Segundo o autor entre as décadas de 1940 e 1950 o Desenvolvimento de Comunidade começa a ser incorporado na profissão, com duas características novas a de auto-atribuição da pertinência de classe e dos profissionais como “*agente técnico da mudança*”: “[...] trata-se de uma racionalização do papel dos seus quadro técnicos como *independentes* graças, precisamente, à posse dos instrumentos que viabilizavam a *indução* de “mudanças”” (NETTO, 2011a, p. 129) e a “*promoção social*”: “[...] o promocionalismo [...] não se esgota nas teorias funcionalistas norte-americanas da “mudança social”, mas [...] será acoplada ao promocionalismo anterior, desaguadouro do humanismo cristão tradicional [...] e da justiça social que se pretendia costurada ao “bem comum”. É este sincretismo [...] que, na profissão, converte o desenvolvimentismo em ideologia do promocionalismo”. (NETTO, 2011a, p. 130-131).

representação das ideias que se disseminaram e se tornaram aceitas por uma maioria, legitimando determinadas concepções de mundo, do momento sócio-histórico e econômico-político do qual se refere, buscando estes elementos para embasar o pensamento ídeo-cultural que se disseminou nas práticas profissionais e seus traços sincréticos, lastreados no pensamento conservador.

O pensamento científico para Lukács é, como vimos, uma das formas de ideologias, pois contribui com a busca de respostas (instrumentalizáveis e direcionadas à resolutividade dos conflitos sociais), permeando a consciência dos sujeitos. Ao identificar o pensamento científico como parte da estrutura sincrética da profissão, o autor determina os elementos essenciais que são constitutivos da relação estabelecida entre teoria e prática, atentando para a sua relação no processo de conhecimento – bem como para a dicotomização requisitada pela ideologia dominante – que repercute no âmbito das práticas e representações profissionais.

Quanto a concepção de “ciência”, o autor faz uma exposição remetendo às características do seu *ser em si*, portanto, ontologicamente. Define ciência (embasando-se nas concepções marxianas), como uma categoria, basicamente pensada como ultrapassagem da “falsa consciência”, que comporta simultaneamente uma *vinculação de classe* e um *elemento de autonomia relativa* e que é essencialmente concebida como uma *arma crítica* contra quaisquer representações apologéticas. (*idem*, p. 134). Neste tocante, sinaliza as diferenças substanciais entre a concepção marxiana e a tradição positivista – onde indica uma “homogeneidade epistemológica entre conhecimento da sociedade e o da natureza” (*ibidem*) – e esboça a concepção da obra marxiana como sendo uma *teoria social* (e não como *ciência!*). Esta concepção, que rompe com a perspectiva da tradição marxista, é extraída por Netto do pensamento de Lukács.

Entendemos que é mais correto, [...] abandonar a tradição marxista que caracteriza a obra marxiana como *ciência social* – tradição ela mesma contaminada pelos padrões positivistas e suas derivações. Preferimos pensar a obra de Marx como fundante de uma *teoria social*, que articula uma postura nitidamente *ontológica* [...] com uma radical *historicidade*: trata-se de uma teoria sistemática (não um *sistema*) que dá conta do movimento do ser social que se engendra na gênese, consolidação e desenvolvimento (aí incluídas as condições do seu perecimento) da sociedade burguesa. (NETTO, 2011a, p. 135).

Dito isto, Netto vai buscar no debate da *ontologia do ser social*, as *possibilidades do conhecimento teórico do ser social*, a partir da “socialização da sociedade”, dado o “recuo das barreiras naturais” e com o desenvolvimento da sociedade burguesa. Aborda sobre a base da

teoria social marxiana, a *economia política clássica*, sinalizando o processo da *decadência ideológica* da burguesia e o surgimento da *economia vulgar* cujas questões centrais demonstram o processo apologético da burguesia, que implicou no ocultamento dos componentes históricos da estrutura dinâmica da sociedade capitalista, fragmentando a totalidade dos fenômenos presentes na realidade social, aspectos que repercutiram também no distanciamento entre teoria e prática.

No esfacelamento e fragmentação dos componentes presentes na realidade, surge também a *sociologia* como ciência social e especialização de um nível da totalidade, voltada a análise dos fenômenos sociais desvinculados de sua base econômica, pois, para os paradigmas vigentes, havia a impossibilidade de chegar ao conhecimento da totalidade dos fenômenos sociais. Assim sendo: “[...] o padrão de objetividade social pertinente à sociedade burguesa mistifica a processualidade que a constitui. A possibilidade de uma teoria social [...] que capture as determinações mais essenciais e fundamentais da sua dinâmica e as resolva na sua processualidade – é função da ultrapassagem daquela positividade”. (*idem*, p. 140). Para o autor a ultrapassagem desta positividade e a apreensão da racionalidade do processo real e da sua *legalidade* é dada, pela ontologia: “[...] teoria social que extraia do movimento do ser social [...] as suas determinações concretas [...] e que, portanto, não tenha um valor puramente instrumental” (*ibidem*). Nesta concepção ontológica da teoria social, Netto traz para o Serviço Social os influxos do método crítico-dialético.

O autor identifica alguns elementos que particularizaram a aproximação da profissão às ciências sociais – especialmente a recorrência aos referenciais positivistas e neopositivistas, tendo por substrato o pensamento conservador – e aponta o *ecletismo*⁵², (resultante deste contato e da ausência de referenciais críticos), como elemento central presente nas elaborações teóricas na profissão, cujo método de análise extraído deste processo é reduzido a operações técnicas, apartado da teoria, pautando-se na racionalidade puramente analítica e instrumental.

A potenciação desta problemática, com a hipertrofia do ecletismo teórico e metodológico, é particularmente verificável no Serviço Social. A filiação teórica do Serviço Social é indesmentível: vem, precisamente, na esteira da consolidação das ciências sociais. Em toda a sua história profissional, o sistema de saber que o ancora é um subproduto do desenvolvimento das ciências sociais [...]. A subalternidade técnica [...] derivou aqui, inusitadamente, em marginalidade teórica. (NETTO, 2011a, p. 143-144).

⁵² Conforma a análise dos objetos “[...] segundo lógicas e instrumentos heurísticos que colidem entre si. [...] O ecletismo é promovido a componente da articulação teórica e do arsenal heurístico: ora se distinguem dos procedimentos analíticos do quadro de referência macroscópico, ora se dá por suposto que as operações analíticas em si são neutras (podendo-se acoplar os seus resultados a indiscriminados esquemas teóricos)” (NETTO, 2011a, p. 143).

A localização do cariz *receptor* do Serviço Social dos saberes especializados advindos das ciências sociais e o desenvolvimento de um *sistema de saber de segundo grau*, “[...] obtido pela acumulação seletiva de subsídios das ciências sociais conforme as necessidades da própria profissão” (*idem*, p. 146), são traços eminentemente sincréticos, que tem no ecletismo o seu ser constitutivo: “[...] o ecletismo é o sincretismo do Serviço Social no nível do seu (de segundo grau) sistema de saber” (*idem*, p. 147). Para o autor isto figura um caráter *ativo* da profissão, no que tange a busca de referenciais interpretativos, que sempre estiveram travejados pelo sincretismo ideológico conservador.

[...] as elaborações formal-abstratas do Serviço Social até os anos sessenta, [...] na chamada teorização do Serviço Social desenvolveu-se em duas linhas principais: ou a *constituição desse saber de segundo grau*, com o ecletismo operando elementarmente, ou a *sistematização da prática profissional*, conforme cânones interpretativos subordinados imediatamente às ciências sociais e imediatamente ao referencial ideológico do horizonte profissional. Essa sistematização da prática, com frequência, apresenta-se sob forma mistificada, aparentando ser, em si mesma, dadas as suas orientações normativas, uma condensação de conhecimento teórico; se o ecletismo é constitutivo da primeira linha, aqui ele adquire formas quase caricaturais. (NETTO, 2011a, p. 148).

No processo de teorização é possível identificar a flagrante dicotomização entre teoria e prática, que como já observamos, tem raízes, nas peculiaridades de seu desenvolvimento ideocultural e teórico-metodológico, na tentativa de filiação teórica com pertinência direta para a sua intervenção prática e a mescla de valores morais orientando as intervenções, portanto, permeadas pela racionalidade instrumental, com referenciais diversos que confluem ecleticamente no âmbito prático-operativo.

[...] a ultrapassagem do sincretismo teórico – que se expressa no viés do ecletismo – no Serviço Social, conectada à superação do seu lastro no pensamento conservador, é projeto que não erradica o sincretismo na fenomenalidade do seu exercício profissional. Todavia a superação do ecletismo teórico implica a interdição de qualquer pretensão do Serviço Social de posicionar-se como um sistema original de saber, como portador de uma teoria particular referenciada a sua intervenção prático-profissional. (NETTO, 2011a, p. 150).

Embora tenhamos substantivamente aprofundado o adensamento crítico e acumulado uma reserva teórica considerável no esforço em superar o ecletismo teórico, a permanência do referencial de extração positivista permanece no âmbito da prática profissional, dado o horizonte institucional de alocação dos assistentes sociais que demandam a “manipulação de

variáveis empíricas”, dinâmica esta que repõe os fundamentos do sincretismo. Assim, em superados estes aspectos e introduzidos os referenciais críticos na profissão, que contribui com a ampliação dos horizontes analíticos para além dos imediatismos, a reprodução do sincretismo permanece permeando o seu exercício profissional, pois a estrutura sincrética não é um aspecto específico do Serviço Social, mas é constitutiva do modo de reprodução capitalista.

Entendemos que a tese do sincretismo, apesar de pouco considerada na atualidade, é a expressão/manifestação dos componentes centrais do desenvolvimento teórico-prático do Serviço Social. Os traços sincréticos apontados pelo autor, permitem identificar ontologicamente, a problemática central da relação estabelecida entre teoria e prática na profissão, no que tange a mediação existente entre o seu sistema de saber, de representações ideais e as implicações no âmbito da intervenção prática na realidade, imersa na dinâmica contraditória da fenomenalidade da sociedade capitalista.

Considerando as categorias apresentadas pelo autor no decorrer de sua obra, percebemos que a sua exposição é de carácter genuinamente ontológico: não apenas apresenta as categorias extraídas da ontologia do ser social, mas as articula ao desenvolvimento da profissão esboçando questões medulares e considerando a totalidade das dimensões que a compõe.

3.1.2 A reflexão ontológica no direcionamento teórico-prático das demandas profissionais na *Instrumentalidade do Serviço Social* de Yolanda Guerra

O texto de Yolanda Guerra que nos propomos a analisar, é uma das elaborações clássicas do Serviço Social da década de 1990. Resulta do amadurecimento teórico da categoria e do espraiamento da tradição marxista, fazendo parte do conjunto de obras que tinham por objetivo conectar os aspectos intrínsecos da profissão a uma análise macrosocietária. Esta obra se atém a especificidade da *instrumentalidade* do Serviço Social para além da sua dimensão técnico-operativa.

Oferece um esboço acerca da racionalidade que se gestou na profissão, especialmente com a adoção da teoria macroscópica, e que gerou implicações no âmbito da intervenção: “Esta *alteração do eixo de análise sobre a prática profissional* foi, e continua sendo, acusada de provocar, para alguns, uma lacuna, para outros, a dicotomia, ou, ainda, uma defasagem entre as elaborações teórico-metodológicas e a intervenção profissional” (Guerra, 2009a, p.

23). Portanto, a questão de fundo da sua obra se dá em torno da relação estabelecida entre conhecimento teórico e a prática profissional, e para tanto, apropria-se da dimensão ontológica como subsídio analítico capaz de elucidar o desenvolvimento da instrumentalidade no Serviço Social.

A autora trata da “mistificação do como fazer profissional” – que perpassa a profissão desde a apropriação dos recursos teóricos para subsidiar uma reflexão sobre atividades práticas – que estabeleceu um “quase” consenso de que a profissão havia desempenhado um aprofundamento teórico-metodológico em detrimento da prática profissional. (*idem*, p. 24).

No que tange a referencialidade teórica na profissão a autora elenca três tendências que se manifestam nos discursos da categoria: uma *primeira tendência* mais pragmática, onde os profissionais tem na prática a determinação de suas ações, considerando as teorias como construções abstratas que apenas direcionam a formulação de procedimentos que são transformados em modelos de intervenção; uma *segunda tendência* enquadradora, em que a prática deve corresponder aos modelos de ação profissionais e uma *terceira tendência* que reconhece as teorias como processos de reconstrução da realidade, na busca de determinados métodos de análise, que viabilize a vinculação a determinados projetos de sociedade. (*idem*, p. 25).

O que há em comum entre essas tendências é que, nos três casos citados, a discussão versa sobre as possibilidades e limites das *teorias* em fornecer subsídios às práticas profissionais, em permitir a passagem das construções teóricas à intervenção, já que lhe é atribuída a *função* de mediação, o que, em última instância, sugere que as elaborações teóricas para o Serviço Social possuem valor instrumental ou, ainda, que o ponto para o qual convergem as preocupações que permeiam a intervenção profissional localize-se nos meios ou instrumentos capazes de proporcionar a operacionalização das ações, dentre eles, as teorias. (GUERRA, 2009a, p. 26).

Percebe-se, pois, que a autora considera a dimensão teórica no corpo da profissão, localizando o seu *valor instrumental*, com isto se propõe a analisar a vinculação medular entre as construções analíticas com as atividades práticas. Aqui está radicado o seu contributo pioneiro no exame da instrumentalidade, superando as concepções imediatas de arcabouços metodológicos técnico-manipulatórios. Dada a natureza interventiva do Serviço Social, este entendimento da autora permite problematizar a relação entre teoria e prática, atingindo a problemática do debate, através da análise fundamentada em torno da *razão moderna* e as formas de racionalidade dela derivadas (*a racionalidade formal-abstrata e a racionalidade ontológica*) e nas concepções acerca das repercussões para a instrumentalidade do Serviço Social.

Atendo-se a discussão dos instrumentais técnicos, a autora diz que há na profissão um equívoco em tratar a referencialidade destes, enquanto *inibidores* ou *potencializadores* da intervenção. Para tanto, argumenta que duas ordens de razões justificam a sua afirmação e merecem de nós uma atenção especial (cabendo a sua transcrição na íntegra), pois apontam para o referencial ontológico lukacsiano de sua análise. A primeira questão apontada se refere às *condições objetivas*:

[...] a operacionalização de qualquer proposta passa pela existência de condições objetivas, determinadas pelas relações de causalidade entre os processos que, dinâmica e contraditoriamente, movimentam os fenômenos postos na realidade. [...] Deste modo, as condições objetivas colocadas à intervenção profissional não dependem *apenas* da postura teleológica individual dos seus agentes e de seus instrumentos de intervenção. A própria lógica que move a ordem burguesa, pelas fragmentações e abstrações que produz e a sustentam, constringe qualquer prática que intencione romper com o conservadorismo que a nutre. Porém, as atividades dos indivíduos são teleológicas e por isso o “fator subjetivo, resultante da reação humana a tais tendências de movimento, conserva-se sempre, em muitos campos, como um fator por vezes *modificador* e, por vezes, até mesmo decisivo” (Lukács, 1978:11) e neste sentido compete-nos atuar em direção do estabelecimento das condições materiais necessárias a uma intervenção profissional que supere a prática burocratizada, imediatista, reformista. Neste âmbito, a necessidade de reconhecer estratégias e táticas políticas de ação secundariza a preocupação com o instrumental técnico. (GUERRA, 2009a, p. 28-29).

Neste fragmento é possível perceber a mediação existente entre os objetivos que propõe a autora, com as categorias ontológicas do ser social, *causalidade* e *teleologia*. Chamamos atenção para uma contribuição bastante importante da obra lukacsiana, destacada por Guerra, que é o “fator subjetivo”, que atua como direcionador das estratégias de ação do ser social nos seus pores teleológicos e na sua práxis – o que permite confrontar os questionamentos do “superdimensionamento do objeto” em detrimento da subjetividade de que as correntes irracionais acusam o método crítico-dialético.

A relação dialética entre causalidade e teleologia e a mediação unitária entre sujeito e objeto, que Lukács apreende do método marxiano, tornaram possíveis entender a posição ativa do ser social frente as mudanças que se processam na realidade histórico-concreta: um ser que responde, que não é passivo diante da estrutura, que a reproduz material e ideologicamente. Portanto, a identificação destas categorias, possibilitam a mediação entre teoria e prática como norteadora da investigação, buscando superar as visões imediatas e entender os determinantes que estão imbricados na esfera interventiva da profissão e do acervo teórico-cultural que a referencia.

Um outro elemento que merece atenção neste fragmento é a dimensão política da prática, posta como possibilidade à intervenção profissional. Vejamos, a autora deixa claro que *as condições objetivas não dependem apenas da postura teleológica individual dos seus agentes e de seus instrumentos de intervenção*, sendo necessárias portanto, mediações que permitam superar a dimensão fenomênica da racionalidade que se espraia na cotidianidade. Reconhece que há diversos elementos e condições adversas que obstaculizam o desenvolvimento crítico na prática profissional – para citar alguns exemplos: vínculos precários; baixos salários; contexto político e econômico adverso; a exponenciação da “questão social” e sua multiplicidade de formas e estratificações, etc. – que requerem muito mais que o conhecimento adequado de instrumentos e técnicas de intervenção, mas uma postura que não se contente com a aparência (nem a reproduza!) assumindo um caráter problematizador frente a fenomenalidade que se apresenta como demanda, na busca de estratégias que permitam a sua desmistificação.

A segunda questão destacada por Guerra é relativa à *proposta teórico-metodológica marxiana*:

[...] A teoria marxiana consiste em (re)produzir, ao nível do pensamento, o movimento real do objeto, mas jamais a realidade, uma vez que esta é muito mais rica e plena de determinações [...] que as possibilidades da razão em apanhá-la. [...], o que pressupõe uma imbricação necessária entre teoria, prática e método, uma vez que este “objetiva reproduzir conceitualmente o real na totalidade inacabada dos seus elementos e processos. A história [...] fornece o material para a análise da razão. [...] a razão se historiciza e a história se racionaliza. Portanto, a teoria não se confunde com o método; ela *ilumina* as estruturas dos processos sociais, as determinações contraditórias dos processos que constituem os fenômenos, dissolve a objetividade dos fatos pela sua negação, mas não oferece, nem se propõe a isto, os meios ou instrumentos profissionais de ação imediata sobre os fenômenos. Do mesmo modo, a concepção de *método* enquanto *direção analítica* difere em muito daquela que toma o método como um conjunto de procedimentos ou como meio de aplicação imediata do conhecimento. Entre o conhecimento e ação há *mediações* de diferentes naturezas, sobretudo, *determinações objetivas da realidade e subjetivas dos sujeitos* que, embora desveladas pelo método, não são por eles solucionadas. Exigir das formulações marxianas respostas a um nível de intervenção na realidade, referente a um ramo de especialização da divisão social e técnica do trabalho, é transformá-las numa técnica social ou, no limite, enquadrá-las na lógica formal. (GUERRA, 2019a, p. 29).

Aqui a autora aponta o direcionamento metodológico entendendo não um conjunto de instrumentais que serão aplicados na realidade para manipulá-la, mas como uma síntese entre *teoria, prática e método*, dentro de uma processualidade histórica (construída no movimento do ser) e suas determinações dialéticas, a luz da teoria social crítica. Nesta expressão metodológica que a autora apropria da ontologia do ser social, a análise da teoria como

reprodução ideal do movimento real do objeto, permite entender que este é sempre mais rico e dinâmico que a consciência pode apreender, portanto, Guerra sinaliza que o método não soluciona as questões que apreende, apenas direciona para o seu conhecimento profundo.

Nestes termos, lembramos que, como vimos no capítulo 1, as transformações se dão no âmbito da práxis, cabe ao método direcionar a consciência, para capturar as aproximações sucessivas ao objeto, capaz de permeá-lo de determinações e alcançar um concreto ideado – que não é o objeto mas o conhecimento de seus elementos constitutivos – para assim propor transformações, que só se darão no âmbito da prática interventiva. Destarte, o método deve ser convertido em *projeto* e a razão em *potência*, capazes de mobilizar as condições objetivas da realidade (*idem*, p. 31).

A *razão* ganha centralidade na discussão trazida por Yolanda Guerra, tendo por função “A reflexão que busca extrair dos processos sociais suas determinações concretas, seu caráter ontológico [pois] os processos sociais possuem uma racionalidade objetiva; um núcleo fundante por meio do qual torna-se possível à *razão* apreender tanto a sua legalidade tendencial quanto as suas possibilidades internas” (*idem*, p. 32). É a razão que apreende e possibilita a reconstrução dos processos sociais e, diante disto, a autora se detém a gênese das diversas racionalidades que perpassam o Serviço Social em sua *razão de ser*⁵³ e na sua *razão de conhecer*⁵⁴.

Partindo deste pressuposto, elenca como “categoria de análise” a *intervenção* (como a dimensão mais desenvolvida da profissão) que indica como central para entender as possibilidades analíticas da profissão nos planos ontológico e lógico: “A análise da intervenção profissional no plano lógico nos possibilita apreender os diferentes graus e níveis da razão acionados nesse processo e, por isso, é capaz de indicar padrões de racionalidade que a sustentam”. (*idem*, p. 34). Portanto,

Na medida em que os agentes profissionais recolhem as mediações postas nas objetividades sociais que produzem no plano interventivo, recriando, ao nível do pensamento, a dinâmica dos fenômenos e processos sobre os quais intervêm, estão inteligindo sobre suas ações. Quando este procedimento reflexivo se traduz em mediações para a intervenção, estão materializando uma racionalidade ou forma de conceber a realidade. Neste sentido, as racionalidades do Serviço Social podem ser tomadas como um conduto de passagem e eixo articulador entre teorias e práticas. (GUERRA, 2009a, p. 35).

⁵³ “[...] estreitamente vinculada tanto às condições que gestaram a sua institucionalização como àquelas por meio das quais a profissão é reconhecida e requisitada”. (GUERRA, 2009a, p. 33).

⁵⁴ “[...] entendida como uma postura sistemática e coerente de compreensão racional da profissão. [...] ultrapassa os limites históricos dados, tanto pela sua forma de aparecer quanto pela funcionalidade que lhe é atribuída na divisão social e técnica do trabalho”. (GUERRA, 2009a, p. 33).

Deste modo, com o objetivo de desvendar as racionalidades presentes no exercício profissional a autora caracteriza a sua concepção acerca de razão⁵⁵, indo aos clássicos das teorias modernas, com ênfase para a constituição da *racionalidade formal-abstrata*, sob crítica referendada pela *racionalidade ontológica do ser social*. Para tanto, faz um resgate das categorias ontológicas do ser social, através da análise do trabalho e da apropriação das mediações com a natureza, que permitiu a criação de novos instrumentos e as condições materiais de sua reprodução, analisando os modos de produção advindos com o desenvolvimento das forças produtivas – do intercâmbio entre os homens, divisão social do trabalho, desenvolvimento das mercadorias e do valor de troca, das relações sociais de produção, até chegar as individualidades capitalistas, a aparência reificadora dos processos sociais, a alienação e ao fetichismo.

Para Guerra, há no Serviço Social, a *predominância do “paradigma” da racionalidade-formal-abstrata*: “Este “paradigma” tanto requisita, quanto baliza as ações instrumentais desencadeadas pelos profissionais na manipulação de variáveis, como resposta às demandas das classes sociais com as quais se confrontam” (*idem*, p. 36). A racionalidade formal-abstrata é analisada como produto do desenvolvimento capitalista, dado o caráter reificado das relações de produção, cuja direção está em escamotear a organização estrutural do sistema, com vistas a enublar a sua essência real e obstaculizar a disseminação das tendências colidentes com a ideologia de manutenção da hegemonia burguesa. Os modelos explicativos desta forma de racionalidade, encontram fundamentação na tradição positivista:

[...] que abstraem dos fatos seu caráter ontológico, imputando na realidade uma lógica que lhe é extrema. Ao tomar os processos sociais como “coisas”, exteriores, superiores e anteriores aos indivíduos, nega-lhes qualquer possibilidade teleológica, ou, como nos indica Lukács, a racionalidade que não extrapola as conexões causais do tipo “se-então”. (KOFLENER, 1969, *apud*, GUERRA, 2009a, p. 36, nota de rodapé 27).

Esta forma de racionalidade reduz a razão a uma concepção instrumentalista, desconsidera os fundamentos que a determinam, se atendo apenas ao conhecimento que permita a sua manipulação, portanto, às necessidades imediatas. Guerra investiga na

⁵⁵ Para os fins deste estudo, não nos aprofundaremos sobre as questões histórico-filosóficas expostas pela autora sobre a gênese da razão moderna e suas implicações para a constituição das ciências sociais, portanto, sugerimos a leitura da unidade I. No entanto, queremos apenas tratar do conceito desenvolvido pela autora de *razão*, notadamente ontológico: “É a via que (re)estabelece a unidade entre sujeito e objeto a ser conhecido. [...] supõe uma unidade entre sujeito/objeto, que não se confunde com identidade, uma vez que a realidade é sempre mais rica de determinações que a capacidade do sujeito de apanhá-las. Mas este, dadas as possibilidades da razão, é capaz de (re)figurar, pela via do pensamento, a processualidade da realidade. A razão é o que dá intelegibilidade aos fatos e estes constituem-se nos seus fundamentos, ao mesmo tempo em que os fatos são constitutivos e constituintes de relações racionais que obedecem aos princípios de causalidade e contradição”. (GUERRA, 2009a, p. 43).

racionalidade capitalista, a sua requisição formal-abstrata para a organização da vida social e suas repercussões para as políticas sociais, fazendo as conexões e mediações com a peculiaridade do desenvolvimento socio-histórico capitalista brasileiro. Aprofundadas estas questões, a autora vai tratar das representações ideológicas que perpassam a profissão e que consideramos um momento relevante da sua obra.

Afirma que “[...] a base de sustentação da ordem burguesa localiza-se nas abstrações que produz, no plano material, dando aos fenômenos uma falsa concretude”. (*idem*, p. 149). Identifica que o processo de trabalho dos assistentes sociais, está imerso pela representação de determinados conteúdos da realidade, permeados por mistificações e fetiches que envolvem a prática profissional no cotidiano. Aqui a autora localiza a dimensão da *superestrutura ideológica*, apoiada nas interpretações de Lukács, e os rebatimentos que estas representações equacionam à intervenção profissional. Diz que:

[...] a ausência do entendimento sobre as representações da consciência, sobretudo da base material que as produz e as mantém, encaminha o assistente social a tomar os fatos e fenômenos tal como eles aparecem à sua consciência, e a buscar em modelos teórico-explicativos da sociedade seu referencial operativo de atuação que, pela reincidência dos problemas enfrentados, tende a cristalizar-se em modelos de intervenção profissional. (GUERRA, 2009a, p. 150).

A instrumentalidade do Serviço Social expressa uma racionalidade produzida tanto pelas ações dos profissionais, quanto se expressa nas suas representações. A divisão do trabalho material e intelectual, tem por resultante que instrumentos e técnicas não sejam apenas apropriados como mediação à objetivação do ser social, mas se transformem em *mediações reificadas*. A requisição de modelos explicativos que sejam compatíveis com a aparência dos objetos de intervenção, direciona a busca de instrumentos e técnicas, que se “adequem” a realidade aparente. Nos termos da autora: “[...] ciência e técnica, gestadas no processo de racionalização do mundo, passam a substituir o saber e o fazer do trabalhador sobre sua atividade e engendram novas formas de consciência e existência entre os indivíduos”. (*idem*, p. 163). Esta forma de racionalidade tecnológica consolidada no capitalismo monopólico, configura a mais avançada forma de alienação do pensamento, uma vez que, perpassa não apenas o mundo do trabalho, como se dissemina para outras áreas da vida social, permeando as relações sociais.

A análise da revolução técnico-científica realizada no processo de trabalho e transposta para a vida social como um todo, evidencia a conformação de um

modo peculiar de relação entre pensamento e existência que, ao produzir uma racionalidade historicamente determinada, pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas sanciona-a como o único modo possível da relação entre os homens. O pensamento tecnológico, que tem na sua base as transformações materiais do processo de produção, “não é apenas um instrumento, mas antes de tudo uma forma concreta de existência, uma atitude diante da realidade, o que significa que a realidade se manifesta a essa consciência de um modo determinado. [...] Ao generalizar-se na sociedade capitalista, ao transformar-se no “paradigma” de relação entre os homens na sociedade contemporânea, a racionalidade técnica reduz a razão substantiva a apenas uma das dimensões que a constituem: a dimensão instrumental. (GUERRA, 2009a, p. 165).

A supervalorização dos instrumentos e técnicas na profissão, a ênfase na dimensão técnico-operativa em detrimento das suas outras dimensões, culmina na apropriação acrítica do conteúdo ideológico atribuído pela sociabilidade burguesa. Com a disseminação da racionalidade formal, positiva⁵⁶, para os demais âmbitos da totalidade dos processos sociais, o pensamento *mantém-se irredutível em aceitar a unidade teoria-prática*.

No Serviço Social, dado o seu caráter eminentemente interventivo, a requisição do desenvolvimento técnico na execução de suas funções, capturando na experiência a formulação de conceitos e modelos generalizantes, estabelece uma relação causal – com ênfases autoexplicativas dos fatores econômicos – que levam a desconsiderar as demais determinações constitutivas da questão social que estão imbricadas nas demandas que se apresentam no cotidiano. (*idem*, p. 171) Assim:

Ao ser “enquadrado” como profissão de caráter eminentemente técnico, ao exercer funções executivas, o assistente social pensa poder eximir-se da reflexão teórica *in totum* e fixar seu foco nas preocupações do cotidiano profissional, para que os modelos analíticos e interventivos, testados e cristalizados pelas suas experiências e de outrem, são suficientes. (GUERRA, 2009a, p. 170).

A resultante deste processo é o engendramento de representações fragmentadas, que delimitam duas formas de apreensão da profissão: ou como técnica ou tecnologia social ou como ciência ou área específica do saber. (*idem*, p. 172). Para Guerra, há nestas duas direções equívocos substanciais, no que tange a compreensão da profissão desconectada da sua

⁵⁶ A autora ressalta a sua análise sobre o método positivo, afirmando que: “O pensamento que reduz as múltiplas determinações que comparecem nos fatos, fenômenos e processos à sua dimensão técnica, prático-concreta, é o positivista, que, pautado em formulações ideais abstratas só pode derivar na racionalidade formal. A atividade humana, o trabalho, bem como as práticas profissionais, enquanto uma das maneiras de objetivação do ser social, uma forma de sociabilidade entre os homens, portam, sobretudo dimensões políticas e éticas que, ao serem limitadas à dimensão instrumental, postergam a natureza ontológica das relações sociais”. (GUERRA, 2009a, p.169-170).

natureza constitutiva, enquanto profissão inserida na dinâmica de reprodução das relações sociais, requisitada socialmente para ocupar determinado espaço legitimado na divisão social do trabalho. É possível identificar então, a *endogenia messiânica*, com viés teoricista, que apontam para a dicotomização entre teoria e prática.

[...] a determinação do modo de ser do Serviço Social não reside no seu estatuto teórico e sim nas respostas que a profissão engendra em face dos projetos sócio-políticos que a ela se interpõe. [...] há que se considerar que o paradigma da racionalidade formal-abstrata possibilita ao assistente social responder as necessidades instrumentais da ação profissional, ao nível do conhecimento empírico. Fornece reflexões, explicações demandadas por intervenções de caráter manipulatório, possibilita homogeneizar procedimentos, definir, separar e controlar variáveis significativas e determinar funções supostamente cabíveis ao Serviço Social. Ao se limitar a fornecer a razão de ser das coisas, a racionalidade subjacente às vertentes positivistas subsume a intervenção profissional do assistente social a operações lógico-formais. (GUERRA, 2009a p. 174-175).

Neste fragmento a autora esclarece que a racionalidade formal-abstrata é uma determinação do próprio desenvolvimento monopólico, posto que, a lógica da produção capitalista, requer a manipulação de dados, a experimentação, a adoção de novas tecnologias e incrementos de potencialização científica, fornecendo, portanto, explicações demandadas a este tipo de intervenção sobre a realidade. Reconhece que é necessária para um momento da intervenção profissional, no entanto, não capta a lógica que movimenta uma dada situação, não reflete a totalidade das possibilidades da sua prática, nem busca a desmistificação do aparente e a essência do *ser propriamente assim sendo* dos objetos de análise – não elege as possibilidades de transformação das condições que a sustentam, direcionando-se para a sua reprodução imediata da realidade fenomênica e a conservação da ideologia dominante.

Isto posto, entendemos que as respostas das requisições instrumentais, não comportam o estabelecimento das alternativas e possibilidades de ação profissional, nem compõe a totalidade das dimensões que constituem a profissão, como sua capacidade analítico-ontológica e seu direcionamento ídeo-político, frente aos desafios postos pela ordem burguesa.

Entendemos que, na falsa interpretação que jaz no meio profissional, de que a teoria na prática é outra, comparecem duas determinações que se vinculam a um mesmo processo: o modelo analítico-interpretativo da realidade que orienta o assistente social dificulta-lhe a apreensão da racionalidade que constitui e movimenta os processos sociais, das leis, tendências, articulações e possibilidades, ao que se combina a racionalidade subjetiva dos sujeitos individuais que, de modo singular, incorporam esse determinado modelo de racionalidade com o qual apreendem os fatos e fenômenos sociais e

constroem suas representações e auto-representações. (GUERRA, 2009a, p. 176).

Desta forma, a centralidade em torno da dicotomização entre teoria e prática, que tem como elementos esta mescla de conteúdos postos pela racionalidade instrumental com a racionalidade subjetiva – e mais ainda com os valores e perspectivas morais que acabam repercutindo nas ações profissionais – configuram uma problemática central, de fundamental importância no desenvolvimento desta profissão, haja vista que pode direcionar as perspectivas ídeo-culturais da categoria profissional em sua totalidade – dirimindo as conquistas renovadoras que implicaram em *suspensões do cotidiano* e posicionamento político-estratégico nas respostas interventivas.

No final de sua construção teórica, Yolanda Guerra trata das possibilidades políticas do Serviço Social, apropriando-se de categorias centrais do pensamento lukacsiano, refletindo sobre: “*Causalidade e teleologia: o protagonismo dos sujeitos na direção teórica da sua práxis*”. Trata inicialmente do processo de conhecimento, como direcionador da práxis do ser social, apreendido pela experiência e formulação de conceitos (a partir do desenvolvimento da linguagem e interação do ser social em seu processo de socialidade) conformando um quadro categorial representativo da realidade e viabilizador de transformações sobre estas.

No processo de conhecimento “*Ao se colocarem determinadas questões, os sujeitos estão definindo as teorias que possibilitam o alcance e o campo de visibilidade das explicações e interpretações de suas inquietações*”. (*idem*, p. 178, grifos do original). Deste modo, aponta para a reflexão sobre os fenômenos como forma de ampliar o leque de possibilidades de conhecimento de suas determinações.

[...] a prática pode ser entendida como uma ação racional de sujeitos reais, e o conhecimento que dela se engendra como o confronto entre experiências socialmente comunicadas e o conhecimento historicamente elaborado. O que resulta desse confronto incorpora o conteúdo do pensamento, que direciona as ações dos sujeitos. Nesse processo de auto-implicação entre conhecimento e prática, as elaborações teóricas constituem-se em uma das formas de objetivação humana que tem como conduto de passagem as particularidades. (GUERRA, 2009a, p. 178-179).

Para compreender a cotidianidade, com toda a sua heterogeneidade e imediaticidade fenomênica, faz-se necessário uma forma de intervenção que se mostre capaz de romper com os seus aspectos singulares, portanto, o conhecimento provém da objetivação humana sobre esta esfera e suas práticas, que podem vir a ser transformadas em práxis:

A produção teórica e a práxis pressupõem que se suspenda com os aspectos fundamentais da vida cotidiana, que se desenvolva uma atividade consciente e finalística, para a qual os sujeitos canalizam toda a sua atenção e ainda que, por meio de mediações particulares, os sujeitos vinculem seus interesses singulares aos interesses e necessidades do gênero humano (HELLER, 1989, *apud*, GUERRA, 2009a, p. 180).

Dada a complexidade dos processos que compõe o ser social e sua inserção na sociedade burguesa, faz-se necessário a recorrência a aportes teóricos que permitam refletir e obter novas respostas acerca das problemáticas que se apresentam no cotidiano, que com a *suspensão* da cotidianidade, retornarão mediadas e enriquecidas pelas determinações apreendidas. No cotidiano profissional, estes aspectos adquirem notoriedade quando entendemos a dimensão da complexidade fenomênica das expressões da questão social que aparecem como demandas pontuais.

As categorias ontológicas *teleologia* e *causalidade*, que expomos nos capítulos anteriores, são fundamentais para a compreensão da teoria e da práxis. Guerra sintetiza esta relação expondo que “A teleologia, enquanto possibilidade ontológica do ser social [...], é a expressão cabal, tanto da margem de liberdade de decisão dos sujeitos, quanto das suas possibilidades de intervenção consciente nas séries causais produzidas pelo desenvolvimento econômico, este determinado por posições teleológicas” (*idem*, p. 182-183). A capacidade teleológica dos sujeitos, contribui, pois, com o estabelecimento do caminho (projeções, finalidades, alternativas, possibilidades, etc.) que viabilizam a consciência tomar ciência das determinações da realidade e estabelecer os meios de ação, que só se materializará com a práxis, enquanto atividade transformadora da realidade. Assim:

[...] ao se descurar da causalidade, das determinações universais do movimento histórico, da autonomia relativa da teoria perante a prática, as ações profissionais adquirem um caráter volitivo. [...] somente a concepção da práxis enquanto materialização da razão e esta constituída, constituinte e constitutiva do processo histórico, pode balizar adequadamente a relação materialidade/idealidade, teoria/prática e a racionalidade que daí deriva. (GUERRA, 2009a, p. 184).

A instrumentalidade do Serviço Social, como observamos, busca na fundamentação da perspectiva ontológica e suas categorias centrais, a reflexão crítica sobre a intervenção profissional e suas determinações, limites e possibilidades socio-históricas, considerando a natureza da profissão e sua localização no âmbito interventivo. A problemática teoria e prática, compõe um dos eixos estruturantes da obra, superando o hiato que esta questão apresentava nos discursos e práticas profissionais (e na rejeição dos conteúdos teóricos

balizados pelo projeto renovador e sua terceira vertente crítica), problematizando as questões genéticas que estão nos meandros deste momento na trajetória profissional.

É possível perceber também uma linha de continuidade com a discussão abordada por Netto, embora para a autora, o processo de *suspensão do cotidiano* é capaz de romper com a fenomenalidade das demandas que imputam a intervenção profissional, não problematizando a reposição de novos fenômenos e uma continuidade de novas problematizações, que acabam por requisitar uma intervenção imediata.

A que se considerar que o fortalecimento da mediação ontológica entre teoria e prática para a reconstrução crítica das demandas profissionais é, sem dúvidas, uma contribuição significativa desta obra clássica para a tradição teórico-crítica do Serviço Social brasileiro.

3.1.3 A perspectiva ontológica e a direção política do código de ética profissional na obra de Maria Lucia Barroco

Para tratar do *código de ética profissional* no Serviço Social, faz-se necessário, a priori, sinalizar brevemente algumas características centrais do seu processo de construção, marcado por tensionamentos entre valores humano-genéricos conservadores⁵⁷ x valores humano-genéricos ontológicos, que marcam a trajetória profissional, como reflexos da conjuntura sócio-política e da adoção das perspectivas ídeo-teóricas que foram apropriadas pela profissão ao longo do seu processo de institucionalização.

O código de ética é um instrumento educativo e orientador do comportamento ético profissional do assistente social: representa a autoconsciência ético-política da categoria profissional em um dado momento histórico. Assim é mais do que um conjunto de normas, deveres e proibições; é parte da ética profissional: *ação prática mediada por valores que visa interferir na realidade, na direção da sua realização objetiva, produzindo um resultado concreto.* (BARROCO, 2012, p. 35, grifos do original).

Para sermos mais que breves, os códigos de ética que antecederam o de 1986 – 1947, 1965 e 1975 – direcionavam as ações do Serviço Social tradicional, cujos valores se apoiavam nos pressupostos neotomistas e positivistas. Enfatizavam a compreensão abstrata de “pessoa

⁵⁷ No tocante aos valores conservadores, Barroco caracteriza como: “[...] os valores [que] adquirem um conteúdo universal abstrato: pertencem à natureza humana que emana de Deus. Assim, valores como pessoa humana, bem comum, perfectibilidade, autodeterminação da pessoa humana, justiça social são abstraídos de suas particularidades e determinações históricas, tornando-se referência para uma concepção de humano genérico que não se articula com o indivíduo social, em sua concretude histórica” (p. 44).

humana”, para a “correção” das “disfunções” e “desvios de conduta morais”, objetivando idealmente “o bem-comum” e a “justiça”; embasados na *neutralidade ético-política*. (Barroco, 2012).

Já o código de ética de 1986, fruto do novo direcionamento resultante dos processos de *erosão* e *renovação* do Serviço Social brasileiro e no interior da construção do Projeto Ético-Político (PEP)⁵⁸, marca a ruptura com o conservadorismo ético. Apoiar-se em uma visão histórica, demonstrando um claro caráter político da intervenção; explicita o caráter de classe (antes subsumido no conceito de “pessoa humana”), assumindo claramente o compromisso da profissão com os direitos da população usuária. (*idem*, p. 48). Importa salientar também que a conjuntura sócio-política se encontrava favorável para a tentativa de enfrentamento ao conservadorismo tradicionalmente ancorado na profissão, em virtude da redemocratização das instituições, da ascensão dos movimentos populares e com a politização e amadurecimento teórico da categoria.

A reformulação do código de ética de 1986, veio com o atual código de ética de 1993, segundo Barroco (2012) em meio ao cenário de *enfrentamento ao neoliberalismo*: “[...] as bases de sustentação ético-políticas do PEP passaram a se configurar como forças de resistência em face de um processo de degradação da vida humana e da natureza” (p. 49). Aqui a *constituição de uma ética crítica*, vinculada a tradição marxista, provoca o *desencadeamento do debate ético-sistemático* e de uma *intervenção ético-política articulada à formação e ao exercício profissional*. (*ibidem*).

As conquistas éticas de 1986 e 1993 pertencem, portanto, a um processo histórico movido em condições históricas mais ou menos favoráveis à negação do conservadorismo e à afirmação de valores emancipatórios, ora contando com uma base social mais ampla de sustentação, ora se mantendo na resistência política, em busca de estratégias de enfrentamento”. (BARROCO, 2012, p. 52).

A herança da teoria social da tradição marxista, a partir destes dois códigos (1986 e 1993) passa a se expressar no conjunto de princípios que orientam o comportamento ético-político profissional em sua relação com a história e com a sociedade. Aqui o pensamento de

⁵⁸ “O PEP emergiu de forma organizada na década de 1980, no contexto de redemocratização da sociedade brasileira, de organização política dos movimentos sociais, partidos e entidades dos trabalhadores e de organização político-sindical da categoria profissional [...]. O PEP exigiu uma nova postura ética, novos valores e referenciais teóricos para a formação profissional e para a fiscalização do exercício profissional: as disciplinas de Ética e de Fundamentos Filosóficos dos currículos de Serviço Social, o CE e a Lei de Regulamentação da profissão. Principalmente, fez-se necessária a sistematização teórica de uma ética profissional fundada na teoria social que influenciou fortemente o PEP em sua origem, a teoria social de Marx”. (BARROCO, 2012, p. 42).

Lukács (e a contribuição da ontologia do ser social) é inegável, expressando-se substancialmente no código de ética de 1993.

O livro *Ética: fundamentos socio-históricos* de Maria Lucia Barroco, publicado na primeira década de 2000, compõe a biblioteca básica do Serviço Social⁵⁹ e se tornou uma referência no processo de formação profissional, em virtude da sua profundidade ontológica no resgate da gênese da *ética* e sua especificidade no Serviço Social. Segundo a autora, o seu objetivo é *ir além da aparência* e chegar aos *fundamentos da ética* passando pelos *fundamentos do ser social*:

[...] a ética supõe a compreensão do seu sujeito, não cabe, na perspectiva de análise sócio-histórica, tratá-la *apenas como teoria*. Desse modo, a ética não é aqui entendida apenas como conhecimento. Além de reflexão e sistematização filosófica, ela é concebida, *antes de tudo*, como **práxis** ou, nas palavras de Lukács, como “*uma parte da práxis humana em seu conjunto*” [...], com esta compreensão, a ética diz respeito à *prática social de homens e mulheres, em suas objetivações na vida cotidiana e em suas possibilidades de conexão com as exigências éticas conscientes da genericidade humana*. [...] a **práxis ética** – enquanto *crítica da moral dominante e prática de defesa de direitos e valores emancipatórios* – é possível e necessária. (BARROCO, 2010, p. 16-17, grifos do original).

Sua análise busca expor as categorias teóricas que expressam os *modos de ser* da realidade sócio-histórica, em “[...] uma perspectiva **ética racionalista, crítica e histórica**, orientada pela teoria social de Marx e pela tradição a ele vinculada, especialmente a ontologia social de Georg Lukács [...]” (*idem*, p. 17) e outros teóricos vinculados a esta tradição. Diante disto, a autora deixa claro o seu horizonte teórico-metodológico na busca dos *fundamentos ontológicos do ser social*⁶⁰. Aqui nos deteremos as suas considerações acerca das categorias centrais da ontologia, e nas considerações acerca da vida cotidiana e da ideologia.

No decorrer da sua elaboração a autora trata da constituição genética da *ética* no processo de *autoconstrução do ser social* extraído da ontologia lukacsiana. Fundamenta-se na centralidade da categoria *trabalho* e sua importância para o processo de gênese e socialização do ser social; analisa o papel da *consciência e subjetividade* e da *capacidade teleológica* na projeção e pré-idealização das finalidades e dos meios para efetivação da *práxis*; e aborda

⁵⁹ Coletânea que trata de conteúdos fundamentais que perpassam o Serviço Social sob responsabilidade da Cortez editora. Utilizamos este livro pois não dispomos da obra desenvolvida pela autora intitulada: “*Ética e Serviço Social fundamentos ontológicos*”. Assim, justificamos que por se tratar de um livro com uma exposição mais didática, para estudantes de graduação, não conseguimos extrair a pertinência de uma obra estruturada ontologicamente, apenas identificamos a influência de Georg Lukács, que nos permite avaliar a sua contribuição para o Código de Ética do Serviço Social brasileiro.

⁶⁰ Cabe lembrar que a própria construção da *ontologia do ser social*, para Lukács, serviria como a construção dos fundamentos necessários para a elaboração da *ética* da teoria social crítica, que permaneceu no campo dos desejos do autor, que faleceu antes de concluir esta empreitada.

sobre as *alternativas* e possibilidades de *escolhas*, que resultam nas concepções de *avaliação* dos pores teleológicos e na gênese da *liberdade*. Portanto, a autora faz um resgate das principais categorias ontológicas que estão presentes no capítulo da ontologia que trata do *trabalho* (que já analisamos de forma pormenorizada no capítulo 1), fundamentando a concepção de ética:

Percorrendo o caminho dos fundamentos, chegamos a **ética**, entendida como “um momento da práxis humana em seu conjunto” [...] Nessa perspectiva, a ética não pertence a nenhuma dimensão ou esfera específica da realidade, se objetivando, teórica e praticamente, de formas particulares e socialmente determinadas, como conexão entre o indivíduo singular e as exigências sociais e humano-genéricas. (BARROCO, 2010, p. 29)

Prosseguindo com sua análise de que “[...] as capacidades humanas desenvolvidas pela práxis, fundam as possibilidades de o ser social se objetivar como um ser ético” (*idem*, p. 57), a autora aborda o *campo das objetivações ético-morais*⁶¹. Os valores morais surgem das necessidades históricas dos homens e referendam um conjunto de normas que visam a regulação do comportamento dos indivíduos, reproduzido no âmbito da vida cotidiana, incrustadas no seio social através da repetição, do hábito e do costume. (*idem*, p. 60).

Na *cotidianidade*, estão postas a imediaticidade, a reprodução das normas de comportamentos e costumes morais, direcionados a reprodução do indivíduo singular, aspectos que configuram uma *singularidade alienada*, dada a possibilidade de discernir entre valores “[...] o indivíduo vincula-se a sociedade e reproduz o desenvolvimento humano-genérico, mas as formas desta incorporação caracterizam-se por uma dinâmica voltada à singularidade, não a genericidade” (*idem*, p. 66).

Em função de sua repetição acrítica dos valores, de sua assimilação de preceitos e modos de comportamento, de seu pensamento repetitivo e ultrageneralizador, a vida cotidiana se presta a alienação. [...] Devido o seu peculiar pragmatismo e sua ultrageneralização o pensamento cotidiano é facilmente tentado a se fundamentar em juízos provisórios, ou seja, em juízos pautados em estereótipos, na opinião, na unidade imediata entre pensamento e ação [...]. Necessária ao nível da *cotidianidade*, a ultrageneralização está sempre sujeita a modificações, o que ocorre quando os

⁶¹ Este campo é constituído pelo **sujeito ético moral**: “[...] capaz de responder por seus atos em termos morais, [...] capaz de *discernir entre valores*”; pela **moral**: “[...] ato moral supõe a elevação acima das necessidades, desejos e paixões singulares, porque ele exige pensar no outro e sair da condição do indivíduo egoísta, voltado para si mesmo”; pelo **conhecimento ético** e pela **práxis política**. (BARROCO, 2010, p. 58). De acordo com a autora: “A moral objetiva-se fundamentalmente: 1) como sistema normativo reprodutor dos costumes, em resposta as exigências de integração social, vinculando o indivíduo singular a vida cotidiana; 2) como conexão entre motivações do indivíduo singular e exigências éticas humano-genéricas, vinculadas a diferentes formas de práxis, dentre elas a práxis política”. (*idem*, p. 59).

juízos provisórios são refletidos teoricamente e refutados pela ação prática. (BARROCO, 2010, p. 72-73).

Neste fragmento é possível perceber que o pensamento, decorrente das *ultrageneralizações* da vida cotidiana, tende a *alienação*; esta é gerada pela assimilação imediata e acrítica dos juízos valorativos que determinam o comportamento dos indivíduos, reproduzindo-os no nível do senso comum, servindo como orientador das suas ações. Como observamos na análise da superestrutura ideológica em Lukács, o cotidiano é o espaço propício para a disseminação de ideologias, uma vez que, a partir dos costumes, observação e experiência, o sujeito reproduz a realidade em sua imediaticidade, como “imagem ideal e sentimental” da consciência, que se torna objetiva, em virtude das representações fenomênicas terem correspondência imediata com o modo de vida dos sujeitos e que autoconfirmam a sua individualidade e o contexto sociocultural que se insere.

Como vimos é no cotidiano que a relação entre teoria (como preparação consciente da práxis) e práxis possui a imediaticidade em sua máxima expressão. Esta só poderá ser ultrapassada através da reflexão teórica – onde podem ser conhecidas as determinações, mediações e alternativas possíveis – que poderá trazer modificações para a realidade social através da ação prática, (dos pores teleológicos ideados que se objetivam e se disseminam para a totalidade social), portanto, através do processo de concreção da mediação entre teoria e prática.

Barroco expõe que para se tornarem seres éticos, os sujeitos precisam sair da *singularidade*, construindo uma individualidade consciente com o *humano-genérico* “[...] o indivíduo pode sair de sua singularidade através da moral, elevando-se a motivações humano-genéricas”. (*idem*, p. 80). Quando o indivíduo se coloca na busca da ultrapassagem das barreiras fenomênicas, perquirindo a convergência entre a *singularidade individual e a totalidade social*, passa a dispor de mediações que tornam possíveis suspensões/afastamento da cotidianidade e viabilizam as objetivações éticas.

A construção da *subjetividade*, permite que o indivíduo se aproprie de “atividades teóricas”, aproximando-se das objetivações humano-genéricas. Este enriquecimento da consciência e sua forma de se apropriar do “mundo” exterior, reflete um processo de intervenção prática na realidade, que pode se “elevar à dimensão de práxis” como atividade prática recriadora e transformadora e vinculá-la aos projetos de classes.

De acordo com a autora as atividades teóricas como a *filosofia*, a *arte* e a *ciência* permitem de forma privilegiada a objetivação ética (p. 81). Como já observamos, para Lukács

estas atividades da consciência conformam as *ideologias* (as duas primeiras em sua forma pura), assim também como a *religião* e a *política*, pois, são elaborações ideais que permitem influenciar o desenvolvimento da práxis e torná-la consciente e operativa.

Concebida dessa forma, a ideologia é passível de ser considerada como um modo da consciência que pode, também, estar orientado para a práxis, para necessidades que superem a cotidianidade, o que ocorre diante das situações onde o apelo ao ideal e valorativo não se restringe à singularidade, mas ao humano-genérico. [...] É possível considerar que, na sociedade de classes, a ideologia exerce a função de orientação ideal em face das lutas de classe; donde sua vinculação com a práxis política e com a ética”. (BARROCO, 2010, p. 171).

O pensamento não surge necessariamente ideológico, só se torna ideologia, quando adquire uma funcionalidade e legitimação no âmbito das lutas de classes, sendo respaldado por uma maioria. Assim, originam-se de elaborações teóricas e se transformam em instrumentos de luta social, *como conjunto de ideias e valores*, como forma de enfrentar os conflitos e antagonismo que perpassam a realidade sócio-histórica: “Isto porque a luta social não visa apenas a transformação da sociedade; pode objetivar também a sua manutenção e legitimação” (*idem*, p. 162). Apropriando-se da concepção lukacsiana de ideologia, a autora ressalta a sua dupla função na luta de classes: tanto de ocultamento da realidade e conservação/manutenção do *status quo* que reproduz formas de reificação, limitando à singularidade ao individualismo, como também, possibilita a universalização dos valores éticos. (*idem*, p. 163).

Na análise ontológica da constituição da ética, Barroco se aprofunda de aspectos e categorias importantes da obra de Lukács e demonstra a necessidade de mediação entre realidade e reflexão teórica, para que se possa ultrapassar a aparência reificada dos valores e dimensões imediatas do cotidiano, onde se espriam as ideologias. Afirma que:

Uma ética configurada como *reflexão crítica e sistematização teórica orientada por pressupostos sócio-históricos e dirigida a valores emancipatórios é consciente de seus limites objetivos na sociedade burguesa, mas pode contribuir para a ampliação de uma consciência social crítica*. Como conhecimento crítico, pode contribuir para o desvelamento da moral dominante, de suas contradições, das normas abstratas, da coisificação das motivações éticas, no sentido de identificar os fundamentos históricos da alienação moral e apontar estratégias de enfrentamento ético-político das condições adversas do presente, orientadas por uma projeção do amanhã. (BARROCO, 2010, p. 84).

Portanto, as possibilidades trazidas pela reflexão teórica, não significam que pela via analítica se transforma a realidade – isto só é possível, como já afirmamos anteriormente, no âmbito da prática social, devidamente preenchida de mediações sobre suas possibilidades reais-concretas – mas a apropriação enriquecida da realidade, contribui com a superação das alienações, da repetição acrítica de normas e condutas morais, que reafirmam posturas de conservação da realidade aparente. A atitude política frente a realidade permite, como disse a autora, traçar estratégias de enfrentamento e desmistificação das contradições legitimadas e contribui com a projeção de novas formas e possibilidades de um *vir a ser* do cotidiano.

Com base na obra de Barroco, é possível perceber a mudança de direcionamentos e valores que perpassam o código de ética de 1993 e a construção do atual projeto ético-político profissional, vinculados na perspectiva de classe e na luta por emancipação humano-genérica⁶² – em contraponto com os códigos anteriores ao processo de renovação. Também ressaltamos que o código de ética, é a expressão mais forte do pensamento de Lukács na profissão.

Importa considerar que para uma parcela da categoria profissional este é um dos componentes do projeto ético-político – e de toda a tradição teórica que o referencia – de difícil materialização. Não vamos aqui adentrar na problemática que envolve a discussão de “projetos societários” e “discursos utópicos” que alimentam o senso comum, tratando os ideais expressos no CEP como irrealizáveis, como conceitos abstraídos da história. Estes discursos só contribuem com o ocultamento dos valores éticos e com a reprodução acrítica de ideologias conservadoras. O que está em voga, e, isto, é um elemento indiscutível, é a desvalorização dos ideais emancipatórios, na atual fase de conservadorismo extremo que estamos vivenciando. Dito isto, não é difícil perceber no contexto da inserção profissional – considerando as requisições institucionais imediatas e focalização das demandas, somadas a complexificação da “questão social” – a dificuldade de relacionar estes valores com o cotidiano, trazendo para a profissão o reforço da dicotomização entre teoria e prática. Estes aspectos também contribuem com a desvalorização do pensamento de Lukács, considerando a complexidade de se realizar análises que busquem o fundamento do ser.

Como já sinalizamos, nossa questão central é a análise de como a ontologia do ser social foi apropriada – e, diga-se de passagem, muito bem fundamentada – na literatura clássica do

⁶² De acordo com Lessa (2012), ainda que o referencial teórico-crítico não tenha sido apropriado pela totalidade dos assistentes sociais, “tal referencial teve o enorme mérito de fazer do Serviço Social a única profissão a conter no seu código de ética uma explícita menção à necessidade de superação alienada da sociabilidade capitalista” (p. 11).

Serviço Social e os seus rebatimentos para a relação estabelecida entre teoria e prática na profissão. Nesta análise também foi possível a identificação do significado e função social que a profissão ocupa nas complexas relações sociais na particularidade brasileira e de alguns aspectos teóricos e ideológicos que lhe servem de esteio, em especial a sua dimensão política.

Feito este breve trajeto nas obras que identificamos como importantes para o desenvolvimento da temática, procederemos com o último item deste trabalho, que se propõe a fazer um esboço geral dos elementos discutidos neste capítulo, no que tange o saldo da *ontologia do ser social* para o Serviço Social brasileiro.

3.2 O saldo da *ontologia do ser social* na literatura do Serviço Social brasileiro: mediações teórico-práticas

Conforme observamos, o desenvolvimento da profissão, é marcado por movimentos de *rupturas e continuidades*, entre momentos de avanços e retrocessos, e diante disto, uma necessidade recorrente é a busca de análises ontogenéticas que almejem superar as visões aparentes e fragmentárias, direcionando as análises da profissão para a apreensão do seu movimento histórico-concreto, na busca do seu *ser em si*.

Os ganhos instaurados com os movimentos de organização ético-política da categoria, como as resultantes dos processos de *renovação e intenção de ruptura*, contribuíram com o direcionamento das análises teóricas, para além das questões específicas do seu caráter medular interventivo: permitiram a profissão refletir sobre a totalidade dos complexos e questões que perpassam a realidade concreta, contribuindo com análises macroestruturais que contemplam a lógica constitutiva do desenvolvimento sócio-histórico, econômico, político e ídeo-cultural, na particularidade brasileira.

Dos referenciais adotados para a legitimação das práticas profissionais, especificamente o referencial que se propõe a questionar a aparência reificadora do cotidiano, o conteúdo ontológico, é alvo de constantes embates que repercutem no distanciamento entre as esferas teórica e prática. Os rebatimentos desta apropriação teórica como subsídio às atividades práticas, demonstram que o que se pretende “rompimento” com o conservadorismo, está longe de alcançar uma efetividade hegemônica na categoria profissional.

A repercussão disto em uma profissão cuja gênese está vinculada ideologicamente a manutenção do *status quo*, torna impossível conceber que haja uma unanimidade em torno da teoria social crítica como expressão ideal da profissão, sem a alteração da forma de

sociabilidade burguesa em que estas contradições se expressam. Portanto, embora tenha se espalhado no âmbito dos debates, na literatura clássica, no código de ética, enfim, no projeto ético-político do Serviço Social, as questões teórico-metodológicas da teoria social crítica, tanto na esfera da formação, quanto da intervenção profissional ainda são vistas, por parte da categoria, como distanciados da prática.

Diante disto, após a identificação das categorias centrais da *ontologia do ser social* nas obras *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*; *Instrumentalidade do Serviço Social e Ética: fundamentos sócio-históricos* – que permitiram a problematização ontogenética acerca da dicotomia teoria-prática na profissão, assim como, sinalizam para a sua mediação e possibilidades – teceremos algumas considerações essenciais para o debate proposto nesta investigação, considerando o quadro ídeo-cultural que se espalha na profissão.

Para identificar o saldo ontológico na literatura do Serviço Social brasileiro e seus reflexos para a problemática teórico-prática, faz-se necessário entender primeiramente que há um elemento em comum nas obras analisadas, que justifica o resgate da *ontologia do ser social* nas apropriações teóricas que versam sobre os fundamentos da profissão: a necessidade de superação do conservadorismo nos meios profissionais.

Importa considerara a priori que entendemos que não é somente pela via da reflexão teórico-ontológica – e isto já tem grande relevância, considerando o lastro conservador que permeia o Serviço Social ao longo de sua constituição – que implicaria na reversão do conservadorismo na profissão. Há uma necessidade posta de associar as estratégias de fortalecimento das bases teóricas – que permitem entender a realidade concreta, para além da sua aparência mistificadora, refletindo sobre as contradições que se espalham no cotidiano – com o enfrentamento prático-político, tornando a *práxis* capaz de viabilizar transformações nos direcionamentos ídeo-culturais, que tensionem as “certezas” abstratas,⁶³ que perpassam a formação e o exercício profissional.

A nosso ver, as obras analisadas contemplaram as três dimensões que envolvem a profissão: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. É inegável que estas aparecem de forma articulada em todas elas, no entanto, entendemos que cada uma direciona a sua construção analítica aprofundando-se em uma destas especificidades.

⁶³ É importante esclarecer que não estamos afirmando que a profissão por si só, seria capaz de reverter este quadro conservador que perpassa todas as instituições da vida social burguesa “[...] pois nenhuma profissão tem a capacidade de levar às últimas consequências as tarefas de uma classe social” (SOUZA, 2016, p. 121). Isto levaria a adoção de uma postura *messiânica*, o que não quer dizer que o seu reverso *fatalista*, seja a solução, achando que não cabe a profissão a tarefa de entender, ou de propor formas de resistência, a estes tensionamentos conservadores, daí a necessidade de projeção dos valores e escolhas éticas, teóricas e ideológicas da profissão, como horizonte.

O elemento articulador entre as elaborações é a correspondência no entendimento sobre a *mediação* existente entre teoria e prática, analisada à luz do método ontológico, extraído da teoria social crítica marxiana por Georg Lukács, na busca dos fundamentos ontogenéticos de seus objetos de pesquisa.

As categorias ontológicas do ser social que nortearam as obras estudadas, se referem especialmente a análise do *trabalho*; da *ideologia* e nesta do *pensamento científico*; além da ênfase na mediação entre sujeito e objeto, através da relação entre *teleologia* e *causalidade*; o exame da *práxis* como atividade transformadora da realidade objetiva e do *cotidiano* também compuseram o arsenal de apropriações. Cada forma de abordagem das respectivas temáticas e sua relação com seus objetos de pesquisa específicos, forneceram interpretações fiéis a riqueza categorial do pensamento lukacsiano (conforme analisamos na íntegra no capítulo 1).

A análise da tese do *sincretismo* de José Paulo Netto, cuja ênfase consideramos estar especialmente na *dimensão teórico-metodológica*, problematiza a estrutura sincrética que perpassa a profissão desde a sua gênese, tendo por questão norteadora a análise teórico-prática.

O traço sincrético da profissão – dadas as condições sócio-históricas vigentes e o lastro conservador que adquire novas roupagens, mas que ainda se expressa fortemente no âmbito da formação e intervenção profissional – apresenta-se segundo o autor nos três âmbitos que se articulam ao compósito referencial da profissão: teórico-científico, ideológico e prático.

Destes, a análise sobre a *prática indiferenciada*, tornou-se centro de polêmicas, devido a incidência da sua proposta na *natureza* da profissão (para além do momento histórico a que se propunha analisar). Muitos destes argumentos têm como plano de fundo o fato de o autor ter justificado como um dos elementos do traço sincrético no âmbito da prática, naquele momento, a falta de referencial crítico capaz de reverter as análises superficiais e a imediaticidade fenomênica reificadora da realidade, que se apresenta no cotidiano.

O sincretismo é uma expressão/manifestação das contradições que perpassam o Serviço Social. Em resolvendo a reificação, seria possível ao pesquisador entender as bases do sincretismo, entretanto este não cessaria, uma vez que é parte das contradições imanentes na realidade capitalista. Assim, o autor chama atenção para uma questão de fundo: a própria dinâmica complexa, múltipla e infundável das refrações societárias da “questão social” que repercutem na intervenção profissional, acabam requisitando modelos formal-abstratos de intervenção, repondo novas causalidades e dificultando a apreensão dos sistemas de mediações (Netto, 2011a, p.95).

Há na análise do autor, portanto, um argumento de maior relevância, necessário para localizar o sincretismo como constitutivo da realidade sócio-histórica burguesa, uma vez que a própria “questão social” e a modalidade de intervenção sobre esta, tendo por substrato as políticas sociais do Estado burguês, configuram organicamente traços sincréticos. Isto posto, mesmo superando-se o ecletismo⁶⁴ nas análises profissionais, ultrapassando-se do ponto de vista da reflexão teórica a fenomenalidade do cotidiano: “[...] se, de um lado, cogita-se um processo de superação do *ecletismo teórico*, por outro lado, *do ponto de vista do exercício profissional*, o sincretismo é um *componente ineliminável*, uma vez que se encontra “[...] conectado a instâncias e mediações que ultrapassam e circunscrevem a profissão” (Souza, *apud*, Wellen, 2018, p. 131-132, grifos do original). Portanto, ontologicamente, continuam sendo repostos os condicionantes sincréticos na profissão.

Deste modo, embora superando-se os traços sincréticos intrínsecos ao desenvolvimento profissional (como o *ecletismo* por exemplo), o sincretismo continuaria presente nas inúmeras situações problemáticas que perpassam o cotidiano profissional, requisitando respostas no âmbito da racionalidade formal-abstrata: “[...] a problemática que demanda a intervenção operativa do assistente social se apresenta, em si mesma, como um conjunto sincrético; *a sua fenomenalidade é o sincretismo* – deixando na sombra a estrutura profunda daquela que é a categoria ontológica central da própria realidade social, a *totalidade*”. (Netto, 2011a, p.95).

Esta constatação – diga-se de passagem ontológica – do autor é fruto de diversas críticas. Iamamoto (2014) identifica que é na problemática da “reificação” que Netto considera o sincretismo como princípio constitutivo da natureza da profissão, e com isto, o autor parte da: “[...] aparência em que se manifesta sem antes decifrar o que se oculta por traz da forma reificada” (p. 267). Com isto critica a tese do sincretismo de se contentar com a aparência mistificadora em que se apresentam os processos sociais, restringindo o universo da análise às formas reificadas de manifestação dos processos sociais: “[...] ainda que esse procedimento possa prevalecer no universo profissional, denuncia a mistificação, mas não elucida a natureza sócio-histórica dessa especialização do trabalho para além do universo alienado, em que se realiza e se mostra encoberto o sincretismo”. (Iamamoto, 2014, p.267-268).

Porém, é necessário enfatizar que o sincretismo não é um aspecto exclusivo do modo de ser do Serviço Social. Netto localiza a natureza sócio-histórica dos traços sincréticos, que

⁶⁴ Importa considerar que, como afirma Souza (2016): “[...] o ecletismo mantém-se como tendência limiar do pluralismo e do sincretismo da prática, a tensionar o sentido e a direção social na produção do conhecimento”. (p. 122).

perpassam as demandas do cotidiano profissional considerando a particularidade de inserção profissional e a multiplicidade de refrações do seu eixo central de atuação, a “questão social”. Também problematiza o âmbito das respostas profissionais mediatizadas pelas políticas sociais – focalizadas e fragmentadas – que imputam a recorrência a formas de racionalidades formal-abstratas na intervenção profissional. Considerando estes aspectos, independentemente da “suspensão criativa do cotidiano” que o profissional possa direcionar, sempre acabará tendo que, em algum momento, dar respostas a determinadas situações de forma imediata, pois não há como romper o sincretismo que constitui o modo de ser da ideologia burguesa.

Portanto, a nosso ver, o autor não coloca em xeque a capacidade crítica dos profissionais, nem a sua “relativa autonomia” em reconstruir as demandas de forma política, muito menos desconhece as formas de reificação – inclusive por entendê-las ontologicamente as identifica na totalidade da realidade concreta, para além da profissão. Assim sendo: “O sincretismo não é somente reflexo da profissão ou das políticas sociais. Se expressa, antes, na distensão, imanente ao modo de produção capitalista, entre a necessária defesa do acesso e do uso de direitos sociais, com a preservação e a ampliação da exploração da força de trabalho”. (Wellen, 2018, p. 130).

No contexto atual, a tão divulgada “Crise de paradigmas”⁶⁵ nas ciências sociais impõe vários desafios ao Serviço Social repercutindo na reprodução sincrética nos âmbitos ideológicos, teóricos e práticos. Desprovidos de sentido ontológico, estes “paradigmas”:

[...] correntes teóricas antagônicas a tradição marxista, disputam espaços na formação, no exercício e na pesquisa, com concepções próprias sobre as principais categorias da vida social, variando apenas em termos de defesa explícita ou indireta da sociedade burguesa. Embora a hegemonia do pensamento crítico-dialético tenha permanecido como direção na produção de conhecimento do Serviço Social, influências de tonalidades neopositivista, liberal, weberiana, “pós-modernas”, ou idealistas de uma forma geral, questionam o marxismo em sua legitimidade (em termos de

⁶⁵ A priori faz-se necessário definir paradigmas, haja vista que muito se fala sobre o paradigma positivista no Serviço Social. Segundo Netto (1992), o termo paradigmas foi utilizado primeiramente em 1962 por Thomas kuhn, seria um modelo de investigação científica – “leis, teorias, aplicações e instrumentos” – que se tornou hegemônico para uma comunidade científica. “Estabelecido um paradigma científico [...] acumulando-se problemas sem solução cuja magnitude compromete a funcionalidade resolutive da ciência, abre-se uma crise – e pode ocorrer [...] transição de um paradigma a outro” (p. 08). Netto ressalta que para Kuhn, “as ciências referidas ao social são “pré-paradigmáticas””. (*idem*, p. 09). Portanto, partindo desta análise Netto afirma que há uma “controvérsia paradigmática”, que percorre as ciências sociais e imputam aos paradigmas positivistas e a racionalidade moderna uma suposta “crise”. Segundo o autor “O que se pode rotular [...] de paradigma positivista nas Ciências Sociais [...] condensado em três traços pertinentes: 1º) uma relação de exterioridade entre o sujeito que pesquisa e o objeto pesquisado. Trata-se da fratura ontológica entre a razão que formaliza e a história que se lhe põe alteridade; 2º) a consideração de que o padrão de investigação próprio das ciências da natureza consubstancia a cientificidade **tout court**, de modo que o seu deslocamento para a investigação social propiciaria a constituição da ciência social; 3º) a pressuposição de que a análise científica dos fenômenos sociais é uma pesquisa de causalidades e conexões basicamente unilineares”. (NETTO, 1992, p. 09).

projeto e concepção de mundo) e em sua cientificidade (capacidade de produzir conhecimento verdadeiro sobre o ser social, com o método sendo o alvo em evidência). (SOUZA, 2016, p. 118).

A necessidade posta de “paradigmas explicativos” que instrumentalize ações na realidade social, tomando os processos sociais como particularidades segmentadas e os complexos que envolvem a “questão social” de forma isolada, comparecem nas requisições burocráticas no cotidiano profissional, que continuam legitimando a racionalidade formal-abstrata de feição positivista. A ênfase é no pragmatismo e instrumentalismo, no *saber – operar – aplicar*.

De acordo com o Netto, a práxis, é reduzida a *burocratização* da vida humana, perde a sua dimensão ontológica de atividade transformadora do real, para meramente reproduzir instrumentalmente a realidade. Nega-se a historicidade, as múltiplas determinações que compõe o objeto, a essência, a totalidade, as mediações que permeiam o conhecimento da realidade, para se ater aos “dados”, as vivências imediatas, ao aparente. A exigência de “respostas” imediatas pelas políticas sociais, assim como as alienações e ideologias divergentes presentes no cotidiano profissional, repercutem para análises lógico-formais-abstratas e ecléticas, sobre os espaços de inserção profissional.

Yolanda Guerra, na instrumentalidade do Serviço Social, cujo direcionamento contempla a *dimensão técnico-operativa*, traz a análise de que o conhecimento apenas dos instrumentos e técnicas por si só, não são a prática do assistente social. Há uma instrumentalidade que perpassa todo o processo de desenvolvimento das mediações necessárias para a intervenção profissional, pautados em uma racionalidade reproduzida nas ações dos assistentes sociais, que se expressa nas suas representações ideais e no conjunto de valores apropriados pelos profissionais, que acabam repercutindo nas intervenções. Assim, a *razão* acaba sendo uma questão central da sua investigação.

Com estes elementos, muito bem fundamentados, a autora vai buscando desmistificar desde a configuração da razão moderna, até as implicações da racionalidade formal-abstrata requisitada pelo desenvolvimento capitalista, e, de como isto impacta o âmbito ideológico e as representações profissionais, aspectos que contribuíram significativamente com a centralidade do debate sobre a relação teoria-prática na profissão. Cabe ressaltar que não existe possibilidade de vida sem a razão instrumental. Esta é necessária para pôr em movimento das condições materiais que permitem a transformação dos objetos concretos, é necessária para a manutenção da vida. Entretanto, tem um caráter mais imediatista, que tende ao processo manipulatório e alienador, portanto, não permite uma complexidade do pensamento a partir da

totalidade. Assim, o seu superdimensionamento gera implicações para o processo de conhecimento e para as possibilidades de superação da realidade aparente.

Gostaríamos apenas de tratar de um elemento que identificamos ao longo desta investigação como ontologicamente relevante e que, a nosso ver, foi pouco desenvolvido pela autora, dado o seu objeto de pesquisa: a dimensão do *cotidiano*. Este aparece apenas na última parte de sua elaboração, onde a autora trata da *cotidianidade* definindo brevemente esta dimensão, e sugerindo aos leitores em uma nota de rodapé, o aprofundamento da “estrutura da vida cotidiana” na obra de Agnes Heller “*O cotidiano e a história*” e de Lukács “*Introdução a uma Estética Marxista*” (Guerra, 2009a, p. 180, nota de rodapé 132).

Por ser o cotidiano o espaço de reprodução imediata da consciência, onde se espriam as ideologias, alienações e a racionalidade formal-abstrata, sentimos a falta de um desenvolvimento maior desta dimensão, no entanto, entendemos que isto não prejudica a análise proposta pela autora, que sinalizou as *suspensões* desta *cotidianidade* como “matéria-prima” para as elaborações teóricas (*idem*, p. 181) – portanto, a ausência conceitual não retirou a importância do seu significado.

No que tange a dicotomização entre teoria-prática na instrumentalidade, a autora identifica que para uma profissão como o Serviço Social, a forma de conceber a *práxis*, como prática instrumental/procedimental, apenas como um conjunto de metodologias, um guia para a ação, retira da intervenção profissional qualquer pretensão analítica, ou seja, reproduz-se imediatamente o cotidiano, para responder as demandas apresentadas, sem tecer nenhuma análise mais profunda do contexto social em que o profissional se insere. Limitando-se as possibilidades de mediação teórica: fragmenta-se a articulação *teoria-prática*.

A falta de uma reflexão ontológica e de uma perspectiva de totalidade na análise que permitam captar a funcionalidade da profissão às determinações do capitalismo [...] toma como novas, [...] aquelas atribuições e competências já reconhecidas como portadoras dos interesses de manutenção da “ordem e do progresso” do capitalismo: como uma receita nova para o velho pudim. Vistas como algo novo, essas práticas escondem as linhas que as vinculam àquelas que ora modernizavam, ora reatualizavam o histórico conservadorismo na profissão. (GUERRA, 2004, p. 39).

Esta reatualização de posturas conservadoras, podem pôr em risco os avanços críticos e especialmente a direção estratégica ético-política. Nos termos da autora a profissão passa a ser vista como “ajuda psicossocial e/ou técnica de solução de problemas”, operando uma “clara “regressão idealista” na profissão”. (*idem*, p.40). Do ponto de vista da prática reatualiza-se a

tendência de compreender a *questão social* de um ponto de vista moral, no âmbito teórico-ideológico obstaculiza-se a análise do contexto mais amplo de onde se emanam as demandas.

A autora afirma que há a necessidade de instrumentais técnicos necessários a execução das atividades profissionais, estes são essenciais para um dado momento da intervenção profissional, no entanto, apenas os conhecimentos operativos não refletem as possibilidades da prática de seus agentes. As intervenções cujo enfoque se estabelece apenas nas apropriações técnico-operativas, não comportam a totalidade das dimensões que constituem a profissão, como sua capacidade analítico-ontológica e seu direcionamento ídeo-político, frente aos desafios postos pela ordem burguesa.

No plano ideológico, os tensionamentos a mediação teoria e prática, em virtude das necessidades do padrão de acumulação vigente, tem por resultante os *irracionalismos*, que implicam em uma reatualização das formas de conceber as demandas do cotidiano profissional, através de características com enfoque nas individualidades, na psicologização das relações sociais, nas teorias comportamentais e na linguagem, como forma de compreender o real reduzindo-se ao micro, ao aparente, a “significação” que os sujeitos dão as suas ações. Não se parte mais do empírico, da “positividade”, mas da abstração, do superdimensionamento da subjetividade (desprovida da mediação com o concreto, com a objetividade dos fenômenos).

Fruto das contradições do real, a onda neoconservadora que avança a partir dos finais da década de 1980 no Brasil ameaça mais uma vez as tendências de fundar na razão a constituição dos processos e suas explicações, invadindo o Serviço Social e potencializando os vetores mais conservadores e regressivos da nossa cultura profissional. Ao negar a racionalidade do real, esta perspectiva tende a destruição da razão. (GUERRA, 2004, p. 38).

As implicações deste processo para o projeto ético-político são evidentes. Na construção de Maria Lúcia Barroco, que trata diretamente da *dimensão ético-política*, percebemos a vinculação direta da teoria à prática social dos sujeitos, nos pressupostos ontológicos que orientam o código de ética de 1993. A autora se aprofunda das categorias do pensamento ontológico lukacsiano, tratando da constituição genética da *ética* no processo de *autoconstrução do ser social*. Esta análise contempla o reconhecimento do cariz político da prática, como âmbito das possibilidades de realização do ser ético.

Dizemos *prática e/ou práxis social*, pois além de um conjunto normativo de regras de conduta profissional, os valores contidos neste código identificam uma clara perspectiva de

classe, como norte orientador de princípios humano-genéricos. Assim, é um instrumento técnico, ídeo-teórico e político.

O CE se orienta por referências teóricas, filosóficas, por valores e finalidades que fazem de um projeto profissional historicamente construído, cujo adensamento político depende do avanço de sua base de sustentação ídeo-política: a organização da classe trabalhadora e dos movimentos contra-hegemônicos da sociedade. Sem essa base concreta e sua consciência teórica, a ética profissional torna-se abstrata. (BARROCO, 2012, p. 108).

A dimensão política da profissão, encontra nestas obras, uma relevância notória. É esta postura política, que leva os profissionais, a questionarem a realidade aparente; a buscar o fortalecimento dos mecanismos de articulação coletiva da categoria; e a construir estratégias, através dos recursos teóricos, que viabilizem a ultrapassagem dos fenômenos reificadores, na identificação das ideologias das classes sociais em disputa e das alienações que repercutem na imediatividade do cotidiano, conformando uma clara alusão à mediação teórico-prática.

Já mencionamos as dificuldades de materialização do projeto ético-político profissional, em uma conjuntura tão adversa. A lógica do individualismo, a descartabilidade dos valores essenciais, a mercantilização e o fetichismo que impregna todos os âmbitos da vida social, a fragmentação do pensamento no hiper-dimensionamento do subjetivismo imediatista (em detrimento da razão histórico-crítica), são fatores que reatualizam ideologias e posturas desconectadas e fragmentadas de objetividade e totalidade social, portanto, antiontológicas.

De acordo com a exposição feita até aqui, consideramos que é importante perceber que os aspectos sócio-históricos, ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos que fundamentam a prática do assistente social, são determinados pelos fenômenos macrosociedadeiros que permeiam a relação instituição-profissional-usuário. Neste sentido, a necessidade de apropriar-se qualificadamente dos fenômenos que se apresentam para os assistentes sociais é fundamental. Para tanto, o embasamento teórico oferece condições para analisar o cotidiano e ultrapassá-lo, na busca de ir além de sua imediatividade, entendendo-o não como “fato”, mas como processualidade histórico-concreta, como totalidade.

Partindo deste princípio pensamos a teoria e a prática no Serviço Social, não como coisas opostas, que se expressam em realidades e espaços diferentes (a academia e o cotidiano profissional respectivamente), mas em sua dimensão ontológica, como constituições do real, que devem ser compreendidas de forma articulada.

[...] a relação analítica entre a questão social e a teoria e a prática dos Assistentes Sociais, ao ser municiada através de chaves heurísticas relativas à tradição marxista, impactou tanto na perspectiva teórico e metodológica da

categoria profissional, como também na constituição de novos condutores valorativos, especialmente expressos no código de ética e no projeto ético e político da profissão. (WELLEN, 2018, p. 131).

De posse destas considerações, gostaríamos de trazer esta discussão para a atualidade, fazendo as mediações entre o contexto ideológico e político vigente – que implicam rebatimentos diretos para a mediação teórico-prática e a perspectiva ontológica no desenvolvimento do Serviço Social brasileiro – cujos tensionamentos podem ser sentidos nas esferas do **exercício** e da **formação profissional**.

No âmbito do exercício profissional, é importante considerar que a sua inserção na dinâmica dos processos de trabalho, subordinam os profissionais as determinações das instituições contratantes, impondo condicionantes objetivos à realização de suas atividades que se contrapõem a direção sócio-estratégica presente nas requisições do projeto ético-político profissional.

Verifica-se uma tensão entre o projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais são socialmente forjados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se. Em outros termos, repõe-se nas particularidades condições de trabalho do assistente social profissional, o clássico dilema entre *causalidade* e *teleologia*, entre momentos de estrutura e momentos de ação, exigindo articular, na análise histórica, estrutura e ação dos sujeitos. (IAMAMOTO, 2014, p. 416).

Estas questões de atendimento das condicionalidades postas a prática profissional dos assistentes sociais, são determinadas pelas relações sociais que circunscrevem o desenvolvimento das ações, que repercutem nas relações de poder existentes – como a forma de contratação dos profissionais, atribuições delegadas, pressões por prazos, destinação de recursos, polivalência etc. – e nas requisições por parte dos próprios usuários para o atendimento imediato de suas demandas.

Atravessadas pelas políticas sociais, estas questões se aprofundam, na exigência de esfacelamento da realidade, com a focalização das ações na parcela mais “vulnerável” da população, fragmentando a perspectiva de classe, com a necessidade de provimento dos mínimos sociais, incapazes de atender as necessidades dos indivíduos que procuram os serviços socioassistenciais, aspectos que colocam entraves a realização da relativa autonomia para a consecução do projeto profissional coletivo, na esfera do cotidiano.

Para entender os rebatimentos no âmbito da formação profissional é necessário a priori pontuar algumas problemáticas que vem repercutindo no desmonte da educação pública no Brasil, especialmente do ensino superior. Segundo Iamamoto (2014) “A subordinação da educação à acumulação do capital compromete a qualidade do ensino superior e sua função pública, gera o desfinanciamento [...] desvaloriza e desqualifica a docência [...] e elimina a pesquisa e a extensão das funções precípua da universidade”. (p. 436-437).

A mercantilização do ensino superior, requisita profissionais aptos a executarem atividades técnico-burocráticas, atribui a função da formação acadêmica em preparar trabalhadores especializados para o mercado, deslocando as atividades de pesquisa para o âmbito das especializações e pós-graduações. A privatização do ensino superior e a massificação desregrada dos cursos semipresenciais ou na modalidade à distância, resultou no “[...] crescimento exponencial do contingente profissional, [e] traz sérias implicações para o exercício profissional e para as relações de trabalho e condições salariais por meio das quais se realiza” (*idem*, p. 440).

A expansão dos cursos privados de Serviço Social segue a lógica de formar profissionais que operem tecnicamente as políticas sociais, acríticos, referenciados numa perspectiva focalista, fragmentada, reducionista e flexibilizada da realidade social, dando ênfase ao saber fazer/operar. Neste cenário, o pragmatismo é um elemento bastante presente, haja vista que o foco principal é o ensino, em detrimento das atividades de pesquisa e extensão, o que fortalece a disseminação de posturas imediatistas e naturalizantes, e, conseqüentemente corroboram para um possível “neoconservadorismo” profissional. Sem mencionar na precariedade do ensino na modalidade à distancia e todos os rebatimentos que contribuem mais ainda com o reforço da fragmentação teórico-prática.

Estas questões repercutem diretamente nos mecanismos ideológicos que ocultam as estratégias do capital e contribuem com a manutenção do consenso. Implicam na fragilidade analítico-crítica dos futuros profissionais – com elaborações teóricas que se darão desprovidas de referenciais críticos – e, conseqüentemente com impactos na leitura de realidade que o profissional fará sobre o seu exercício profissional, de questionamento do cerne dos conflitos e das demandas, cuja reprodução imediata, se mostrará incapaz de realizar a ultrapassagem da fenomenalidade, nem traçar estratégias capazes de superá-la.

Esse panorama do ensino universitário compromete a direção social do projeto profissional que se propõe hegemônica, estimulando a reação conservadora e regressiva no universo acadêmico e profissional do Serviço Social brasileiro, com repercussões políticas no processo de organização da categoria. (IAMAMOTO, 2014, p. 441).

Expostas brevemente estas problemáticas, entendemos que a superação da dicotomização entre teoria e prática não se trata simplesmente de uma vontade individual – pois há nas requisições postas ao exercício e formação profissional inúmeras formas de reificação que se apresentam no cotidiano e que requisitam respostas imediatas – mas depende do *direcionamento político* e do conhecimento que o profissional pode se apropriar na busca da apreensão dos determinantes do seu objeto de intervenção. Para tanto, é necessário um embasamento teórico-crítico, capaz de direcioná-lo à suspensão da cotidianidade e aparência mistificadora do real. Assim sendo, concordamos que “Alargar as possibilidades de condução do trabalho no horizonte daquele projeto exige estratégias político-profissionais que ampliem bases de apoio no interior do espaço ocupacional e somem forças com os segmentos organizados da sociedade civil, que se movem pelos mesmos princípios éticos e políticos” (*idem*, p. 424).

Nos debates que identificamos nas obras analisadas, consideramos que a apropriação do pensamento de Lukács, trouxe para o Serviço Social duas resultantes centrais: permitiu a identificação da *natureza* da profissão – localizada na obra *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* – e a análise do *ser ético* – materializadas no *código de ética de 1993*. Para além destas contribuições, entendemos que o debate da ideologia (da alienação, da reificação, a problematização acerca dos irracionalismos etc.) ganhou um novo significado na profissão com a presença de Lukács, contribuindo com a discussão dos elementos que estão para além da prática instrumental e que tensionam diretamente a mediação entre aparência e essência, e por conseguinte desmistificado a dicotomização entre teoria e práxis.

No decorrer desta pesquisa, percebemos que o conhecimento não é neutro, ele pode ser o instrumento necessário para a disseminação de perspectivas diversas – que ao invés de revelarem “o que é” a realidade, se atenha aos processos que a ocultem, negando a sua essência e existência concreta, para recriá-la via abstração – como também, pode ser instrumento para uma intervenção que proponha transformações da realidade analisada. Daí a necessidade que sentimos em resgatar a problemática entre *teoria e prática* no Serviço Social a luz do debate ontológico do ser social, entendendo a importância central desta discussão para a profissão.

A instrumentalidade de Guerra e a análise de Barroco sobre os fundamentos ontológicos da ética no Serviço Social, contemplam problemáticas inspiradas na literatura lukacsiana, resultam da maturação da teoria social crítica na década de 1990, compondo o arsenal de elaborações que se dedicaram a robustecer o debate na profissão. Apresentam as categorias de

forma conceitual (cuja pertinência é indiscutível), realizando uma mediação com os seus objetos de estudo.

Já a exposição de Netto é, a nosso ver, a expressão onto-metodológica no Serviço Social, pois além da identificação das categorias, as problematiza buscando os *modos de ser* destas e de como se expressam na realidade concreta, discorrendo sobre a sua gênese e constituição na dinâmica macroscópica, nas dimensões que compõe a profissão, traçando um quadro geral das contradições que se apresentam no processo de intervenção profissional – com a correta problematização acerca do *cotidiano* – e nos quadros ídeo-teóricos e culturais, em uma perspectiva de totalidade. Sendo assim, tece uma análise sobre o *movimento real* do seu objeto de pesquisa, extraindo consequências que até hoje estão presentes no desenvolvimento da profissão (em especial os elementos tratados na tese do sincretismo que analisamos), problematizações inéditas ao Serviço Social até então.

Analisando a presença de Lukács no debate do Serviço Social, Sousa (2010) identificou na sua pesquisa de doutorado que havia na produção intelectual do Serviço Social poucas elaborações que tinham por subsídio o pensamento do autor, realidade esta que, a nosso ver, permanece na atualidade. Justificou esta ausência, em virtude de dois aspectos que se expressam na produção do conhecimento:

O primeiro diz respeito à efetiva resistência que a obra do pensador húngaro encontra neste ambiente – e que responde, efetivamente, pelo que julgamos ser uma limitação que só traz perdas ao nosso debate teórico-profissional. Trata-se de uma resistência alimentada, em primeiro lugar, pelo acúmulo de preconceitos em face de Lukács, quase todos resumíveis na (falsa) qualificação do seu pensamento como “fechado”, “dogmático” e/ou “stalinista” [...]. O segundo traço tem outra natureza e outra abrangência, de implicações macroscópicas. A estrutura e o sentido da obra lukacsiana colide frontalmente com o “espírito do tempo” atual – para indicar apenas um elemento desta colisão, fiquemos na essência ontológica do pensamento lukacsiano: ela é incompatível com a ambiência social e acadêmica contemporâneas, nutridas seja pelo irracionalismo vulgar, pelo (neo)positivismo rasteiro ou pelas concepções pós-modernas. [...] É perfeitamente compreensível, pois, que a interlocução do Serviço Social (área diretamente impactada por este “espírito do tempo”) com o pensamento lukacsiano não apresente, como resultado, uma apropriação substantiva do conjunto de fecundas contribuições que o Serviço Social pode extrair dele. Igualmente, não pode surpreender que os círculos lukacsianos, no meio profissional, sejam quantitativamente residuais. (SOUSA, 2010, p. 238-239).

Como demonstramos, a influencia de Lukács contribuiu com a análise dos fundamentos do Serviço Social, problematizando questões até então inéditas ao acervo categorial da

profissão. Para além da contribuição teórico-metodológica, a apropriação de Lukács no código de ética profissional, revela a natureza política do seu pensamento, na busca de alternativas para a construção de uma práxis revolucionária e emancipatória. O autor sintetiza o objetivo de sua ontologia, inspirada na teoria social crítica marxiana, de subsidiar as bases teóricas capazes de fomentar o pensamento crítico, não bastando apenas interpretar a realidade, mas transformá-la, tornando-se fundamento orientador da luta de classes. Assim sendo: a construção teórica fornece os elementos para subsidiar uma intervenção prático-crítica sobre a realidade.

Diante do que expusemos até aqui, concordamos com a autora que a “essência ontológica do pensamento lukacsiano é incompatível com a ambiência social e acadêmica contemporâneas”, marcadas pela reposição das análises fragmentárias e imediatistas da realidade, resultantes das investidas neoconservadoras sobre o processo de formação profissional e produção do conhecimento. Tendo em vista os desafios que se processam no atual tempo histórico para o Serviço Social, pensamos que o resgate do pensamento de Lukács, se torna fundamental para entender a essência das contradições que atravessam a profissão.

Como observamos a análise crítica levada a cabo por Lukács, coloca em questionamento as formas de produção de conhecimento antiontológicas, ou seja, desprovidas da capacidade de questionar (ou buscar) a essência do ser, dos fenômenos. Assim, problematiza as ideologias, presentes no desenvolvimento capitalista e a referencialidade teórica conservadora, cujos métodos justificam a busca do efêmero, baseando-se na impossibilidade de retratar os fenômenos para além da sua aparência imediata, numa mistificação do pensamento sobre a realidade, a-histórico e secundarizando a objetividade.

Entendemos que, como tanto insistiu o Lukács maduro, faz-se necessário apreender o objeto em sua gênese, em seu movimento real, em sua multiplicidade de determinações, complexos e tendências operantes, situando-o no processo sócio-histórico-concreto. Assim, ao propormos uma reflexão sobre a ontologia, estamos na contramão do que demanda o processo de conhecimento científico vigente.

O critério de verdade é a prática social e, sendo assim, pensamos que a abordagem ontológica possibilita a superação dos imediatismos e irracionalismos que perpassam as produções teóricas das ciências sociais na contemporaneidade. *A prioridade do objeto (o real) sobre o sujeito (o ideal) impõe que, para conhecê-lo, este último transforme o concreto real em concreto pensado (ideal).* (Tonet, 2013). Não se trata, portanto, de *construir* um objeto subjetivamente, através de dados empíricos, mas de traduzir teoricamente o objeto na

sua integralidade. A reprodução da realidade como ela é em si mesma, ainda que sempre de modo aproximativo, é fundamental para garantir um conhecimento que se proponha verdadeiramente crítico.

Avaliamos, pois, que o universo da pesquisa contemplou a totalidade dos aspectos centrais para a análise da relação teoria e prática na perspectiva ontológica e suas repercussões na produção intelectual do Serviço Social brasileiro. Assim sendo, consideramos satisfatória a gama de questões que a pesquisa nas obras elencadas nos permitiu identificar e vislumbramos um longo caminho a ser percorrido, haja vista que estes primeiros passos, ainda que incipientes, nos permitiram uma aproximação ao objeto e as suas determinações ontológicas mais fundamentais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que queremos tratar como “considerações finais” deste estudo, é apenas o início de uma discussão que esperamos levar a diante em outra oportunidade, com mais aprofundamento teórico. São questões aproximativas e que não vislumbramos meios de conclusão, haja vista que o objeto nunca se esgota, está inserido no movimento dialético do real e é sempre contínuo de mediações, requisitando aproximações sucessivas, que considerem a particularidade histórico-concreta em que o pesquisador se dedica a analisar.

O estudo que desenvolvemos teve como eixo central a análise teórico-prática na ontologia do ser social e suas repercussões para o Serviço Social brasileiro. A nossa proposta inicial quando adentramos no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UEPB, era tratar desta relação no âmbito da formação profissional (no estágio supervisionado) e sinalizar os possíveis impactos para o exercício do assistente social. Entretanto, quanto mais nos aproximávamos da perspectiva ontológica, mais entendíamos a necessidade deste resgate para as discussões contemporâneas, como forma de problematizar a fundo, o discurso dicotômico que vocifera sobre o conhecimento teórico frente as demandas interventivas do cotidiano.

Diante disto, estruturamos os capítulos procurando situar as implicações da ontologia do ser social para o Serviço Social, tendo por norte direcionador a mediação entre teoria-prática. Procuramos demonstrar a importância da apropriação ontológica para o conhecimento da realidade e a necessidade do resgate deste pensamento para a profissão.

O primeiro capítulo foi construído como recurso didático para auxiliar o leitor a se aproximar do quadro categorial desenvolvido na análise de Lukács que explica a gênese da relação teoria e prática. Permitiu também a identificação das categorias centrais que foram utilizadas na literatura do Serviço Social, nas obras que analisamos: além das categorias metodológicas (historicidade, totalidade, mediação) e as categorias trabalho, ideologia, bem como a análise do cotidiano e da práxis, compuseram o arsenal apropriado pelos autores.

No segundo capítulo, realizamos um breve resgate da aproximação do Serviço Social com a tradição marxista e a teoria social crítica, sinalizando brevemente o processo de profissionalização e os movimentos (especialmente da década de 1960 à entrada dos anos 1990) de *reconceituação*, *renovação* e a perspectiva de *intenção de ruptura* que rebateram no quadro teórico-político e ídeo-cultural do Serviço Social brasileiro e que construíram o chão histórico sobre o qual as ideias lukacsianas foram apropriadas na profissão.

O terceiro capítulo, constitui o momento onde identificamos as categorias ontológicas do ser social nas obras da literatura clássica do Serviço Social que elencamos como teoricamente relevantes para realizar esta análise, e que se direcionam para uma das três dimensões que perpassam a profissão (teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política), construídas sob inspiração lukacsiana e que tinham como questão medular a análise teórico-prática. Aqui extraímos algumas questões que expressam a repercussão destas ideias para a profissão, bem como sinalizaram para a importância e a necessidade de se resgatar a ontologia lukacsiana nos debates contemporâneos do Serviço Social.

A partir da década de 1990 e nas primeiras décadas de 2000, significativos avanços se expressaram no âmbito teórico e político, resultante de um inegável robustecimento da perspectiva crítica, especialmente através do fomento das atividades de pesquisa e da ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação, resultantes da expansão do mercado de trabalho para os assistentes sociais. Estes condicionantes viabilizaram uma considerável ressignificação da concepção teórico-prática – especialmente se levarmos em consideração a herança lukacsiana para as análises da *superestrutura ideológica* – possibilitando uma oxigenação nos debates sobre ideologia, reificação, alienação, mediação, ética e cotidiano.

Isto posto, um aspecto que buscamos dar ênfase em todo o debate proposto é a relevância da esfera do *cotidiano* (e as alienações, reificações e contradições presentes neste âmbito da vida social) e as possibilidades de desenvolvimento de análises que ultrapassem a sua fenomenalidade imediata, implicando uma mediação teórico-prática. A categoria ontológica do *cotidiano* extraída do pensamento de Lukács é fundamental para o Serviço Social, pois permite a profissão, entender que sua intervenção emerge diretamente neste espaço privilegiado para a disseminação das ideologias (que são apropriadas mecanicamente e de forma acrítica), requisitando um processo de superação da imediaticidade, para entender os determinantes alienadores que são reproduzidos pelos sujeitos.

Demostramos que a reflexão teórica advém da práxis concreta, resulta das reflexões sobre as questões suscitadas no processo de intervenção sobre a realidade. Assim sendo, estas expressões ideológicas cotidianas também impactam na produção de conhecimento, direcionando a busca de referenciais de matrizes teóricas diversas, capazes de “(re)significar” o objeto de estudo em sua “generalidade” (mas não como totalidade), restringindo-o ao complexo valorativo que se atém a superficialidade de problemáticas que atravessam a temática analisada. Estas questões contribuem com a reposição do sincretismo ideológico e científico na profissão, retomando o ecletismo e trazendo implicações para a mediação teórico-prática.

A análise sobre a estrutura sincrética, permitiu ao Serviço Social problematizar questões sobre a sua *natureza* como profissão interventiva e sobre as determinações que peculiarizam a sua inserção na dinâmica das relações sociais no contexto monopólico, sendo a nosso ver, a expressão do pensamento ontológico nos fundamentos do Serviço Social. Além desta tese, investigamos a tese da instrumentalidade que permite desmistificar, através do recurso as categorias ontológicas, que para além dos instrumentos operativos, há outros mecanismos que permeiam as ações profissionais, que Guerra resalta na sua análise sobre as formas de racionalidade que se expressam no desenvolvimento da profissão. Já o debate da ética, expressa uma importante contribuição de Lukács para os valores e direcionamentos implicados na construção do código de ética profissional e para os horizontes políticos da categoria, rompendo com a heterogeneidade ideológica de representações, direcionando-se as lutas e bandeiras defendidas pela classe trabalhadora.

No tocante ao sincretismo no âmbito da *prática indiferenciada*, vimos que embora o profissional se instrumentalize com referenciais críticos – capazes de realizar uma leitura de realidade que permita a identificação das contradições que perpassam a profissão, e direcione as suas intervenções com base nos valores e princípios emancipatórios – as condições objetivas que são postas pelo aparato institucional, limitam o seu exercício e repõe os traços sincréticos que são constitutivos do modo de ser da reprodução capitalista. Entretanto, isto não impede o assistente social de realizar as mediações analíticas que contribuam com a ultrapassem da cotidianidade e a imediatividade, compreendendo as possibilidades que se colocam a profissão em um contexto tão adverso. É justamente este movimento de resistência, de mediação teórico-prática, que são postas as alternativas que contribuem com novas estratégias de intervenção e mobilização.

Em linhas gerais, as contribuições do pensamento de G. Lukács para a mediação entre teoria e prática no Serviço Social, como demonstramos, estão presentes em todas as dimensões que perpassam a profissão e seu desenvolvimento crítico. A teoria e a prática, são para este pensador momentos de um unitário processo necessário a práxis revolucionária. O conhecimento é tido como possibilidade, capaz de impulsionar o progresso, portanto, é o conhecimento que robustece a práxis política, e é a práxis que transforma a realidade. É inegável a dimensão política do seu pensamento, e foi esta dimensão que repercutiu, especialmente na construção do código de ética de 1993.

O reconhecimento da sua contribuição no deciframento dos complexos categoriais essenciais ao Serviço Social, como os que analisamos, nos permite entender que, para

compreender o projeto ético-político, o recurso ao pensamento de Lukács é quase que uma requisição obrigatória.

Apesar das contribuições e avanços que as obras analisadas trouxeram para os fundamentos do Serviço Social, a partir da correta aproximação ao debate ontológico, cabe sinalizar que este ainda é bastante residual na profissão. Assim sendo, problematizaremos a seguir alguns elementos que sinalizam a dificuldade que o conhecimento ontológico encontra para se disseminar e permear uma profissão que tem como saldo ídeo-teórico e prático uma estrutura medularmente sincrética.

Um primeiro aspecto se refere **as requisições postas a produção do conhecimento** na atualidade. Embora o Serviço Social tenha potencializado o seu acervo teórico-crítico, o que é requisitado como respostas profissionais é o direcionamento analítico para as microestruturas, para as individualidades, que resultam no estabelecimento de tendências voltadas a moralização dos costumes e naturalização dos “problemas sociais”, em uma tentativa de responsabilização individual sobre as expressões da “questão social”, reivindicando a eliminação da dimensão ontológica de análise do real. Outro aspecto que implica rebatimentos para a produção de conhecimento, que se proponha ontológico é o aligeiramento das produções teóricas, os prazos estabelecidos pelos organismos de fomento, que trazem rebatimentos diretos para a mediação teórico-prática e que acabam por interferir no direcionamento das pesquisas, com riscos para a retomada de ecletismos analíticos.

A adoção e **disseminação das perspectivas irracionalistas** nas análises, configuram a correspondência teórica e ideológica da reprodução capitalista no processo de conhecimento. Aí resulta o abismo em que a profissão pode se deparar diante dos tensionamos à *teoria crítica* e a um possível *neoconservadorismo* no Serviço Social, repercutindo do ponto de vista teórico e ideológico.

Outro elemento que gostaríamos de problematizar é o **aligeiramento do circuito informacional**, possibilitado pelas novas tecnologias de comunicação de massa, que a nosso ver, em muito contribuiu com a dinâmica de apropriação e reprodução imediata das ideologias no *cotidiano*. A aparência dos objetos é reproduzida massivamente não viabilizado nem (ao menos) a sua análise positiva, expressando um alto nível de superficialidade, generalização e alienação. Tem como consequência a construção de complexos conceituais fragmentários, com análises de discursos carregadas de subjetivismo, que não alcançam as reais conexões e mediações com as categorias da realidade.

Como vimos, a ideologia encontra no cotidiano o espaço privilegiado para se disseminar e legitimar, portanto, o ocultamento da realidade concreta é a principal bandeira que o capital

mobiliza na atualidade. Com os avanços dos sistemas de informação, as contradições se tornaram mais visíveis e para reverter este quadro, são lançadas informações falsas (as chamadas “fake news”) que se disseminam no cotidiano sendo apropriadas e reproduzidas acriticamente. Esta nova forma de *consenso virtual*, está sendo buscada como meio de legitimação de uma nova mistificação do real. Mas há que se considerar que em um âmbito esta empreitada tem sido exitosa: na aceitação acrítica e imediata das informações, na fetichização da aparência, em detrimento da essência e na exponenciação das formas de alienação.

Vimos que para que a perspectiva crítica encontre meios de se legitimar, um aspecto especialmente necessário é a constituição de liberdades democráticas, fazendo com que os conteúdos críticos possam interagir em um diálogo consistente com outras correntes de pensamento, promovendo debates que possam enriquecer os conhecimentos acerca das ideologias e seus rebatimentos sobre a realidade. Contudo, estamos vivenciando um contexto regressivo, em que as conquistas democráticas se intimidam e onde se espraiam as ideologias ultraliberais e conservadoras, assim, entendemos que o **recrudescimento das tendências democráticas** é outro elemento que contribui para inviabilizar/difícultar as análises ontológicas.

Neste tocante, consideramos uma questão conjuntural e política que impacta em todos os outros elementos que elencamos: a **ofensiva ao ensino superior**. Os constantes ataques a produção do conhecimento científico, especialmente o filosófico – com as investidas neoliberais sobre o ensino superior, a “censura”, o controle manipulatório dos órgãos de fomento, os cortes no orçamento público destinado a produção científica etc. – representam o projeto de inviabilizar a educação pública para privatizá-la, mas não só: o que este contexto repressivo/regressivo requisita é o retorno das ideologias ultraconservadoras, almeja o **controle sobre o pensamento crítico**.

A educação *pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada*, está diretamente ameaçada, direciona-se a redução de suas múltiplas potencialidades críticas à formação de mão-de-obra, com vistas a atender aos anseios de superacumulação do capital, sem contestar ou colocar em xeque a sua hegemonia. Pela via do apelo moral, o Estado burguês brasileiro, requisita apoio popular para legitimar os cortes, afirmando que os estudantes estão a mercê de “ideologias” (aqui o termo usado pejorativamente), reforçando concepções e posturas moralistas.

Diante do exposto, percebemos que os rebatimentos para a apropriação ontológica nos meios profissionais, encontra na atualidade, muitas dificuldades. Portanto, entendemos que é

cada dia mais problemática a utilização das bases ontológicas na produção do conhecimento. Considerando a conjuntura atual que brevemente sinalizamos, os impactos para a formação e exercício profissional, o contexto de recrudescimento de direitos e valores humanos mais essenciais e a reatualização de posturas de extremo conservadorismo; a perspectiva de emancipação humana fica quase que imperceptível, perante a nuvem de fumaça que a obscurece. Entretanto a projeção de um horizonte possível faz com que não percamos a direção e o norte da resistência, no sentido de seguir em frente e persistir.

Assim, identificamos que é urgente retomarmos os fundamentos e especialmente a problematização que envolve a dicotomia teoria x prática, para não restringir o Serviço Social a sua dimensão prático-operativa, de *executores terminais de políticas sociais* e *manipuladores de variáveis empíricas* – como bem definiu Netto –, secundarizando as potencialidades de reflexão sobre aspectos diversos, que conformam uma multiplicidade de conhecimentos produzidos e fomentados ao longo das últimas décadas, que permitiram ao Serviço Social não apenas refletir sobre questões *endógenas*, mas construir conhecimentos acerca da multiplicidade de questões presentes na realidade brasileira.

Almejamos que este trabalho possa contribuir e influenciar a produção de estudos futuros que versem sobre esta temática, tão rica em potencialidades para a produção do conhecimento, bem como para o direcionamento político na formação e conseqüentemente na intervenção profissional. Também esperamos que o percurso que fizemos contribua com o resgate do pensamento de Lukács nas pesquisas, tendo em vista as significativas contribuições que o universo categorial da perspectiva ontológica traz para o acervo teórico no enfrentamento dos discursos fragmentários que se apresentam nos debates do Serviço Social.

Destarte, entendemos que uma nova tendência deve se projetar no Serviço Social: resgatar os *fundamentos* e a *ontologia*. Retomar a análise dos fundamentos da profissão e o reforço da sua dimensão ontológica no contexto atual, é mais que uma requisição teórico-metodológica, é um esforço político!

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, TERRA, S. H. **Código de ética do/a assistente social comentado**. 1ª ed. (Org. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS). São Paulo: Cortez, 2012.

COUTINHO, C. N. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. Expressão Popular: São Paulo, 2010.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GUERRA, Y. **A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos**. IN: *Questão social e Serviço Social: fundamentos e práticas*. Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social, vol. 1, n. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social**, 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009a.

_____. **O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas**. In: *A Prática Profissional do Assistente Social: teoria, ação, construção do conhecimento*. (Org. Battini e Baptista). p. 79-106. Vol. 1. São Paulo: Veras Editora, 2009b.

LESSA, S. **Lukács, Ontologia e Método: em busca de um(a) pesquisador(a) interessado(a)**. In: *Revista Praia Vermelha*, vol. 1, n. 2, pp. 141-173, Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Lukács: Ontologia e Transição**. In: Costa, G. M. e Souza, R.M. *Curso de Serviço Social – 50 anos em Alagoas*. Edufal, Maceió, 2008.

_____. **Serviço Social e trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, C. S.; MIOTO, C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. IN: *Revista Katálysis*, v.10. p. 37-45. Florianópolis: 2007.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**, Trad. Nelo Shneider, Ivo Tonnet, Ronaldo Vielmi Fortes, 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Trad. de Florestan Fernandes. p. 259-270. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NETTO, J.P. **A controvérsia paradigmática nas ciências sociais**. Caderno ABESS. N. 05. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Razão, ontologia e práxis**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XV, nº 44, São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Marxismo Impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Introdução ao Método da Teoria Social**. São Paulo: Expressão popular, 2010.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**, 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16ªed. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. Prefácio da obra **Para uma ontologia do ser social I**, LUKÁCS, G. tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

SOUSA, A. de. **Lukács no debate do Serviço Social brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010 (Tese de Doutorado).

SOUZA, J. M. A de. **O Sincretismo no Serviço Social**: uma abordagem ontológica. IN: Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social. MOTA, E., AMARAL, A. (org), São Paulo: Cortez: 2016.

TONNET, I. **Pluralismo Metodológico**: Falso Caminho. In: Democracia ou liberdade? Maceió: EDUFAL, 1997.

_____. **Método científico**: uma abordagem ontológica. 1ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VIEIRA, A.C. de S. **Serviço Social e Positivismo**. In. Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 24. Ano VII. p. 113-135. São Paulo: Cortez, 1987.

WELLEN, H. **Marxismo e Serviço Social: mediações e contradições entre teoria e prática**. In. Revista Argumentum. v. 10, n. 2, p. 122-134. Vitória: 2018.

_____. CARLI, R. **A falsa dicotomia entre teoria e prática**. In: Revista Temporalis, ano 10, nº20. Brasília: 2010.